

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PAULA GARCIA

NA GEOGRAFIA DA PERDA, A MEMÓRIA QUE FICA:

Narrativas de Salvaguarda dos Objetos Biográficos na Enchente do Rio Grande do
Sul (2024)

SÃO PAULO

2026

PAULA GARCIA

NA GEOGRAFIA DA PERDA, A MEMÓRIA QUE FICA:

Narrativas de Salvaguarda dos Objetos Biográficos na Enchente do Rio Grande do Sul (2024)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Barbara Heller.

SÃO PAULO

2026

Garcia, Paula.

Na geografia da perda, a memória que fica: narrativas de salvaguarda dos objetos biográficos na enchente do Rio Grande do Sul (2024) / Paula Garcia. - 2026.

154 f. : il. color.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2026.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Barbara Heller.

1. Comunicação. 2. Memória. 3. Objetos biográficos.
4. Enchentes no RS. 5. História oral. I. Heller, Barbara (orientadora).
II. Título.

PAULA GARCIA

NA GEOGRAFIA DA PERDA, A MEMÓRIA QUE FICA:
Narrativas de Salvaguarda dos Objetos Biográficos na Enchente do Rio Grande do
Sul (2024)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovado(a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Barbara Heller
Universidade Paulista – UNIP

Profa. Dra. Heloísa de Araújo Duarte Valente
Universidade Paulista - UNIP

Prof. Dr. Gustavo Souza da Silva
Universidade Paulista – UNIP

Profa. Dra. Mônica Rebecca Ferrari Nunes
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho a todos que sofreram as consequências diretas e indiretas das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Em especial, o meu afeto, o meu esforço e a minha gratidão a Tere, Lu, Dalva, Joaquim, Rosa, Elisa, Fabiene e Mel.

AGRADECIMENTOS

Uma tese nunca é escrita a sós. Embora este trabalho carregue o meu nome, ele é o resultado de uma construção coletiva, tecida por escutas, encontros e afetos. A todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e deixaram a sua marca nesta travessia, o meu mais profundo e sincero muito obrigada. Em especial, registro a minha gratidão àqueles que foram os alicerces fundamentais nesta jornada:

A Deus, por ser a minha âncora nos momentos de tempestade e a bússola silenciosa a me guiar nos dias de agitação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos (PROSUP), fomento público indispensável para a dedicação e viabilização desta pesquisa.

À Universidade Paulista (UNIP), minha casa acadêmica desde a graduação, por continuar sendo o solo fértil onde cultivo meu aprendizado e encontro grandes oportunidades.

À minha amada orientadora, Profa. Dra. Barbara, pela condução serena e afetuosa. Obrigada por me mostrar a leveza da pesquisa e por me encorajar, com tanta sabedoria, a abraçar em definitivo a vida acadêmica.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP, pelas trocas intelectuais que engrandeceram este texto. Aos queridos Christina e Guilherme, da secretaria do programa, pela paciência, gentileza e prontidão com que sempre me auxiliaram. Aos colegas que viraram amigos, pela parceria e pela amizade divididas ao longo destes anos.

Aos membros da banca examinadora, pelo tempo dedicado à leitura cuidadosa e pelas valiosas contribuições para o amadurecimento deste estudo.

Aos amigos do MusiMid, pela acolhida afetuosa e pela generosidade na partilha constante de conhecimento.

Aos meus colegas do Departamento de Comunicação da Unifesp, que viabilizaram o meu afastamento, permitindo que eu me entregasse de forma integral à realização deste doutorado.

Aos meus pais, Val e Francisco (*in memoriam*), minhas primeiras e maiores referências. Obrigada por me ensinarem, desde os meus primeiros passos, que a educação é o nosso bem mais precioso.

À minha tia de coração, Lili, que sempre me incentivou e foi a primeira financiadora deste projeto.

Ao meu grande amor, Fabiano. Você foi o meu ponto de equilíbrio do início ao fim. Obrigada por ter mergulhado comigo na pesquisa de campo, pelo olhar sensível nas fotografias, pela paciência infinita nos dias de escrita e por me oferecer calma e amor irrestrito quando as angústias da tese pareciam transbordar.

Por fim, a minha gratidão mais reverente aos narradores que, mesmo diante da dor, cederam o seu tempo e abriram as portas de suas memórias para mim. Em especial ao Joaquim: amigo-irmão e peça indispensável para que esta pesquisa acontecesse. A confiança de vocês é a verdadeira alma desta tese.

Entre as enormes ruínas sem pássaros, procurávamos bichinhos-de-conta, por baixo das pedras e vasos cobertos de musgo.

Mário Quintana

RESUMO

Esta pesquisa analisa o impacto da perda de objetos biográficos nas memórias afetivas da população atingida pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e o papel de sua salvaguarda na reconstrução identitária. O estudo investiga como esses itens estruturam a memória individual e coletiva e auxiliam na recuperação emocional dos atingidos. Parte-se da hipótese de que, embora a perda desestabilize a segurança ontológica e rompa a continuidade temporal, a salvaguarda desses itens auxilia na elaboração do trauma e na reconstrução das identidades individuais e coletivas, funcionando como um elo tangível entre o passado, a dor, o recomeço e o futuro. Como objetivo geral o estudo busca promover uma relação dialógica entre a salvaguarda do patrimônio e as populações afetadas, integrando suas vozes e experiências de valorização desses bens como meio de preservação das histórias individuais, sociais e identitárias. A metodologia fundamenta-se na interseção entre a História Oral e a Etnografia, adotando o método de Narrativas Oraís de História de Vida para conduzir entrevistas semiestruturadas com vítimas diretas e indiretas do desastre, ancorando-se nos conceitos de memória, patrimônio e trauma. Os resultados revelam que a invasão das águas provocou uma desorganização da vida cotidiana, na qual a perda dos objetos biográficos foi vivenciada como uma desestabilização da própria identidade. A investigação demonstra que o esforço para resgatar vestígios afetivos, especialmente fotografias, configura uma busca por ancoragem existencial para realocar o sujeito no mundo e no tempo. Ademais, o luto pela materialidade e a quebra da segurança ontológica dividiram as trajetórias entre o "antes" e o "depois" da tragédia. As considerações finais concluem que, embora a calamidade destrua objetos físicos e lares, ela não elimina a capacidade humana de ressignificação. Quando a materialidade biográfica desaparece, a memória individual e social permanece em movimento, sustentando-se nas narrativas orais e na solidariedade coletiva, evidenciando que o patrimônio reerguido frente ao trauma é a vida partilhada.

Palavras-chave: comunicação; memória; objetos biográficos; enchentes no RS; história oral.

ABSTRACT

This research analyzes the impact of the loss of biographical objects on the affective memories of the population affected by the 2024 floods in Rio Grande do Sul, and the role of their safeguarding in identity reconstruction. The study investigates how these items structure individual and collective memory and assist in the emotional recovery of those affected. It builds on the hypothesis that, although the loss destabilizes ontological security and ruptures temporal continuity, the safeguarding of these items assists in processing the trauma and reconstructing individual and collective identities, functioning as a tangible link between the past, the pain, the new beginning, and the future. As a general objective, the study seeks to promote a dialogical relationship between heritage safeguarding and the affected populations, integrating their voices and experiences in valuing these assets as a means of preserving individual, social, and identity-related histories. The methodology is based on the intersection of Oral History and Ethnography, adopting the Oral Life History Narratives method to conduct semi-structured interviews with direct and indirect victims of the disaster, anchored in the concepts of memory, heritage, and trauma. The results reveal that the floodwaters caused a disorganization of daily life, in which the loss of biographical objects was experienced as a destabilization of identity itself. The investigation demonstrates that the effort to rescue affective traces, especially photographs, constitutes a search for existential anchorage to relocate the subject in the world and in time. Furthermore, the mourning for materiality and the breach of ontological security divided their trajectories between the "before" and the "after" of the tragedy. The final considerations conclude that, although the calamity destroys physical objects and homes, it does not eliminate the human capacity for resignification. When biographical materiality disappears, individual and social memory remains in motion, sustained by oral narratives and collective solidarity, evidencing that the heritage rebuilt in the face of trauma is shared life.

Keywords: communication; memory; biographical objects; floods in RS; oral history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia eternizada em tatuagem.....	17
Figura 2 – Em destaque os municípios afetados pela calamidade no RS.....	21
Figura 3 – Praça da Alfândega durante a enchente de 1941.....	26
Figura 4 – Mobilização civil para resgate em via alagada de Porto Alegre.....	37
Figura 5 – Veículo e calçamento cobertos por lama no Centro Histórico de Porto Alegre.....	38
Figura 6 – Monumento Voluntários Anônimos em Porto Alegre.....	40
Figura 7 – Monumento Heróis Voluntários em Porto Alegre.....	41
Figura 8 – Monumento em homenagem à solidariedade nas enchentes de 2024....	42
Figura 9 – Placa do pico da enchente na Prefeitura Lajeado.....	43
Figura 10 – Voluntários da Maior Faxina da História.....	47
Figura 11 – Pertences que Luciana Gastal conseguiu resgatar na casa da avó.....	49
Figura 12 – Antes e depois da fotografia recuperada de Silvana Sehn Delavald.....	51
Figura 13 – Marca da enchente na altura do teto do carro.....	93
Figura 14 – Brinquedos do filho de Elisa imersos no lodo sob o estrado da cama....	95
Figura 15 – Lembranças perdidas para a contaminação na calçada de Tere.....	98
Figura 16 – Tatuagem de Rosa em homenagem aos seus gatos.....	100
Figura 17 – Reportagem do telejornal Fala Brasil.....	103
Figura 18 – Coração de pano que resistiu a tragédia.....	104
Figura 19 – Lareira recuperada de Dalva.....	106
Figura 20 – O cuidado de Tere ao recuperar os panos de prato maternos.....	108
Figura 21 – Fotografias resgatadas dos escombros como fragmentos de uma memória que se recusa a ser soterrada.....	109
Figura 22 – Acervo fotográfico danificado e aglutinado pela lama antes do processo de higienização.....	119
Figura 23 – Reprodução digital das fotografias salvaguardas.....	120
Figura 24 – Reprodução digital de uma fotografia física exibindo a cicatriz da tragédia.....	121
Figura 25 – Registro fotográfico recuperado durante o processo de higienização do acervo.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 1980.....	27
Gráfico 2 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 1990.....	27
Gráfico 3 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 2000.....	28
Gráfico 4 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 2010.....	29

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EPI	Equipamento de Proteção Individual
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
HD	Hard Disk (Disco Rígido)
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JFRS	Justiça Federal do Rio Grande do Sul
MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul
Navisual	Núcleo de Antropologia Visual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicações
RS	Rio Grande do Sul
Sedac	Secretaria de Estado da Cultura
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unip	Universidade Paulista
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS REPERCUSSÕES..	20
1.1 Um problema recorrente: o histórico das inundações no estado.....	25
1.2 O impacto das enchentes de 2024: perdas materiais e afetivas.....	30
1.3 Patrimônio material e imaterial: a preservação em contextos de desastre.....	33
1.4 A mobilização pelo resgate: os voluntários e as ações de salv guarda.....	44
2 HISTÓRIA ORAL E ETNOGRAFIA.....	53
2.1 As memórias da pesquisadora: o percurso até a escuta.....	57
2.2 Os artífices da memória: o protagonismo do testemunho.....	65
2.2.1 Tere: a matriarca.....	66
2.2.2 Lu: a tecelã.....	68
2.2.3 Dalva: a fortaleza.....	71
2.2.4 Joaquim: o porto.....	74
2.2.5 Rosa: a protetora.....	77
2.2.6 Elisa: a resiliente.....	81
2.2.7 Fabiene e Mel: as curadoras.....	84
3 MEMÓRIA E COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE DESORGANIZAÇÃO.....	87
3.1 Memória individual e memória social como práticas de compartilhamento e reconstrução simbólica.....	89
3.2 O universo sensível dos objetos: memória, perda e luto.....	92
3.3 O processo de salvamento: relatos e significados atribuídos.....	102
4 FOTOGRAFIA COMO GUARDIÃ DA MEMÓRIA.....	111
4.1 Álbum de fotografias: função documental e afetiva.....	113
4.2 Preservação simbólica: imagens e reconstrução de narrativas.....	118
4.3 Fotos perdidas: continuidade, esquecimento e resiliência.....	124

5 TRAUMA, RUPTURA TEMPORAL E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA.....	129
5.1 Memória e identidade: a reconstrução pós-tragédia.....	133
CONCLUSÕES.....	138
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS.....	153
Anexo A – Roteiro semiestruturado de entrevistas com as vítimas diretas das enchentes no RS - abril/maio de 2024.....	153
Anexo B – Roteiro semiestruturado de entrevistas com as vítimas indiretas das enchentes no RS - abril/maio de 2024.....	154

INTRODUÇÃO

No final de abril e ao longo do mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi acometido por temporais que desencadeariam uma tragédia climática de proporções inéditas. À medida que as águas avançavam e o país acompanhava as imagens impactantes de lares e cidades sendo submersos, a cobertura midiática e os esforços de resposta focaram-se, de maneira compreensível, no resgate de pessoas e animais e também nas perdas materiais básicas (moradia, vestimentas, alimentos e infraestrutura), essenciais para a sobrevivência física imediata. No entanto, em meio ao caos e à urgência do desastre, emergiu uma dor silenciosa: o apagamento das memórias afetivas.

Depoimentos e reportagens passaram a evidenciar o desespero das vítimas diretas e indiretas diante da perda de seus objetos biográficos (fotografias, roupas com valor sentimental, itens de decoração, documentos antigos e brinquedos), submersos pelas águas da maior catástrofe meteorológica da história gaúcha. O lamento da maior parte daquela população não se restringia ao valor financeiro dos bens, mas à constatação dolorosa de que as “coisas” doadas para a reposição de suas casas não carregariam a identidade (Pollak, 1992) de quem as perdeu.

A percepção dessa ruptura material e simbólica ecoou em minha própria vivência, sendo o grande motor desta investigação. Minha trajetória de pesquisa, que passa pelos estudos de memória no mestrado e, mais recentemente, pelo aprofundamento nessa disciplina durante o doutorado, tornou-me especialmente sensível às notícias que relatavam o luto por essas perdas afetivas no Sul do país. A angústia de imaginar como seria perder as minhas coisas, minhas lembranças, principalmente as do meu pai falecido, me fez, na mesma semana, eternizar a nossa foto favorita na minha pele em forma de tatuagem (Figura 1), uma maneira de não a perder e guardá-la para sempre comigo.

Figura 1 – Fotografia eternizada em tatuagem



Fonte: Autora (2024).

Além disso, essa tragédia em específico me tocou profundamente, pois tenho carinho muito grande pelo Rio Grande do Sul e seu povo, que sempre me acolheu com tanto amor. Algumas das minhas memórias mais bonitas foram criadas lá, minha primeira viagem sozinha foi para lá, um dos meus melhores amigos (o Joaquim) mora lá e, infelizmente, sua família foi uma das afetadas pelas enchentes. Com isso, pude acompanhar de perto (digitalmente) todo esse sofrimento, o que despertou o meu interesse, também como jornalista, em saber como estariam as pessoas afetadas direta e indiretamente, bem como o estado dos objetos biográficos recuperados. Inicialmente, propus à minha orientadora a redação de um artigo sobre o tema, mas a densidade do assunto nos levou a redirecionar o escopo da minha tese para abarcar esta realidade.

Para além dessa dimensão pessoal, este projeto encontra sua justificativa acadêmica em uma lacuna na produção científica. Uma busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em 23 de janeiro de 2025, revelou que, entre os 54 trabalhos indexados com as palavras-chave “enchentes” e “Rio Grande do Sul”, há uma ausência de pesquisas focadas no impacto das perdas materiais de caráter afetivo. Da mesma forma, os 17 trabalhos encontrados sobre “objetos biográficos” não estabelecem relação direta com desastres naturais. Analisar o extravio e o resgate

desses bens tem sua importância, pois, em contextos de tragédia, as vítimas perdem não apenas seus tetos, mas os guardiões de suas histórias.

Para compreender essa ruptura e dar voz à dimensão subjetiva da perda, a pesquisa fundamenta-se na interseção entre a História Oral e a Etnografia. Por meio do método de Narrativas Oraís de História de Vida (Perazzo, 2015), foram aplicadas e analisadas entrevistas semiestruturadas com pessoas atingidas, direta e indiretamente, pelas enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, principalmente à luz dos conceitos de memória, patrimônio e trauma. O referencial teórico utilizado abrange os estudos de Ecléa Bosi, Aleida Assmann, Judith Herman, Pierre Nora, Joël Candau, Maurice Halbwachs, Boris Kossoy, Walter Benjamin, Susan Sontag, entre outros. Os depoimentos pessoais são especialmente valorizados por sua capacidade de evidenciar traços de subjetividade, oferecendo um olhar íntimo sobre o evento e suas implicações, possibilitando a identificação de elementos relacionados à forma como cada um percebeu e vivenciou o colapso de seu espaço vital.

O estudo também se alinha aos esforços propostos pela Meta 11.4 da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹. Ao expandir a noção de preservação do patrimônio cultural para além das instituições oficiais, abarcando as memórias íntimas e os acervos particulares, o trabalho reflete sobre a importância da salvaguarda de bens simbólicos em um país frequentemente ameaçado por desastres climáticos e carente de medidas protetivas públicas e eficientes.

A pesquisa tem como objetivo geral promover uma relação dialógica entre essa meta global de salvaguarda do patrimônio e as populações direta e indiretamente afetadas pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, de modo a integrar suas vozes e experiências de valorização dos objetos biográficos, como um meio de preservação das histórias individuais, sociais e identitárias. Para alcançar esse propósito, o estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: valorizar a memória dessas pessoas por meio de entrevistas semiestruturadas; reconhecer a importância desses elementos biográficos como patrimônio material, individual e coletivo; investigar como a perda e a salvaguarda desses bens atuam na elaboração

¹ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda global adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, constituída por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030. A Meta 11.4 propõe especificamente "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo", o que, nesta pesquisa, é interpretado de forma a incluir os acervos e patrimônios afetivos das populações atingidas por desastres.

do trauma e do luto das vítimas da tragédia; e compreender o papel da recuperação das histórias de vida materializadas pelos objetos biográficos na reconstrução subjetiva dessas pessoas.

Para estruturar essa investigação, o percurso desta tese organiza-se em cinco capítulos que convidam o leitor a um movimento sensível, passando da magnitude fria das estatísticas e da visão distante das manchetes para cruzar a soleira dos lares, atravessando as ruínas do cotidiano até tocar, por fim, a intimidade guardada nas fotografias familiares. O primeiro capítulo, *As Enchentes no Rio Grande do Sul e suas Repercussões*, traça um panorama histórico e estrutural das inundações no estado, dimensionando a catástrofe de 2024 e seus impactos no patrimônio material e imaterial, bem como a indispensável mobilização solidária na salvaguarda de vidas e acervos. O segundo capítulo, *História Oral e Etnografia*, detalha a imersão metodológica, ancorada na interseção entre os dois métodos, indicando a entrada da pesquisadora no campo de estudo e apresentando os protagonistas cujos testemunhos dão voz e corpo à dimensão subjetiva da pesquisa. Já o terceiro, *Memória e Comunicação em Tempos de Desorganização*, debruça-se sobre a desorganização simbólica do espaço vital, analisando como o luto material e a salvaguarda dos objetos biográficos tensionam a memória em sua dimensão individual e social. O quarto capítulo, *Fotografia como Guardiã da Memória*, dedica-se exclusivamente à fotografia, investigando a sua sacralidade como guardiã da identidade e as implicações de sua perda ou salvaguarda na reconstrução das narrativas familiares. Para finalizar, o quinto capítulo, *Trauma, Ruptura Temporal e Reconstrução Identitária*, aprofunda a análise sobre o trauma e a ruptura temporal, observando o colapso da segurança ontológica, o estado de alerta imposto pelo pós-desastre e as estratégias singulares de reconstrução identitária elaboradas pelos sobreviventes.

É caminhando por essa geografia da perda que iniciamos a nossa travessia...

1 AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS REPERCUSSÕES

No dia 27 de abril de 2024, os moradores do Rio Grande do Sul não imaginariam que um temporal daria início a uma tragédia de grandes proporções em todo o estado, destruindo cidades, desabrigando milhares de pessoas e deixando um rastro de perdas humanas, materiais e simbólicas. Declarada como a maior catástrofe meteorológica da história gaúcha, segundo o ministro designado para a reconstrução do estado, Paulo Pimenta², a tragédia não apenas afetou a infraestrutura e a segurança. A violência das chuvas reativou a memória dos gaúchos em virtude da semelhança com aquela

terça-feira, 22 de abril de 1941, o céu escureceu, raios riscavam as nuvens, seguidos de trovões que estremeciam a cidade e causavam pânico nas áreas alagadiças. Era o prenúncio de um feroz temporal. A água caía densa e impiedosa. Rapidamente, alagou toda a região em torno do Areal da Baronesa, onde vivia boa parte dos descendentes de escravos (Guimaraens, 2024, p. 31).

A reedição desse cenário, somada a um histórico de enchentes recorrentes com diferentes graus de gravidade no estado, provocou um abalo na memória social e nas identidades individuais dos atingidos. De acordo com Elsa Peralta (2007, p. 19),

a memória social é, assim, constituída pela integração de diferentes passados num passado comum aos membros de uma colectividade, referindo-se àqueles elementos da recordação individual que são comumente³ partilhados pelo grupo, fornecendo as bases para a construção de uma significação colectiva.

Nas quatro semanas que se seguiram, o Brasil acompanhou, pelas diferentes mídias, as imagens impactantes de um povo mergulhado em sofrimento. O volume de água que caiu do céu não encontrou escoamento adequado na terra, causando danos imensuráveis à infraestrutura e à vida das pessoas.

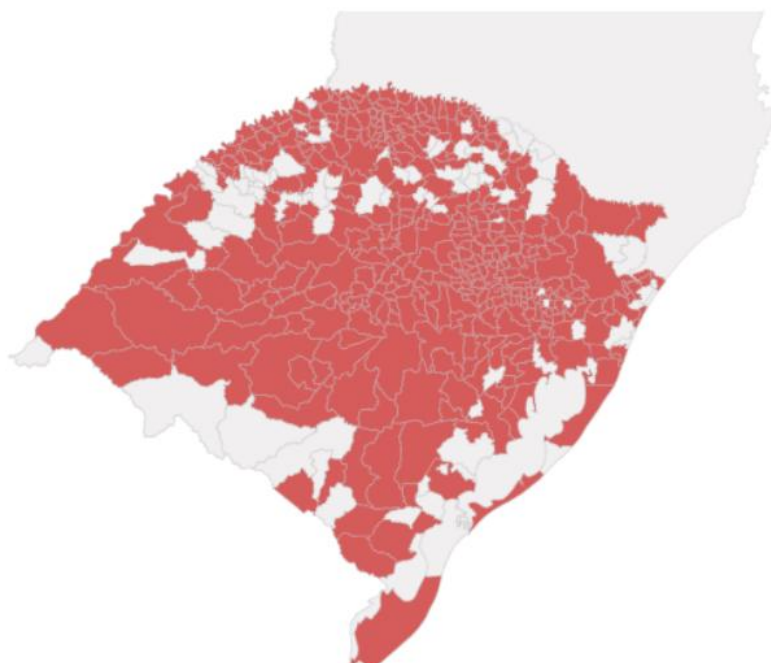
Segundo a publicação *As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente* (2025), dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, atingindo aproximadamente 2,4 milhões de pessoas. Mais de 15.000 km² do

² De acordo com a matéria da Agência Brasil, em maio/2024: "Maior catástrofe meteorológica da história do RS", diz ministro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/estamos-diante-da-maior-catastrofe-meteorologica-da-historia-do-rs>. Acesso em: 23 out. 2024.

³ Nas citações cujo texto está escrito no português de Portugal, manteremos a grafia original.

território gaúcho ficaram submersos, como observado na Figura 2, com perdas humanas alarmantes: 183 mortes confirmadas e 27 desaparecidos, além de 806 feridos. A exposição às águas da inundação resultou em mais de 15 mil casos registrados de leptospirose. Cerca de 146 mil pessoas ficaram desalojadas e mais de 50 mil foram realocadas em abrigos. No ápice da crise, o estado chegou a registrar mais de 81 mil acolhimentos em abrigos temporários (ANA, 2025, p. 8). Segundo Collischonn (2024, p. 2, tradução nossa), “Considerando seus impactos profundos, generalizados e duradouros, o desastre de abril-maio de 2024 pode ser considerado o maior desastre hidrológico natural da história do Brasil”⁴.

Figura 2 – Em destaque os municípios afetados pela calamidade no RS



Fonte: Governo do Rio Grande do Sul, dados até 8 de maio de 2024.

O Instituto de Pesquisas Hidráulicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) informou, por meio de nota técnica, que em apenas duas semanas, entre abril e maio, a precipitação em vários locais foi de cerca de 40% do volume médio anual (Paiva *et al.*, 2024, p. 2). Estações de monitoramento registraram acumulados entre 25 de abril e 15 de maio de 2024, como a marca de 1.062,0 milímetros em Muçum, o que representa oito vezes a média histórica para a época (ANA, 2025, p. 11).

⁴ No original: “Given its profound, widespread and long-lasting impacts, the disaster of April-May 2024 can be considered the biggest natural hydrological disaster in the history of Brazil” (Collischonn, 2024, p. 2).

O Rio Guaíba⁵, em Porto Alegre, atingiu o nível recorde de 5,37 metros na estação Cais Mauá C6, superando em mais de 60 cm o nível da cheia de 1941 (4,75 m). A subida das águas em 2024 foi mais acelerada, ocorrendo em apenas dois dias, enquanto em 1941 as águas levaram 10 dias para subir. A duração da cheia também foi mais crítica: durou aproximadamente 30 dias em 2024, contra 20 dias em 1941 (ANA, 2025, p. 14).

Diversos fatores contribuíram para a calamidade de 2024. O primeiro foi a seguinte sequência de acontecimentos meteorológicos:

1 Um processo conhecido como rios voadores em que os ventos alísios de leste no oceano Atlântico Tropical passam sobre a Amazônia. Esse fluxo adquire maior quantidade de umidade devido a evapotranspiração da floresta e sofre um desvio e acelera devido a barreira topográfica dos Andes transportando grande quantidade de umidade na baixa atmosfera em direção ao sul do Brasil; 2 Ar mais quente e mais úmido do que o normal por causa do oceano Atlântico Tropical mais quente; 3 Um bloqueio atmosférico no Oceano Pacífico Sul; 4 El Niño, ainda que em fase de enfraquecimento. Essa combinação permitiu que uma sequência de tempestades, durante dias, despejasse uma quantidade extraordinária de água sobre uma extensa área do estado do Rio Grande do Sul (Marengo *et al.*, 2024, p. 206).

O segundo fator diz respeito à natureza geomorfológica e hidrológica do estado. O relevo e as características naturais dos rios gaúchos também favoreceram a enchente. Os rios Jacuí, Taquari e Caí passam por regiões com solo basáltico e íngreme, o que facilita deslizamentos e o deslocamento de terra para dentro deles. Essas condições fazem com que, quando chove, a água escoe muito rapidamente para os rios. No entanto, ao chegar perto da região metropolitana de Porto Alegre, esses rios perdem velocidade e transbordam para áreas naturalmente mais baixas e alagadiças, o que propicia o aparecimento de enchentes grandes e prolongadas (Magalhães Filho *et al.*, 2024, p. 28).

Já o terceiro são os aspectos antrópicos⁶, que transformaram a cheia em um desastre de grandes proporções. De acordo com o estudo *Avaliação do risco de inundação do Lago Guaíba e Delta do Jacuí*, desenvolvido por Elisabete Weber Reckziegel, Jair Weschenfelder e Thiago Bazzan em 2019, a ocupação urbana, principalmente

⁵ Até os anos de 1990, o Guaíba foi considerado rio. A partir daí, passou a ser definido como lago. Oficialmente, a prefeitura de Porto Alegre assumiu recentemente o Guaíba como lago. O executivo municipal criou, inclusive, o Comitê da Bacia do Lago Guaíba (Gandra, 2024).

⁶ Aspectos antrópicos correspondem às ações e intervenções humanas que modificam o meio ambiente natural, especialmente em áreas urbanas, provocando alterações nos ecossistemas e acelerando processos de degradação, como erosão do solo, consumo intensivo de recursos e poluição (Silva, 2007).

das planícies dos rios citados, foi um fator determinante para a gravidade das inundações na região. Entre 1950 e 2010, a população cresceu de forma acelerada e desordenada, expandindo-se justamente sobre áreas suscetíveis a cheias e, muitas vezes, sem infraestrutura adequada. Bairros com moradias precárias, baixa renda e acesso limitado a serviços básicos, como água, esgoto e coleta de lixo, apresentam maior vulnerabilidade e menor capacidade de resposta aos desastres.

Agravando esse cenário, a falta de alertas claros, a resposta lenta e a desarticulação entre diferentes níveis de governo potencializaram os impactos da enchente. Muitos alertas emitidos pela Defesa Civil foram tardios, genéricos ou sem a ênfase adequada sobre a gravidade do evento, o que comprometeu a evacuação preventiva de áreas de risco. A ausência de protocolos bem estabelecidos, somada à comunicação deficiente, à desinformação e à falha nos sistemas de telefonia e internet, expôs principalmente a população vulnerável, resultando em alto número de mortos e desalojados, especialmente em cidades como Canoas, São Leopoldo, Eldorado do Sul e Roca Sales. A decretação do estado de calamidade, em 5 de maio de 2024, permitiu alguma melhoria na coordenação, mas evidenciou a urgência de protocolos mais eficazes e integrados. Por outro lado, nas margens da Lagoa dos Patos, a combinação entre a lenta elevação das águas e sistemas de previsão mais eficientes possibilitou respostas antecipadas e maior proteção à população (ANA, 2025, p. 37).

Os sistemas de proteção contra cheias em Porto Alegre e outras cidades da região metropolitana, projetados entre as décadas de 1960 e 1980, também apresentaram falhas importantes durante a enchente de 2024, mesmo sem que as águas ultrapassassem, na maioria dos locais, os níveis máximos previstos. As falhas ocorreram por diversos motivos, como rompimentos em comportas, refluxo em galerias, pontos rebaixados nos diques, construções irregulares sobre as estruturas e até diques abaixo das cotas estipuladas. Isso expôs uma população que acreditava estar segura, ampliando os impactos da tragédia. Estima-se que entre 35% e 40% dos atingidos estavam justamente em áreas consideradas protegidas (ANA, 2025, p. 35).

A esse cenário somam-se fatores estruturais e institucionais mais amplos, relacionados à ausência de políticas públicas eficazes e ao modelo de urbanização adotado nas cidades brasileiras, como analisam Ligia Maria Comis Dutra e Fernanda Faria Meneghello no artigo *Tragédias climáticas, cidades insustentáveis e políticas desconformes: o caso de Rio Grande do Sul* (2025, p. 102):

As catástrofes climáticas que assolam o Rio Grande do Sul são um reflexo direto da insustentabilidade das cidades e da inadequação das políticas atuais. As cidades do Rio Grande do Sul, assim como muitas outras ao redor do mundo, enfrentam o desafio de se adaptarem a um clima em constante mudança. A frequência e intensidade das tragédias climáticas na região têm mostrado que as políticas existentes são insuficientes e muitas vezes desconformes com as necessidades reais da população e do meio ambiente.

Além das consequências sociais, ambientais e institucionais, as enchentes de 2024 também provocaram profundos impactos econômicos em escala estadual e nacional. Os prejuízos se estenderam da destruição de infraestrutura e habitações à paralisação de atividades produtivas e à perda de empregos, afetando diretamente a arrecadação pública, o abastecimento e a dinâmica comercial em diversos setores.

Em agosto de 2024, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou prejuízos em R\$ 13,3 bilhões, com o setor habitacional totalizando R\$ 4,7 bilhões em danos a 113,6 mil residências. A Universidade de Passo Fundo (UPF) estimou os impactos econômicos em R\$ 35,6 bilhões na produção, R\$ 15,7 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) e a eliminação de 152.017 postos de trabalho. Setores como serviços (66,51%), comércio (28,18%), indústria e agropecuária (4,25%) foram os mais atingidos (ANA, 2025, p. 9). A piscicultura, por exemplo, sofreu prejuízos superiores a R\$ 5 milhões, apenas com a perda de animais, além de mais de R\$ 3 milhões em reparos de infraestrutura, totalizando R\$ 8,67 milhões (Noskoski *et al.*, 2024, p. 5). Avaliar esses danos permite compreender a extensão das perdas materiais e o desafio da reconstrução em um cenário de vulnerabilidade econômica e fiscal.

Embora a enchente de 2024 tenha se destacado pela sua magnitude e pelo impacto generalizado em todo o estado, ela não pode ser considerada um evento isolado na história do Rio Grande do Sul. Ao contrário, faz parte de um padrão recorrente de desastres hidrológicos que marcam a trajetória do território gaúcho, revelando vulnerabilidades estruturais, sociais e ambientais acumuladas ao longo do tempo. Compreender as origens e a frequência dessas enchentes é fundamental para situar a tragédia recente dentro de um ciclo histórico de eventos extremos, que se repetem com diferentes intensidades, mas sempre deixam marcas profundas na paisagem, nas populações atingidas e na memória social.

1.1 Um problema recorrente: o histórico das inundações no estado

As enchentes no Rio Grande do Sul constituem um fenômeno histórico e recorrente, cujas raízes remontam aos primeiros registros da capital, Porto Alegre. “Em maio de 1824, uma ata da Câmara Municipal registra um grande alagamento que destruiu as principais plantações da cidade, levando os vereadores a proibirem a saída de gêneros ‘para fora da terra’” (Guimaraens, 2024, p. 24).

Durante o século XIX, as três maiores enchentes registradas no Rio Grande do Sul ocorreram em 1873, 1895 e 1897. A cheia de 1873 se destacou por já permitir medições confiáveis, revelando que as chuvas intensas de setembro e outubro elevaram o nível do Guaíba em 3,5 metros. Em 1895, os danos foram novamente severos, mas foi em 1897 que a força das águas provocou a queda da Ponte da Azenha, construída em pedra e substituta da antiga estrutura de madeira destruída pela enchente de 1850 (Guimaraens, 2024, p. 24).

Já a primeira metade do século XX foi marcada por grandes cheias no estado em 1905, 1912, 1913 e a de 1926, considerada a maior registrada nos meses de setembro-outubro e conhecida como a “enchente de São Miguel”⁷.

Porto Alegre foi castigada por 16 dias de chuvas inclementes. Entre 13 de setembro e 3 de outubro daquele ano, a quantidade de chuva somou 317,7 milímetros. Apenas no dia 28, o índice de precipitação alcançou o recorde de 103,6 milímetros. Mais de 40 ruas do Centro, da Zona Norte e do Menino Deus estavam inundadas e era possível andar de barco sobre elas (Guimaraens, 2024, p. 24).

Porém, um dos eventos mais notáveis desse século foi a cheia de abril e maio de 1941, que, até 2024, era considerada a maior já registrada na região, atingindo cerca de 4,75 metros no Cais Mauá, em Porto Alegre (ANA, 2025, p. 35), o que representou quase cinco vezes a cota de transbordamento e alagando áreas centrais da cidade como o Mercado Público, o Centro Histórico, bairros ribeirinhos e comunidades periféricas. De acordo com Guimaraens (2024), essa inundação resultou em 15 mil residências submersas e afetou 70 mil pessoas em Porto Alegre, cerca de 25% da população da capital na época, com prejuízos que ultrapassaram 30 milhões de dólares.

⁷ O arcanjo guerreiro que enfrentou Lúcifer e os anjos rebeldes em defesa da autoridade de Deus, cujo dia de devoção é 29 de setembro (Guimaraens, 2024, p. 23).

Na época, o sistema de transportes colapsou, as comunicações foram interrompidas e as atividades econômicas paralisadas por semanas. As imagens da cidade submersa, com famílias se deslocando em barcos e pontes improvisadas, como observado na Figura 3, entraram para a memória social como o retrato da vulnerabilidade urbana frente aos fenômenos naturais.

Figura 3 – Praça da Alfândega durante a enchente de 1941



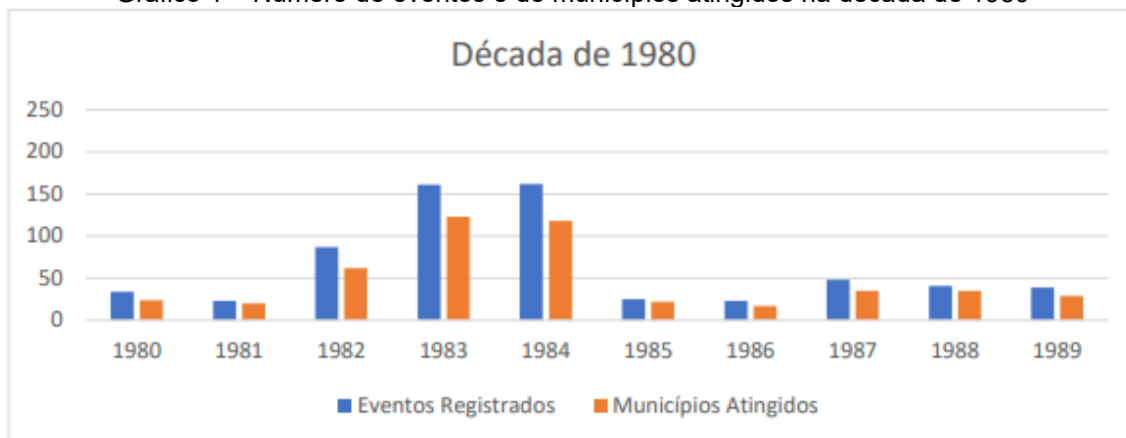
Fonte: Antônio Nunes/Acervo Fotográfico do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

A catástrofe de 1941 impulsionou o primeiro grande debate sobre infraestrutura de contenção em Porto Alegre. Somente a partir da década de 1970 iniciaram-se as obras de diques, casas de bombas e o icônico Muro da Mauá, um paredão de concreto com mais de 2,5 km ao longo da orla do Guaíba, projetado para conter enchentes de até 6 metros (Guimaraens, 2024, p. 92).

A década de 1980 (Gráfico 1) continuou registrando um número significativo de eventos hidrológicos. Em 1983, uma das maiores inundações registradas afetou Porto Alegre e a região metropolitana, além dos vales dos rios Taquari, Sinos, Jacuí e Uruguai, deixando milhares de desabrigados. Em Uruguaiana, nas margens do rio Uruguai, cerca de 8.000 pessoas foram desalojadas; em São Leopoldo, na bacia do rio dos Sinos, mais de 12.000 pessoas; e na capital, Porto Alegre, pela cheia do Lago Guaíba nas ilhas do Delta do Jacuí, aproximadamente 4.500 pessoas ficaram desabrigadas (Robaina *et al.*, 2024, p. 78). Em agosto de 1984, municípios como

Aratiba, Crissiumal, Iraí, Itaqui, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Nonoai, Porto Lucena, Porto Xavier, São Borja, Três Passos, Uruguai e Vicente Dutra foram atingidos. Chuvas intensas em maio de 1990 também causaram danos significativos, com 11 municípios decretando situação de emergência (Righi; Robaina, 2010, p. 48).

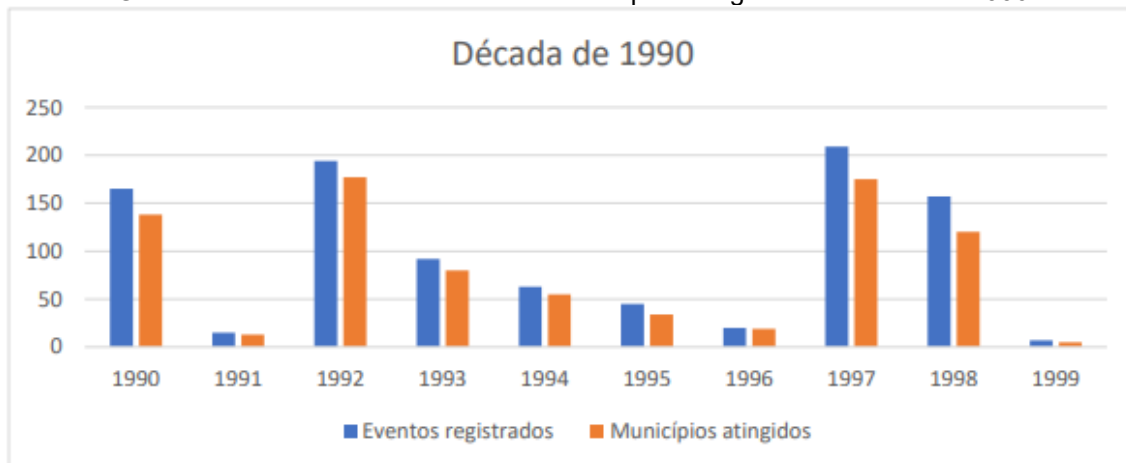
Gráfico 1 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 1980



Fonte: Robaina *et al.* (2024, p. 78).

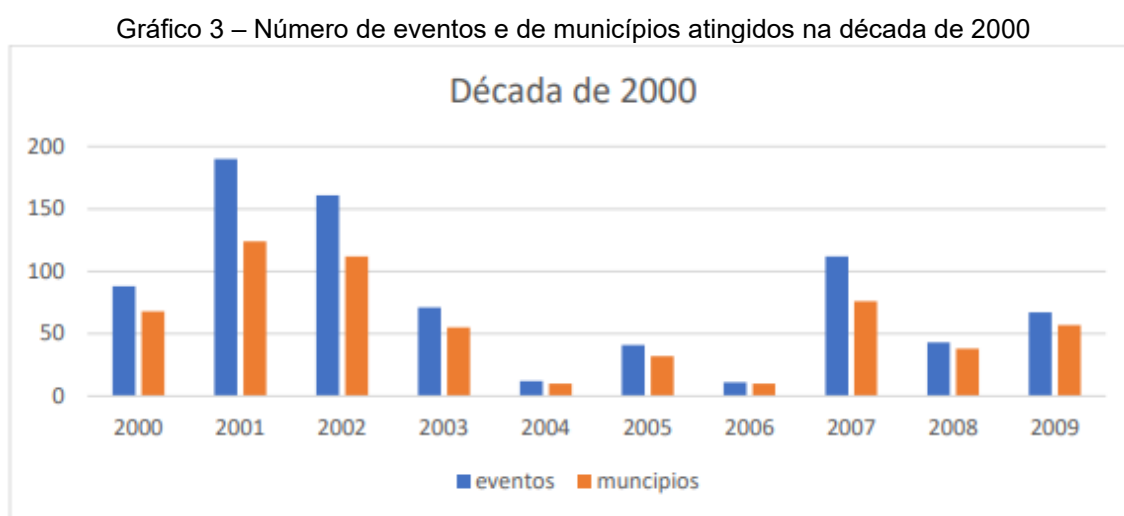
Já a década de 1990 (Gráfico 2) se destacou com 223 municípios afetados, sendo 1992 e 1997 os anos mais críticos em termos de eventos registrados. Em 1992, inundações atingiram as porções sul, oeste e central do estado, deixando muitas pessoas desabrigadas (Robaina *et al.*, 2024, p. 80). Em 1997, chuvas intensas em outubro provocaram grandes cheias em toda a extensão do rio Uruguai, resultando em 9.000 pessoas desalojadas (Righi; Robaina, 2010, p. 51).

Gráfico 2 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 1990



Fonte: Robaina *et al.* (2024, p. 80).

No século XXI, a frequência e intensidade dos desastres hidrológicos continuaram a crescer. Entre 2000 e 2011 (Gráfico 3), foram registradas 96 enchentes no Rio Grande do Sul (Wollmann, 2014, p. 82). Ocorreram eventos significativos em 2001, 2002 e 2009. Em 2001, várias regiões do estado foram impactadas por inundações e enxurradas, com mortes em Candelária, Lajeado e Estrela, além de 10.000 pessoas desabrigadas em Rolante. Em 2002, municípios como Pedro Osório, Dom Pedrito, Rosário do Sul, Alegrete e São Gabriel registraram um alto número de desabrigados devido às cheias (Robaina *et al.*, 2024).



Fonte: Robaina *et al.* (2024, p. 82).

A década de 2010 (Gráfico 4) apresentou um aumento contínuo no número de registros e municípios atingidos, totalizando 318 municípios. Os anos de 2011, 2015 e 2017 foram os mais impactantes. Em 2011, mais de 100 mil pessoas foram afetadas, principalmente nos vales do Caí, Paranhana e Taquari, com inundações severas e perdas de vidas em São Lourenço do Sul. Em 2015, Porto Alegre reviveu o drama de inundações que não ocorriam havia 48 anos, com o Lago Guaíba atingindo 2,79 metros, o maior nível desde 1967. Em 2017, Rolante e municípios da Fronteira Oeste foram severamente atingidos por enxurradas e cheias (Robaina *et al.*, 2024).

Gráfico 4 – Número de eventos e de municípios atingidos na década de 2010



Fonte: Robaina *et al.* (2024, p. 85).

Ao chegarmos à década de 2020, a enchente de 2024 superou o marco histórico de 1941, tanto em volume de água quanto em impactos sociais e econômicos. Estima-se que 478 municípios gaúchos tenham sido afetados e quase 2,4 milhões de pessoas diretamente atingidas (ANA, 2025, p. 8).

A frequência dos eventos sugere não apenas um problema pontual, mas uma crise ambiental, urbana e climática em curso, que exige revisão profunda das políticas públicas de planejamento, moradia, drenagem e enfrentamento de tragédias.

Diante desse cenário, a lembrança das enchentes anteriores, como as de 1926 e 1941, permanece viva, ressignificada a cada novo desastre. As narrativas sobre perdas, reconstrução e resiliência fazem parte da memória social do gaúcho, constantemente produzidas diante de novos eventos. Contudo, como se evidenciou em 2024, a escala da catástrofe, sua velocidade e seus efeitos humanos e simbólicos colocam em xeque as estratégias tradicionais de enfrentamento e revelam a necessidade de novas abordagens para compreender não apenas a dinâmica geomorfológica das enchentes, mas também seus impactos emocionais, identitários e culturais, acionados, muitas vezes, pela memória. Sobre essa relação intrínseca, Michael Pollak argumenta que:

Podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 204, grifo do autor).

Nesse contexto, compreender as enchentes como uma tragédia que já vinha sendo anunciada há anos devido ao problema histórico e estrutural do Rio Grande do Sul, é fundamental para contextualizar a análise dos objetos perdidos, tema central desta pesquisa.

1.2 O impacto das enchentes de 2024: perdas materiais e afetivas

Se por um lado a enchente de 2024 inscreve-se em um longo histórico de eventos hidrológicos extremos no Rio Grande do Sul, por outro ela inaugura um novo patamar de impactos, tanto pela magnitude dos danos materiais, quanto pela intensidade das perdas simbólicas. Com mais de 420 mil domicílios atingidos diretamente (Pereira *et al.*, 2024, p. 5), a tragédia de 2024 superou eventos históricos anteriores em extensão e severidade.

Ao mesmo tempo em que o Estado enfrentava o desafio da reconstrução física da cidade, emergia também o enfrentamento simbólico do trauma e da ruptura identitária. Para muitos, a casa não é apenas um abrigo físico, mas um universo de memórias seguro, onde se abrigam histórias familiares e raízes pessoais, isto é, “tentativas de criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora” (Bosi, 2003, p. 25).

A água, ao invadir as moradias e destruir os espaços domésticos, também levou objetos com significados afetivos e irrecuperáveis; a eles damos o nome de objetos biográficos, pois funcionam como dispositivos da memória, conectando indivíduos ao seu passado e conferindo continuidade às suas narrativas pessoais. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 26), são “as coisas que envelhecem conosco [e] nos dão a pacífica sensação de continuidade”, aspecto essencial para a estabilidade emocional e psicológica, especialmente em contextos de tragédia e luto. Um álbum de fotografias, por exemplo, “é construído por um ou vários membros e contado por um ou vários familiares” (Silva, 2008, p. 24), e seu desaparecimento anula o suporte material e imagético da memória. Sem ele, o exercício de compartilhá-la entre gerações torna-se dependente da imaginação e da oralidade.

Na ausência desses suportes materiais, põe-se em risco a manutenção da memória das futuras gerações. Em meio à tragédia, os objetos biográficos são, muitas vezes, os que definem quem somos e de onde viemos.

Quaisquer que sejam os documentos-rastros transformados em matéria-prima da história, esses são, antes de mais nada, vestígios, indicando a existência de um passado e que nele foram gerados atos comunicacionais que permaneceram durando, como rastros ou como restos, como indícios ou materialidades do passado (Barbosa, 2019, p. 15)⁸.

Dessa forma, um simples bilhete, uma peça de roupa ou um livro podem gerar sentimentos, afetos e até mesmo combater o esquecimento. A memória não se limita ao campo da lembrança, manifestando-se nos elementos concretos do cotidiano que se tornam marcadores simbólicos da trajetória de cada pessoa. “O símbolo é uma categoria não literária; são chamados simbólicos os ‘objetos felizes’ que, ao serem observados, devem gerar determinadas sensibilidades” (Assmann, 2011, p. 318, grifo do autor). Ou seja: agenciam memórias que ultrapassam “a memória do indivíduo na direção da memória da família” (Assmann, 2011, p. 319).

É o que observamos, previamente pela imprensa, em relatos que nos sensibilizaram e motivaram a realização desta pesquisa. O lamento não é apenas pelo prejuízo das coisas materiais, mas pelo que elas representavam. Isso se depreende da entrevista, para o *Jornal Nacional*, em 6 de maio de 2024, na qual a empregada doméstica Tatieli Bertotti, ao ver sua casa reduzida a escombros, desabafou:

E aí todo mundo diz: 'Ah, vocês vão ganhar'. A gente vai ganhar, mas não são nossas coisas. Terminou tudo que nós tínhamos. Foto, roupas, móveis, nada a gente tem mais. Os brinquedos do meu filho, eu consegui achar quatro brinquedos, de tanto brinquedo que ele tinha.

Em entrevista à *Deutsche Welle Brasil*, de 25 de maio de 2024, Gustavo Oliveira, criador de uma força-tarefa voluntária na cidade de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul, relata que as pessoas, ao retornarem às suas casas, buscavam prioritariamente por essas memórias: “Ninguém vai ver o sofá, a TV, todos correm para buscar fotos ou algum tipo de recordação. É unânime: todos” (Gindri, 2024). Esse comportamento evidencia que a sensação de perda dessas memórias, além de não ser mensurável, ultrapassa o valor monetário, pois representa o desaparecimento de um legado familiar e do espaço que abrigava sonhos e lembranças. A busca pela recuperação das memórias e a reconstrução da identidade imaterial e simbólica

⁸ Para efeito de clareza, não faremos distinção entre rastros, vestígios e restos, embora Aleida Assmann, em sua obra *Espaços de recordação*, discuta alguns desses conceitos. Para todos eles, assumiremos a definição de “ruínas”, ou seja, “sustento e garantia de memória”, desde que associadas “às histórias que se inventam para elas e que as envolvem, como a hera nos escombros” (Assmann, 2011, p. 334).

corroboram a simbiose entre esses dois conceitos, conforme Joël Candau:

De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade (2012, p. 19).

Já a notícia “Enchentes no RS destroem cemitérios, soterram memórias e transferência de corpos levará mais de ano”, da *Folha de S. Paulo*, de 11 de maio de 2024, lembra que “a enchente destruiu o quadro do avô que ficava na parede da casa do neto e levou junto sua lápide” (Teixeira; Ladeira, 2024). Os sepulcrários também foram assolados pela tragédia, locais de memória nos quais se mantêm vivos os vínculos afetivos com os antepassados, isto é, “um local sagrado, instaurado pela presença do morto” (Assmann, 2011, p. 345).

Esses exemplos, ainda que aleatórios, revelam que as perdas físicas e simbólicas decorrentes da tragédia não se restringem ao espaço privado, mas a todo o território afetado, incluindo lugares públicos e comunitários, como bibliotecas e outros espaços de guarda de informações e preservação de documentos, como trataremos no próximo item.

Mais do que centros de leitura, esses locais exerciam funções sociais, culturais e educacionais (Araújo; Ribeiro, 2024, p. 2), atuando como guardiões da memória coletiva e individual.

É importante ressaltar que não estamos nos referindo unicamente a museus e arquivos, esses espaços que guardam acervos que são mais comumente identificados como “históricos”. Também estamos nos referindo aos documentos e objetos que registram o cotidiano de repartições públicas, escolas e espaços culturais, por exemplo. Fichas funcionais, fotografias, protocolos, processos administrativos, correspondências e projetos, entre tantas outras tipologias, que foram total ou parcialmente destruídos pela água contaminada com as mais diferentes substâncias e microrganismos (Secretti *et al.*, 2024, p. 16).

Essa interdependência entre memória e identidade, tão evidente na dor da perda dos objetos pessoais, revela a fragilidade dos suportes materiais diante da força da natureza. As águas submergiram pedaços de histórias individuais e coletivas e colocaram em xeque a preservação da história compartilhada, exigindo que ampliemos a discussão para o campo do patrimônio cultural e sua salvaguarda em tempos de crise. É preciso compreender, portanto, como a destruição ultrapassa o

luto privado e afeta a memória social.

1.3 Patrimônio material e imaterial: a preservação em contextos de desastre

Se a perda dos objetos biográficos ameaça as narrativas familiares e individuais, a daqueles guardados em acervos públicos coloca em risco a memória coletiva, uma vez que o ato de lembrar não é um fenômeno puramente individual, mas um processo sustentado pelos grupos aos quais se tem aderência (Halbwachs, 1990, p. 36).

Para compreender a dimensão política e social dessa perda, é necessário entender, antes, a noção de patrimônio (*patrimonium*), que

possui uma trajetória na história, e se liga inicialmente à ideia de herança, bens materiais, coisas que se acumulam. [...] O debate sobre a cidadania que segue a partir da Revolução Francesa (1789) sinalizava para a igualdade de todas as pessoas na nação e apontava também para a comunhão de todos os valores culturais e patrimoniais do povo. A partir de então patrimônio passou a designar o conjunto de bens culturais de um povo, uma herança cultural capaz de construir as identidades nacionais (Santos Junior, 2024, p. 262).

É nessa condição que os patrimônios material e imaterial se conectam de forma indissociável à memória. Para Candau (2012, p. 16), o patrimônio constitui uma dimensão da memória, um elo que legitima e prolonga a existência de um grupo ao longo do tempo. Não se trata, portanto, apenas de objetos preservados por seu valor histórico ou estético, mas de suportes materiais e simbólicos que possibilitam a continuidade das narrativas sociais.

Assim, quando as águas invadiram bibliotecas, museus e arquivos públicos no Rio Grande do Sul, o impacto da destruição física das edificações e dos acervos foi agravado pelos estragos causados aos registros da história política, cultural e artística do estado, ou seja, da memória compartilhada da sociedade gaúcha.

Esse tipo de perda assume contornos mais profundos quando se considera que os espaços patrimoniais não operam como meros depósitos neutros de guarda de objetos, mas como lugares atravessados por vínculos afetivos, políticos e experiências coletivas.

Ao analisar o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Mariana de Marsillac Lessa (2021, p. 10) observa que o trauma da perda é amplificado pela complexidade histórica e emocional desses espaços, que concentram múltiplas

camadas de pertencimento, memória e envolvimento simbólico. A destruição de acervos patrimoniais, nesse sentido, desencadeia um luto coletivo que vai além da dimensão institucional, afetando trabalhadores, pesquisadores, visitantes e a sociedade como um todo.

No contexto gaúcho, o diagnóstico apresentado pela Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), em 31 de julho de 2024, evidenciou a extensão da tragédia. Ao todo, 283 municípios registraram danos em bens culturais públicos, sendo que 21% corresponderam à perda total dos bens e 79% a perdas parciais. Isso demonstra que, embora a destruição completa tenha sido significativa, a maior parte do patrimônio afetado passou a demandar processos complexos de recuperação e restauro. Entre os equipamentos culturais atingidos, as bibliotecas configuraram o segmento mais vulnerável, com 57 instituições danificadas, seguidas por centros culturais, museus e Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), além de arquivos públicos, teatros e igrejas. A diversidade dos acervos comprometidos revela que os danos incidiram tanto sobre documentos e obras de arte quanto sobre mobiliários históricos, instrumentos musicais e outros bens associados ao que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) denomina de patrimônio cultural material: “universo de bens tangíveis [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Iphan, 2018, p. 1).

Do mesmo modo, os impactos das enchentes incidiram sobre dimensões imateriais do patrimônio cultural. Isso ocorre porque a destruição física afeta diretamente as dinâmicas sociais que sustentam essas expressões, conforme define a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco):

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (2003, p. 3).

A interrupção de festas, rituais, encontros e atividades culturais afetou processos simbólicos de transmissão da memória, fundamentais para a manutenção dos modos de vida e das identidades locais.

Os pontos de referência da comunidade — como a praça, o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), a igreja, os órgãos públicos e os estabelecimentos comerciais — deixaram de existir, algumas vezes sem sequer deixar rastros. Nesses territórios, as comunidades relataram uma perda peculiar, imaterial, que demonstrou importante impacto sobre a saúde mental: a perda do mundo presumido e do senso de segurança (Schmidt *et al.*, 2025, p. 59).

Assim, a destruição desses locais de convivência não representa apenas prejuízo arquitetônico, mas o apagamento dos cenários onde a vida coletiva se desenrolava, gerando sensação de estranhamento dentro do próprio território. O uso desse termo, aqui, afasta-se da ideia de um simples recorte espacial inerte para ser compreendido em sua dimensão social, conforme a conceituação de Milton Santos (2000, p. 26):

não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Diante da urgência de salvaguardar o que restou do patrimônio material, formou-se uma rede de solidariedade por meio do cadastro SOS Acervos, coordenado pela Sedac, reunindo mais de 500 inscritos, entre técnicos, especialistas e instituições governamentais e não governamentais de diferentes regiões do país. Essa articulação evidencia que a salvaguarda desse patrimônio, em contextos de desastre, não se configura como uma atividade acessória, mas como uma ação estratégica de reconstrução simbólica. No documento Operação Recupera Acervo⁹, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a arquivista Débora Flores (2024) sintetiza essa compreensão ao afirmar que, enquanto alguns grupos atuavam no resgate de vidas e no atendimento emergencial, a preservação dos arquivos representava a garantia de que a história não seria apagada, reafirmando a responsabilidade social dos trabalhos com a memória.

Aproveitamos aqui para lembrar que além dos acervos institucionalizados, as enchentes também atingiram um patrimônio material composto pelos já citados objetos biográficos, frequentemente ausentes das políticas oficiais de preservação.

⁹ Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/operacao-recupera-acervo-ufsm>. Acesso em: 21 jan. 2026.

Sobre essa questão, as responsáveis do projeto Resgate de Memórias¹⁰, da UFRGS, assim se pronunciaram:

Todos os esforços estavam direcionados aos acervos institucionais - de importância extrema para a memória da cidade -, que receberam atenção de especialistas de diversos pontos do Brasil e do mundo. As histórias que não são acolhidas pelos registros oficiais, contudo, estavam mais uma vez vulneráveis, com risco de desaparecimento.

A relevância desses acervos para a população, mas também para a preservação do patrimônio imaterial do Rio Grande do Sul, para nós, era evidente. Pois compõem uma memória não-oficial gaúcha, importante não apenas no âmbito mais privado, mas também social (Gama; Lima, 2025, p. 3).

Nesse sentido, preservar o patrimônio não implica apenas conservar bens ou restaurar edificações, mas assegurar condições de continuidade identitária para indivíduos e coletividades afetados. Como lembra Halbwachs (1990, p. 26), “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.

Retornando ao âmbito institucional, a experiência da enchente desencadeou processos de reflexão e reestruturação em instituições culturais, como no caso do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). Afetado pela tragédia, passou a rever a gestão de seu espaço físico, planejando a transferência das reservas técnicas e das atividades operacionais para os andares superiores do edifício. Essa reorganização espacial constitui apenas a dimensão mais visível de uma transformação mais profunda: a incorporação de uma cultura de gestão de riscos aplicada ao patrimônio. Ao integrar arquitetura a protocolos preventivos, a instituição busca transformar a experiência traumática em aprendizado.

Preservar, restaurar e reconstruir, atualmente, são a garantia de memórias e histórias nas gerações atuais e futuras, assim como recuperar o patrimônio perdido, incorporando os novos capítulos, mesmo que dolorosos, é uma ferramenta para que não se repita e não deixemos que traumas como esse aconteçam novamente (Lessa, 2021, p. 20).

Paralelamente à recuperação do patrimônio gaúcho, emergiu a necessidade de inscrever a experiência da calamidade na esfera pública. Nessa perspectiva, o projeto

¹⁰ A atuação específica do projeto na salvaguarda e recuperação dos acervos familiares será aprofundada no item 1.4 deste capítulo.

Memorial das Águas¹¹, viabilizado pela Lei Rouanet¹², realizou cinco exposições fotográficas a céu aberto.

Com curadoria de Marcos Monteiro, o processo selecionou 400 imagens via convocatórias públicas, abertas para todo o Brasil. Sob o tema "Solidariedade e Reconstrução", o objetivo foi "romper a barreira do esquecimento" (Lima, 2025), impedindo que a dimensão humana da tragédia se dilua no tempo. Para isso, as mostras foram divididas em cinco eixos temáticos (Voluntariado, Resiliência, Conscientização, Gratidão e Retomada), capturando desde a urgência dos resgates até o processo de reconstrução das vidas afetadas.

A Figura 4, do eixo Conscientização, exemplifica essa curadoria ao ilustrar o impacto urbano e a mobilização da sociedade civil, durante os resgates nas vias submersas de Porto Alegre. Em contraste, a Figura 5, do eixo Retomada, expõe o duro processo de retorno: o calçamento histórico e um veículo antigo cobertos de lama sob um dia de sol evidenciam o impacto prolongado do dano, criando a sensação visual de que a tragédia ocorreu há muito tempo. Essas, assim como as demais fotos da exposição, não indicam a data exata dos registros.

Figura 4 – Mobilização civil para resgate em via alagada de Porto Alegre



Fonte: Jorge Lansarin/Acervo do projeto Memorial das Águas ([s.d.]).

¹¹ Disponível em: <https://memorialdasaguas.my.canva.site/memorial-das-aguas>. Acesso em: 21 jan. 2026.

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 11 mar. 2026.

Figura 5 – Veículo e calçamento cobertos por lama no Centro Histórico de Porto Alegre



Fonte: Andréia Kris/Acervo do projeto Memorial das Águas ([s.d.]).

Entretanto, ao concentrar o formato presencial exclusivamente em Porto Alegre (três edições) e Pelotas (duas edições), dado o apoio institucional de suas respectivas prefeituras, a iniciativa restringiu a circulação da narrativa, excluindo epicentros da tragédia, como os municípios do Vale do Taquari, que sofreram devastações sem precedentes¹³. Isso evidencia como as políticas de preservação acabam restritas aos polos com maior capacidade de captação de recursos, limitando a manutenção da memória. Sobre os riscos dessa institucionalização da lembrança, Aleida Assmann adverte que

a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento. Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação (Assmann, 2011, p. 19).

Se a limitação geográfica, de recursos e, por que não, a ausência de uma vontade política, ilustram o risco apontado por Assmann, a transposição integral do

¹³ “Municípios como Roca Sales e Muçum, situados no Vale do Taquari, tiveram suas áreas urbanas completamente submersas quando as zonas de risco foram atingidas pelo rápido aumento do nível do rio Taquari” (ANA, 2025, p. 34).

acervo para o meio digital atenuou essa barreira de acesso. O site oficial do memorial atua como repositório permanente, assegurando que o patrimônio imagético não se perca e alcance as populações excluídas do circuito presencial.

Movimento semelhante orientou a exposição *Sob o Céu Inundado: Memórias do Desastre Climático de 2024*¹⁴, da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS). A mostra propõe uma imersão na catástrofe por meio de fotografias, vídeos e relatos de magistrados e servidores, narrando a destruição de suas sedes, em Porto Alegre e Rio Grande, e a resiliência no processo de reconstrução.

As escolhas nominativas de ambas as iniciativas revelam diferenças discursivas. Como define Stuart Hall: "O discurso é uma forma de falar sobre algo ou representá-lo. Ele produz conhecimento que molda percepções e práticas. É a parte do processo onde o poder opera" (2013, p. 107, tradução nossa)¹⁵. Nessa linha, o título Memorial das Águas se fundamenta em dois substantivos de sentido amplo, conferindo à mostra um caráter atemporal que tende a despolitizar a calamidade, tratando-a como mera força da natureza.

Em contrapartida, a exposição promovida pelo JFRS demarca o tempo e conceitua o evento, politizando a tragédia, como aponta Cleudemar Alves Fernandes (2007, p. 21): "a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto". Ao nomear o evento como "desastre climático", a mostra insere as enchentes no debate contemporâneo sobre o colapso ambiental e falhas estruturais.

Para além da semântica, as curadorias diferem nos sujeitos da lembrança. Enquanto o Memorial das Águas construiu um mosaico público e descentralizado sobre a mobilização civil, a mostra *Sob o Céu Inundado* restringiu seus depoimentos aos próprios membros da JFRS. Ao focar na vivência de seus agentes para narrar o colapso e a retomada do serviço público, a Justiça Federal do estado edifica um "enquadramento da memória" (Pollak, 1989) voltado à ressignificação de sua própria identidade institucional, uma vez que "toda organização [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. [...] O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo" (Pollak, 1989, p. 10).

¹⁴ Disponível em: <https://memoria.jfrs.jus.br/sob-o-ceu-inundado-memorias-do-desastre-climatico-de-2024/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

¹⁵ No original: "Un discurso es una forma de hablar acerca de o de representar algo. Produce conocimiento que da forma a las percepciones y a la práctica. Es la parte del camino en la que el poder opera" (Hall, 2013, p. 107).

No espaço urbano, outra dimensão da memória buscou marcar fisicamente o ocorrido. Foram criados pontos de fixação para transformar a geografia da destruição no que Aleida Assmann denomina “locais da recordação”. Para a autora, as “impressões captadas em um cenário histórico são ‘mais vivas e atenciosas’ que outras assimiladas por ouvir falar ou pela leitura” (Assmann, 2011, p. 318, grifo do autor). É para assegurar essa experiência sensível e impedir que a memória da dor e da solidariedade se dilua no cotidiano que a sociedade institui os “lugares de memória”. Na concepção de Pierre Nora, tais espaços não são meros cenários físicos acidentais, mas criações erguidas por uma intencional “vontade de memória” diante da ameaça do esquecimento (Santiago Júnior, 2015, p. 252). Sendo assim, a função desses espaços é “deter o tempo, bloquear o processo de esquecimento, fixar um estado de coisas e imortalizar a morte, materializar o imaterial” (Nora, 2008, p. 34, tradução nossa)¹⁶.

Em Porto Alegre, a instalação do Monumento aos Voluntários Anônimos (Figura 6), criado por Siron Franco, atribuiu ao Parque Pontal a condição de lugar de memória. A escultura de aço, com 30 perfis de homens e mulheres de mãos dadas, simboliza a força da sociedade civil que, voluntariamente, atuou nos resgates onde o Estado não alcançou. Posicionada no próprio local dos resgates, durante as cheias, e também um dos principais pontos turísticos e de lazer da capital, a obra garante uma ampla acessibilidade a essa narrativa, democratizando o contato diário e contínuo do público com o marco físico da solidariedade coletiva.

Figura 6 – Monumento Voluntários Anônimos em Porto Alegre



Fonte: Fabiano Cardozo (2025).

¹⁶ No original: “detener el tiempo, bloquear el trabajo del olvido, fijar un estado de cosas, inmortalizar la muerte, materializar lo inmaterial” (Nora, 2008, p. 34).

Sentido semelhante norteou a inauguração do Monumento aos Heróis Voluntários em Canoas. A obra foi instalada na Praça J.C. Nozari, que, a exemplo do Parque Pontal, também funcionou como ponto estratégico das operações de resgate, desta vez no bairro Mathias Velho. De autoria do escultor Ricardo Cardoso, o monumento é uma réplica daquele criado originalmente na orla do Guaíba, em Porto Alegre (Figura 7), servindo no município canoense como um símbolo de gratidão permanente às mais de 10 mil pessoas que auxiliaram a cidade. A escolha do cenário exato evidencia a natureza mista dos lugares de memória: embora a materialidade do terreno ancore a narrativa, é a "aura simbólica" projetada sobre ele que o converte num reduto contra o esquecimento (Nora, 2008, p. 33).

Figura 7 – Monumento Heróis Voluntários em Porto Alegre



Fonte: Fabiano Cardozo (2025).

A monumentalização da tragédia, materializada por suportes físicos, configura uma "prática mnemônica que se faz na tensão entre lembrança e esquecimento" (Ribeiro *et al.*, 2025, p. 19). Tal processo justifica-se, pois "a decisão sobre a construção de um monumento não é neutra, mas uma tentativa de eternizar, no espaço público, uma visão específica sobre o passado em detrimento de outras possíveis" (Ribeiro *et al.*, 2025, p. 37).

Essa dinâmica também extrapola a Região Metropolitana. Em Bento Gonçalves, o movimento Unidos por Bento inaugurou na Praça Achyles Mincarone uma escultura da artista Karen Poletto Jacobs (Figura 8). Diferentemente da multiplicidade figurativa dos outros monumentos, a obra aposta numa síntese visual comportando apenas três elementos verticais sinuosos, remetendo à arquitetura biomórfica de Antoni Gaudí. A abstração representa a "cicatriz" deixada nas montanhas e as "mãos" que se ergueram para reconstruir a cidade, simbolizando a união de entidades e voluntários diante da dor (Paz, 2024).

Figura 8 – Monumento em homenagem à solidariedade nas enchentes de 2024



Fonte: Jornal Semanário (2025).

A Praça Achyles Mincarone alinha-se aos locais anteriores por também ter sido um polo de engajamento e arrecadação no auge da calamidade, além de ser um local turístico e de convívio diário. Ao ser instalada ali, a obra funde-se à rotina da comunidade, materializando a “combinação de duas ordens de realidades, o tangível e o simbólico” (Nora, 2008, p. 13, tradução nossa)¹⁷.

Já em Lajeado, a memória assume tipologia distinta. Diferentemente das esculturas humanitárias, a intervenção no Vale do Taquari centrou-se na fixação de

¹⁷ No original: “ensamble de dos órdenes de realidades, lo tangible y lo simbólico” (Nora, 2008, p. 13).

uma placa no Centro Administrativo marcando o nível oficial da cheia: 33,66 metros (Figura 9).

Figura 9 – Placa do pico da enchente na Prefeitura Lajeado



Fonte: Rafael Scheeren Grün/Prefeitura de Lajeado (2025).

Ao colocarmos esses espaços em relação dialógica, nota-se uma clara mudança de foco: enquanto as esculturas exaltam a agência humana, a placa imortaliza a força avassaladora da natureza e a exatidão métrica da catástrofe. Esse contraste evidencia a amplitude do conceito de monumento, palavra latina derivada do verbo *monere*, que carrega os significados de "fazer recordar", "avisar" e "instruir" (Le Goff, 1996, p. 1). Trata-se de um "gesto mnemônico" (Ribeiro *et al.*, 2025) deixado para advertir as futuras gerações, atestando e preservando a memória muito além do esquecimento coletivo (Assmann, 2011, p. 25).

Essas iniciativas, ao lado dos esforços de restauro físico dos acervos, revelam que a preservação do patrimônio em contextos de desastre atua como forma de resistência ao esquecimento e de sustentação das identidades. Mais do que conservar vestígios do passado, o patrimônio passa a operar como um dispositivo comunicacional, capaz de mediar experiências traumáticas e produzir sentidos compartilhados.

Tal perspectiva encontra respaldo na agenda global de desenvolvimento, alinhando-se diretamente à Meta 11.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao estipular a necessidade de "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do

mundo" (ONU, 2015), a Agenda 2030 reconhece que a sustentabilidade das cidades e assentamentos humanos não depende apenas de infraestrutura física, mas também da manutenção de suas referências simbólicas. Nesse sentido, as ações de salvaguarda empreendidas no Rio Grande do Sul não se restringem à resposta emergencial local, reafirmando o princípio de que cidades verdadeiramente resilientes são capazes de preservar sua identidade mesmo diante de catástrofes.

Entretanto, a construção dessa resiliência não ocorre apenas por meio de diretrizes globais ou da atuação institucionalizada. A experiência gaúcha demonstrou que, na fase mais aguda da tragédia, a primeira linha de defesa da identidade e da própria vida não veio das estruturas estatais, mas da mobilização espontânea da sociedade civil. Se a Agenda 2030 idealiza o futuro, a urgência do presente exigiu ação imediata, demonstrando que a preservação da comunidade se sustentou, antes de tudo, na força de seus próprios laços solidários.

1.4 A mobilização pelo resgate: os voluntários e as ações de salvaguarda

Diante do cenário de devastação, a resposta da sociedade civil não tardou, desencadeando uma mobilização coletiva imediata, na qual as mídias sociais atuaram como propulsoras fundamentais para a organização da solidariedade. Esse fenômeno reuniu colaboradores de diferentes partes do estado, e até do país, em uma corrente de ações humanitárias, abrangendo desde a triagem de doativos até operações complexas de resgate e reestruturação de áreas afetadas. A atuação voluntária revelou-se imprescindível no período caótico resultante da enchente, superando, em muitos momentos, a capacidade de gestão das autoridades locais.

Em um cenário de despreparo dos governos estadual e municipais, a auto-organização comunitária fez emergir o sentimento de “o povo pelo povo” como um lema cada vez mais reforçado e compartilhado nas redes sociais (Miglioranza, 2024).

O reconhecimento institucional dessa fragilidade frente à força popular materializou-se quando a própria administração pública buscou canalizar o apoio civil. Foi o caso da prefeitura de Porto Alegre, que lançou um formulário para cadastramento de voluntários, registrando mais de 17 mil candidatos, maiores de 18 anos e com quaisquer qualificações profissionais. O volume de ajuda foi tão intenso que, nos primeiros dias da tragédia, diversos pontos de coleta e abrigos precisaram

recusar novos voluntários, devido à alta oferta de mão de obra (Volkman; Pazutti, 2024, p. 5-6). Nesse cenário de perdas e incertezas, o voluntariado emergiu como um gesto que devolve humanidade ao caos.

Trata-se de grupos que prestam ajuda, movidos por sentimentos subjetivos, como dever moral, amizade, companheirismo ou cumplicidade e, por isso, suas ações não são associadas a direitos e deveres (Fagundes, 2006, p. 13).

Para quem se oferece, ajudar torna-se uma forma de ser útil e grato por estar, de certa maneira, bem, e permanecer de pé quando tudo parece ruir, sendo um modo de agir para não sucumbir à dor coletiva, transformando impotência em cuidado e presença. Para quem recebe, a ajuda voluntária vai além do alimento, da roupa seca ou do abrigo temporário, ela carrega o alento de não estar só, o reconhecimento de que ainda existem mãos estendidas e olhares atentos.

Essa percepção de amparo (que também veremos nos próximos capítulos) não se restringe apenas à subjetividade de quem acolheu ou foi acolhido, mas é corroborada por uma pesquisa realizada com moradores de Porto Alegre, que identificou os voluntários como os protagonistas nas ações de resposta à catástrofe, sendo apontados como os atores mais presentes em três das quatro frentes emergenciais avaliadas: resgates, doações e limpeza das casas. A visibilidade desse esforço civil foi expressiva, especialmente no quesito "resgates", no qual 72% dos respondentes indicaram os voluntários como os principais atuantes (Trintin; Nunes; Sgorla, 2025, p. 3). Assim, o voluntariado conduz à terra firme quem estava à deriva, restaurando confianças e lembrando que, mesmo em meio à devastação, a solidariedade segue como força capaz de sustentar a vida comum, como representado na já citada escultura Heróis Voluntários (Figura 7), inaugurada em dezembro de 2024 na orla do Gasômetro, em Porto Alegre, em homenagem a esses heróis anônimos.

Dentre as inúmeras ações voluntárias que surgiram no período crítico, optamos por destacar, neste capítulo, aquelas focadas na reconstrução dos espaços de vida e na salvaguarda dos objetos biográficos, escopo do nosso trabalho. Entendemos que o resgate deles pressupõe, muitas vezes, a reconquista do espaço habitável. Nesse sentido, iniciativas voltadas à recuperação física dos bairros e moradias foram fundamentais para permitir o retorno das famílias aos seus endereços e rotinas.

Em Porto Alegre, o projeto Juntos pelo 4D¹⁸ mobilizou esforços para a reconstrução do Quarto Distrito, região historicamente industrial formada pelos bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo, Humaitá e Farrapos, mesclando zonas residenciais com um dos principais polos de arte e gastronomia da capital.

A iniciativa atuou na captação de voluntários e recursos para a limpeza emergencial dos imóveis severamente impactados, mantendo suas atividades de campo registradas nas redes sociais até 16 de julho de 2024. A magnitude logística do projeto ficou evidente em sua prestação de contas, divulgada no início do mesmo mês, que detalhou a destinação de R\$ 267.090,00 para o transporte de voluntários e a compra de insumos. Ao todo, foram distribuídos mais de 35 mil litros de água sanitária, 35 mil litros de desinfetante e 20 mil litros de detergente, além de 10 mil rodos e vassouras, alcançando mais de 5.000 famílias auxiliadas na região.

Simultaneamente, as plataformas participativas mediadas por tecnologia emergiram como ferramentas estratégicas para ampliar o alcance da solidariedade, a exemplo do projeto Meu Lar de Volta¹⁹. Compreendidas como fóruns digitais que envolvem os cidadãos na solução colaborativa de desafios comunitários (Desouza; Bhagwatwar, 2014), essas ferramentas redefinem a agência cidadã. Alinhada a essa perspectiva, a iniciativa foi idealizada por um grupo de quatro amigos e colocada no ar apenas 24 horas após a concepção inicial. A plataforma foi desenvolvida para conectar, via geolocalização, as famílias atingidas a voluntários dispostos a ajudar, demonstrando o protagonismo da sociedade civil na construção de soluções diante do desastre.

O projeto consolidou-se ao cadastrar mais de 19 mil voluntários e mapear mais de 23 mil pedidos de ajuda, focando na etapa crucial de tornar as casas habitáveis novamente através de limpeza pesada. Uma das ações mais expressivas do grupo foi a denominada Maior Faxina da História (Figura 10), um mutirão que mobilizou cerca de 1.500 pessoas, entre civis e militares, e utilizou a Arena do Grêmio como ponto logístico para sanear centenas de residências nos bairros Humaitá e Vila Farrapos. Segundo Lipe Machado, um dos organizadores, a missão do projeto vai além da higienização física, buscando oferecer “recomeços dignos” por meio da recuperação dos lares e da doação de itens básicos, como móveis e eletrodomésticos, adquiridos via financiamento coletivo (Lemos, 2024). Essa operação demonstrou capacidade de

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/juntospelo4d>. Acesso em: 20 jan. 2026.

¹⁹ Disponível em: <https://www.meulardevolta.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

mobilização prolongada, mantendo registros ativos de mutirões de limpeza até o final de setembro de 2024.

Figura 10 – Voluntários da Maior Faxina da História



Fonte: Design for a Better World Award (2024).

Ainda na região metropolitana, o Vale do Sinos teve a mobilização comunitária do movimento Limpa Novo Hamburgo²⁰. Focada na recuperação das moradias, a iniciativa organizou equipes de trabalho voluntário para a remoção de entulhos e higienização de casas, operando sob a premissa de que a união de esforços era necessária para enfrentar o desafio coletivo. Diferentemente das plataformas baseadas em dados massivos, este grupo atuou de forma mais orgânica, encerrando seus registros de limpeza em 22 de junho de 2024 sem contabilizar estatísticas precisas sobre o total de famílias atendidas.

Porém, um aspecto singular dessa mobilização foi a sensibilidade simbólica do primeiro mutirão ser realizado no Dia das Mães de 2024. A ação transformou a limpeza em homenagem, convertendo o trabalho voluntário em um presente afetivo às mães da comunidade e entrelaçando cuidado material e suporte emocional. Essa dinâmica alinha-se ao que a literatura da saúde define como apoio social (Gonçalves *et al.*, 2011, p. 1756), um recurso que:

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/limpanovohamburgo>. Acesso em: 20 jan. 2026.

pode contribuir para manter a saúde das pessoas em momentos de estresse, pois desempenha função moderadora ou mediadora, permitindo ao sujeito lidar melhor com as perdas e problemas no dia-a-dia (Zanini; Verolla-Moura; Queiroz, 2009, p. 196).

Além disso, o movimento destacou-se pela preocupação com a integridade dos próprios agentes de ajuda. Ao disseminar em suas postagens no *Instagram* o lema “cuide-se para cuidar”, o grupo reconheceu que a sustentabilidade da ação solidária dependia também da saúde e do bem-estar daqueles que se dispunham a atuar no *front* da limpeza.

Contudo, se em um primeiro momento a urgência era o salvamento de vidas e a limpeza dos lares, rapidamente emergiu uma segunda onda de necessidades: o salvamento da identidade, compreendida por Pollak como

a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. [...] De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos (1992, p. 204).

A busca por especialistas, como marceneiros e restauradores, ajudou a devolver aos objetos avariados uma nova vida e a promover a recuperação da identidade ameaçada pela destruição, transformando-os em testemunhos de resistência e afeto. Esse movimento revelou que a recuperação física das memórias exigia mais do que uma busca solitária por objetos, demandava uma rede de solidariedade. Como exemplos, temos a doação de CDs da cantora Taylor Swift, para que uma fã pudesse refazer sua coleção perdida nas águas (Polo, 2024), e a ação Reflorestar bibliotecas discentes²¹, da UFRGS, que mapeou e repôs os livros perdidos dos estudantes, conectando editoras e doadores voluntários aos alunos atingidos.

Dentro desse contexto, também surgiram iniciativas voluntárias dedicadas especificamente à salvaguarda de acervos familiares e institucionais²². Para estes grupos, a recuperação dos itens tornou-se prioridade, transformando o ato de limpar em um ritual de reconstrução psicológica e simbólica.

²¹ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ipssch/2024/05/24/reflorestar/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

²² Ressalta-se, contudo, que este levantamento foi realizado mais de um ano após o evento, quando grande parte da memória digital das ações menores já não estava mais disponível. Portanto, a seleção aqui apresentada restringe-se às iniciativas que alcançaram maior repercussão midiática, que sustentaram redes sociais ativas ou que foram conduzidas por projetos universitários.

A artesã Luciana Gastal, que teve a casa dos seus avós maternos, já falecidos, tomada pelas águas, compartilhou a experiência de salvar poucas fotos e itens que carregavam um significado profundo (Figura 11). Junto com outros voluntários criou uma força tarefa denominada São Nossas Origens, que buscou resgatar pertences de famílias afetadas, especialmente aqueles com valor histórico e afetivo, durante os primeiros meses subsequentes da calamidade. Cabe destacar que essa iniciativa operou de maneira informal: o grupo não possuiu nenhum tipo de mídia social ativa e nem registrou o número de objetos salvaguardados, concentrando-se exclusivamente na ação física de resgate.

Figura 11 – Pertences que Luciana Gastal conseguiu resgatar na casa da avó



Fonte: Luciana Kaempff Gastal/DW, 25 de maio de 2024.

Ao caminhar pelas ruas de Sinimbu, eles passaram a recolher itens que ainda poderiam fazer parte da memória coletiva do município e estava sendo apagada pela tragédia:

Toda história da cidade estava ali dentro daquelas casas. Não tem museu. Não é alguém que veio de São Paulo para morar ali. Quem é de Sinimbu, o avô veio da Alemanha, é tudo muito distante. Então a história é os objetos que estão ali, e estão indo para o lixo (Gindri, 2024).

O esforço para resgatar e restaurar objetos foi, para muitos, uma maneira de reconstruir o sentido de pertencimento e identidade, “visto que, em última análise, o que recordamos, enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo” (Peralta, 2007, p. 6).

No meio desse acervo de afetos, as fotografias²³ ganharam destaque. Uma matéria do portal *g1*, de 19 de maio de 2024, trouxe informações práticas sobre como recuperar fotos danificadas pela enchente. A justificativa da pauta se deu por influência da afirmação de Márcia Molina, docente de fotografia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos): "A foto é aquilo que liga a um momento, a uma pessoa. É um material que representa uma história, uma lembrança. São coisas importantes" (Chagas, 2024).

Diante da lacuna no amparo aos acervos familiares, o Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS mobilizou uma rede de solidariedade técnica para atender a população que, além de bens materiais, via suas referências simbólicas comprometidas. O projeto Resgate de Memórias²⁴ estruturou laboratórios de emergência com voluntários e especialistas, processando mais de mil pedidos de ajuda logo no início da ação. Como resultado, o projeto viabilizou a recuperação física e a digitalização de milhares de fotografias, garantindo não apenas a preservação de bens afetivos, mas também a constituição de um arquivo de memórias não oficiais da catástrofe, mitigando o trauma das famílias através da escuta e do cuidado com suas histórias.

A iniciativa ultrapassou o caráter puramente emergencial, consolidando-se como uma ação contínua de extensão e pesquisa que permanece ativa mais de um ano após a tragédia.

Somando-se a esse esforço de preservação, mas adotando uma metodologia distinta voltada à reconstrução da imagem por meio de softwares, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campi Pelotas e Lajeado, estruturou o projeto Quero Minha Foto de Volta²⁵. A iniciativa mobilizou uma rede técnica composta por seis docentes e cerca de 40 voluntários, majoritariamente ligados aos cursos de design, para atuar especificamente na restauração digital de imagens deterioradas pela lama e pela água. Diferentemente das ações de limpeza física, o projeto optou por um processo de intervenção por softwares de edição, permitindo que registros visuais de famílias de Pelotas, Canoas, Cruzeiro do Sul e do Vale do Taquari

²³ O capítulo 4 dedica-se exclusivamente à fotografia como suporte de memórias afetivas e documentais.

²⁴ Disponível em: https://www.ufrgs.br/navisual/?page_id=4783. Acesso em: 20 jan. 2026.

²⁵ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/querominhafotodevolta>. Acesso em: 20 jan. 2026.

fossem restaurados, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – Antes e depois da fotografia recuperada de Silvine Sehn Delavald



Fonte: Quero Minha Foto de Volta, 26 de junho de 2024.

Nas primeiras semanas de atuação, o grupo recuperou mais de 60 imagens, lidando com acervos de alta carga emocional, que variavam de álbuns de casamento à única fotografia restante de um pai recém-falecido. A operação revelou-se complexa e híbrida: enquanto em Lajeado as fotos eram recebidas fisicamente e digitalizadas, a equipe remota trabalhava no restauro dos pixels, com o objetivo explícito de remover as marcas visuais da tragédia e devolver a memória “limpa” aos proprietários. Compreendendo que a triagem dos pertences em meio aos escombros é um processo doloroso e lento, os organizadores definiram o projeto como uma ação de longo prazo, estendendo o cronograma de atendimento até o ano seguinte à tragédia (2025), respeitando o tempo de luto e reorganização das vítimas, pois, como ressaltam as coordenadoras do projeto, com dificuldade as pessoas vão adquirindo móveis e eletrodomésticos, já as fotografias não têm como voltar ao passado (Fonseca, 2024).

A importância de cada ação, de cada voluntário, reside no fato de que eles atuaram como mediadores do trauma, visto que “a recuperação só pode ocorrer no contexto de relacionamentos; não pode acontecer isoladamente” (Herman, 1992, p.

115, tradução nossa)²⁶. Ao limpar uma fotografia ou restaurar um móvel, eles não estavam apenas recuperando um bem material, mas validando a dor da perda e a esperança da continuidade.

Assim, se a mobilização voluntária assegurou a sobrevivência dos suportes materiais da memória, é na articulação desses vestígios com a voz daqueles que viveram a experiência que o sentido se constitui. A materialidade resgatada funciona como âncora da rememoração, mas é na narrativa da experiência vivida que o trauma se transforma em testemunho e encontra lugar na história. Essa transição, no entanto, é complexa. Como define Aleida Assmann (2011, p. 283), “trauma e símbolo enfrentam-se em um regime de exclusividade mútua: impetuosidade física e senso construtivo parecem ser os polos entre os quais nossas recordações se movimentam”. O choque do desastre resiste à linguagem, logo, transformar essa dor paralisante em um relato partilhável exige esforço de elaboração e, sobretudo, espaço de escuta.

É para alcançar essas camadas sensíveis da memória e apreender as dinâmicas sociais da calamidade, que se impõe um percurso investigativo atento. Sobre esse alicerce metodológico nos deteremos no capítulo seguinte, refletindo sobre como a História Oral e a Etnografia se oferecem como caminhos de acolhimento, registro e interpretação das memórias que, mesmo submersas, insistiram em emergir.

²⁶ No original: “Recovery can take place only within the context of relationships; it cannot occur in isolation” (Herman, 1992, p. 115).

2 HISTÓRIA ORAL E ETNOGRAFIA

Se o capítulo anterior buscou compreender a magnitude das enchentes de 2024 sob a ótica dos dados, da geografia e da mobilização coletiva, este capítulo se dedica à dimensão subjetiva da catástrofe. Diante da destruição material descrita, na qual casas foram reduzidas a escombros e objetos biográficos foram levados pela correnteza, resta a pergunta: como acessar o que permaneceu? A resposta reside na memória daqueles que viveram o trauma e na capacidade da pesquisa acadêmica de escutar, registrar e interpretar essas experiências.

Para navegar por esse território sensível, esta pesquisa adota como alicerces metodológicos a História Oral e a Etnografia. Não se trata apenas de técnicas de coleta de dados, mas de posturas epistemológicas que permitem apreender o "vivido" em suas nuances mais profundas. Em um contexto em que grande parte dos arquivos materiais foram arruinados pela lama, a narrativa oral torna-se o principal (e muitas vezes o único) repositório da história do grupo afetado. A lama, ao apagar os registros oficiais, evidencia o que Pollak (1989, p. 4) define como o embate entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. É no resgate dessas memórias marginais, não institucionalizadas, que o nosso percurso metodológico se justifica.

A História Oral apresenta-se como o método para acessar as camadas sensíveis da memória. Nesse sentido, ela deixa de ser uma mera coleta de dados para se tornar, nas palavras de Alessandro Portelli, primordialmente a "arte da escuta". O autor destaca que, ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais "não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador" durante a dinâmica do encontro (2016, p. 10, grifo do autor). Foi justamente para garantir a potência desse encontro que a pesquisadora se deslocou até cada entrevistado, priorizando contato físico e pessoal insubstituível por mediações tecnológicas, como videochamadas. Essa dimensão humana é reforçada por Paul Thompson e Joanna Bornat, para quem a História Oral é essencialmente "uma história construída em torno das pessoas", injetando vida à própria história e ampliando seu escopo (2017, p. 22, tradução nossa)²⁷.

Sob uma ótica mais pragmática, Verena Alberti (2005, p. 18) esclarece que o método "privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou

²⁷ No original: "Oral history is a history built around people. It thrusts life into history itself and it widens its scope" (Thompson; Bornat, 2017, p. 22).

testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo". Complementarmente, José Carlos Sebe Bom Meihy (2005, p. 17) define a História Oral como um "recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos", validando a experiência do sujeito como documento histórico e conferindo valor à sua verdade, em contraposição à frieza do registro jornalístico que busca o fato imediato, o relatório técnico, a estatística do prejuízo, para embasar a sua narrativa. Essa distinção é crucial para esta pesquisa, uma vez que o objeto de estudo são os **objetos biográficos**. A escolha por este método também se justifica pela necessidade de ir além da materialidade desses itens, pois somente através da narrativa oral é possível compreender a importância simbólica e afetiva que esses objetos desempenham na reconstrução da identidade dos sujeitos, algo que nenhum inventário de perdas conseguiria mensurar.

Ainda dentro desse vasto campo, este trabalho elege o método de **Narrativas Oraís de História de Vida**. Conforme propõe Priscila Perazzo (2015), essa abordagem permite compreender o mundo social através dos sentidos que os sujeitos atribuem a si mesmos, às coisas e às outras pessoas. Ao focar nas histórias de vida, consideramos o narrador como o "artífice" de sua própria história. Para Perazzo, a potência desse método reside na **subjetividade**: não buscamos apenas o relato do fato, mas como as pessoas vivem, por que fizeram suas escolhas e seus caminhos, como pensam e como sentem (Perazzo, 2015).

Essa perspectiva é fundamental ao trabalharmos com vítimas de um evento traumático como as enchentes no Rio Grande do Sul. O método das narrativas orais permite que o entrevistado reorganize seu passado a partir das demandas do presente, transformando a dor caótica em uma narrativa coerente sobre si mesmo e sobre o que foi perdido. Ao realizar esse movimento de reconstrução, a pesquisa deixa de ser um mero registro da perda para reafirmar a identidade do narrador, confirmando o que Perazzo (2015, p. 124) descreve como o retorno do protagonismo:

O sujeito é recolocado em cena, sendo valorizada a sua concepção de mundo e sua dimensão subjetiva. A inovação no processo comunicativo se inicia nas formas de investigação e nos resultados que são alcançados quando a pesquisa segue por esses caminhos, que contemplam o sujeito da ação e, com isso, sua subjetividade, articulando imaginários sociais, construindo identificações e revelando, por meio de sua narrativa de histórias de vida, formas de comunicação da cultura.

Nesta pesquisa, a História Oral atua como um vetor de resgate simbólico. Quando o sujeito narra a história de um objeto, ele não fala apenas de uma coisa, ele reconstrói a rede de afetos que dá sentido àquele pertence. O método é capaz de acolher as pausas e os silêncios, traduzindo as entonações que revelam a verdadeira dimensão da ruptura identitária causada pela catástrofe, uma dor que estatística alguma consegue mensurar.

Contudo, essas narrativas não ecoam no vazio, elas estão ancoradas em uma materialidade devastada que também comunica. Por isso, **indissociável do exercício da escuta**, a pesquisa também se fundamenta na prática etnográfica. A pertinência dessa articulação metodológica confirma-se pelo próprio desenho da investigação, visto que

para a caracterização de uma pesquisa como etnográfica deve ser observado se o pesquisador fez uso de técnicas tradicionalmente associadas à etnografia (observação participante e entrevista, por exemplo), se o pesquisador foi o instrumento principal na coleta e análise dos dados, se o estudo enfatizou o processo (e não apenas os resultados), se houve preocupação com a descrição da visão dos próprios informantes e se a investigação envolveu um trabalho de campo no ambiente natural dos informantes (Sousa; Barroso, 2008, p. 153).

Ademais, essa escolha teórica ancora-se na premissa de Michael Angrosino (2009, p. 31), que compreende a etnografia como uma investigação de campo indutiva, dialógica e holística. O autor ressalta que essa abordagem exige um compromisso de longo prazo e uma postura personalizada do pesquisador, que atua face a face com os sujeitos em seu habitat natural, distanciando-se de ambientes controlados. Para retratar a totalidade do grupo, o método apropria-se de múltiplas técnicas de coleta de dados (multifatorialidade), construindo conclusões que podem ser debatidas e validadas em conjunto com os próprios informantes ao longo do processo.

Como dito anteriormente, a abordagem escolhida exigiu que a pesquisadora estivesse presente, de corpo inteiro, nos territórios da destruição. Esse "estar lá" revelou-se fundamental para compreender a dimensão espacial da perda, pois, "ver, no sentido etnográfico, vai além da visão propriamente dita, alcança o âmbito de perceber o ambiente e as interações com todos os sentidos e apreendê-lo nas diversas dimensões possíveis" (Sousa; Barroso, 2008, p. 152). A etnografia permitiu observar não apenas o que foi dito nas entrevistas, mas o cenário onde essas falas ocorreram: o cheiro da lama impregnada, as marcas da água nas paredes, a

disposição dos objetos salvos e a ausência sentida do que se perdeu.

Em seu clássico *Manual de Etnografia*, Marcel Mauss adverte que "o erro fundamental da sociologia mentalista é esquecer que a vida coletiva envolve objetos, que alguns de seus fenômenos são materiais" (2007, p. 159, tradução nossa)²⁸. Na sua visão, os itens resgatados não são tratados como meros adereços de um cenário dramático, mas como evidências concretas de uma ruptura identitária e estrutural, uma vez que, "em muitos casos, os objetos são provas de fatos sociais" (Mauss, 2007, p. 9, tradução nossa)²⁹.

Para dar conta dessa complexidade, foi necessário transitar entre as novas e provisórias moradias, acompanhando o movimento dos corpos e dos olhares sobre o que restou. Assumindo o preceito etnográfico de que as pessoas atingidas não são meros alvos de investigação, mas "colaboradores ativos no esforço de pesquisa" (Angrosino, 2009, p. 28), a etnografia, neste trabalho, serviu para ancorar a memória oral na materialidade do presente, permitindo uma análise que cruza o que se lembra com o que se vê. Afinal, o método também

tem como princípio a busca exaustiva do conhecimento por meio da interação entre o discurso e o comportamento das pessoas, e as observações do pesquisador sobre cada detalhe que compõe os ambientes físico e social pesquisados (Sousa; Barroso, 2008, p. 151).

Para operacionalizar essa abordagem mista, o percurso metodológico desenhou-se através de visitas *in loco* e sessões de escuta sensível. A pesquisa não seguiu um roteiro rígido e impessoal, muito pelo contrário, a passagem de uma casa para outra obedeceu à lógica das redes de solidariedade e confiança estabelecidas no pós-desastre. O processo de escuta remeteu à urgência descrita por Luigi Pirandello na obra *Seis Personagens à Procura de um Autor*. Na trama, figuras criadas e posteriormente abandonadas por seu autor invadem um ensaio teatral, implorando a um diretor que lhes dê voz, pois estão presas a uma história inacabada. Tal como os personagens da peça, os entrevistados, cujas biografias e cotidianos foram subitamente interrompidos pela força das águas, carregam em si um drama vivo, uma realidade dolorosa que, por meio da narrativa oral, ganham a forma necessária para voltar a fazer sentido.

²⁸ No original: "The fundamental mistake of mentalist sociology is to forget that collective life involves objects, that some of its phenomena are material" (Mauss, 2007, p. 159).

²⁹ No original: "In a great many cases, objects are proof of social facts" (Mauss, 2007, p. 9).

A seleção dos participantes, portanto, não foi apenas técnica, mas guiada pela necessidade vital de narrar. Foram ouvidos desde aqueles despojados de seus cenários domésticos até os que improvisaram os resgates, unidos pela busca de dar sentido ao triste enredo que a água impôs.

Nesse caminhar pela **geografia da perda**, a posição da pesquisadora, também atravessada pelo contexto da tragédia, e o perfil daqueles que generosamente cederam suas memórias, são as peças-chave para a compreensão das narrativas que virão na sequência. Dessa forma, as próximas páginas dedicam-se a esmiuçar quem fala e de onde se fala: primeiramente, através das memórias e impressões da própria pesquisadora em campo e, na sequência, apresentando os protagonistas desta história, os narradores.

2.1 As memórias da pesquisadora: o percurso até a escuta

A escolha do termo "escuta" para nomear este percurso não é acidental. Antes de acionar o gravador e ceder o espaço à voz do outro, houve um trajeto físico e emocional que precisou ser percorrido. Deslocar-se pelos territórios atingidos pelas águas significou caminhar sobre as fraturas de um cotidiano submerso. Cada passo exigia um duplo movimento: o de testemunhar a paisagem repleta de cicatrizes e o de me preparar internamente para acolher a dimensão da dor alheia. Nesse sentido, o tradicional "ir a campo" da etnografia converteu-se, aqui, em um "ir ao encontro". O caminho até a escuta não foi linear nem isento de afetações.

Por isso, antes de apresentar os protagonistas desta história e os seus objetos biográficos, faz-se necessário abrir o caderno de campo e narrar o percurso que realizei após ser profundamente sensibilizada pela tragédia das enchentes. Como dito na nossa introdução, acompanhando o noticiário da época, fui tocada ao observar as perdas afetivas e o apagamento de objetos biográficos daquela população.

No início, pensamos em fazer uma análise documental da cobertura jornalística sobre esses objetos perdidos. Contudo, ao aprofundarmos a discussão metodológica, percebemos que o caminho precisava ser outro. Nasceu em mim, enquanto jornalista e pesquisadora, a urgência de ir a campo. Eu precisava estar pessoalmente com as vítimas, ouvi-las a partir da perspectiva fluida e complexa das narrativas de vida e conduzir uma observação etnográfica real. Estar no local, um ano após a tragédia, revelou-se fundamental.

A viagem tomou forma, e fomos eu e o Fabiano, meu noivo, que me acompanhou com seu olhar de fotógrafo. Chegamos a cogitar a filmagem das entrevistas, mas logo nas primeiras conversas ficou evidente que as pessoas ainda estavam muito fragilizadas. A câmera seria invasiva. Optamos, de forma muito sensível, por fotografar apenas os objetos em si, preservando os entrevistados que não desejavam a exposição de sua imagem, mas garantindo o registro necessário para compor a narrativa visual da pesquisa. Desembarcamos em Porto Alegre no dia 27 de abril de 2025, um planejamento que começou a se desenhar meses antes, logo após a aprovação do Comitê de Ética da Unip³⁰, e com recursos próprios. Tanto o voo de ida quanto o de volta, no dia 2 de maio, transcorreram de forma tranquila e sem imprevistos, com horários cumpridos e sem superlotação. Um detalhe, no entanto, chamou a minha atenção desde o momento do planejamento: o preço das passagens aéreas estava abaixo da média para o trecho. Ao cruzar esse dado com o baixo movimento de passageiros que encontramos ao desembarcar no Aeroporto Salgado Filho, avalio que essa queda na demanda seja um reflexo direto do período. Por se tratar exatamente da mesma época do ano em que ocorreram as chuvas de 2024, é muito provável que a memória do desastre e o temor de uma nova catástrofe tenham gerado apreensão, afastando os viajantes. A única cicatriz visível da infraestrutura aeroportuária que permanecia inoperante era o Aeromóvel³¹, cujas atividades seguiam suspensas devido aos danos das enchentes, com previsão de retorno apenas em 2027.

Como também já dito anteriormente, minha ligação com o Rio Grande do Sul é antiga e afetiva, e foi por meio desses laços que a pesquisa ganhou corpo. Procurei o Joaquim, amigo de longa data que atuou ativamente como voluntário nos resgates, e ele não apenas aceitou dar seu próprio relato, como abriu portas, indicando pessoas de sua convivência para as entrevistas. Fui para o Sul com essa frente desenhada, além de contatos estabelecidos com voluntários da UFRGS e de outras frentes que eu já havia mapeado pela imprensa.

Porém, a realidade do campo impõe suas próprias regras. Logo que cheguei, Joaquim me alertou que algumas pessoas que haviam concordado conversar

³⁰ Processo CAAE n.º 86364925.0.0000.5512. Parecer n.º 7.416.358, aprovado em 27 de fevereiro de 2025.

³¹ Sistema que conecta o aeroporto à estação de trem da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb).

acabaram desistindo quando a data se aproximou. Como pesquisadora lidando com narrativas de dor, e não como a jornalista em busca de urgência, meu papel era respeitar. Compreendi, amparada por Pollak (1989), que o silêncio ou a recusa não eram vazios, mas fronteiras de proteção. Para o autor, em situações de eventos traumáticos, o não dito e os silêncios fazem parte da gestão da memória e da própria sobrevivência psíquica do sujeito, que nem sempre está pronto para converter a dor em narrativa. Eu precisava criar um ambiente seguro.

Nossa primeira parada foi em Canoas, no bairro de Mathias Velho (o mais populoso e um dos mais atingidos pela enchente), na casa da Tere, tia do Joaquim, cuja narrativa durou 45 minutos. O choque de realidade foi imediato. As calçadas ainda acumulavam entulhos da limpeza das casas e montanhas de material de construção de moradores tentando se reerguer. Nas paredes, a marca escura da água contava uma história que os noticiários não detalharam com o mesmo peso: as casas não foram invadidas por água de chuva ou de rio, mas por esgoto. O transbordamento dos bueiros levou dejetos para dentro dos lares, impregnando tudo com uma água fétida e contaminada, o que tornou a recuperação de tantos objetos impossível. O marido de Tere chegou a relatar como os dejetos ficaram grudados nas paredes quando o volume finalmente baixou.

No segundo dia, voltando a Porto Alegre, conversei com a Lu, que me recebeu após um contato prévio antes da viagem, rendendo uma entrevista de 51 minutos. Ela carregava a dupla vivência de ter atuado como voluntária, liderando um grupo de resgate de memórias na cidade de Sinimbu, e de ter sido vítima, com um depósito repleto de pertences em Porto Alegre sendo duramente atingido por aquela mesma água de esgoto.

Seguindo a lógica das redes de confiança tecidas no pós-desastre, foi ela quem estabeleceu a ponte até a minha terceira narradora, a Dalva. Esse encontro ocorreu no dia seguinte por intermédio de uma amiga de Lu, também voluntária, que conhecia de perto o impacto da enchente na vida de Dalva. Essa terceira conversa, que durou 44 minutos, ocorreu em uma região de classe média de Canoas, no bairro Harmonia. Ao contrário dos primeiros relatos, a casa de dois andares em que ela vivia foi invadida pelas águas do próprio rio (Jacuí), resultando em uma inundação menos contaminada. O estrago limitou-se ao térreo, permitindo que ela salvasse vários itens levando-os para o andar superior. Aqui quero frisar a generosidade dessa depoente, que abriu as

portas da sua casa sem sequer me conhecer, foi um testemunho de confiança que me tocou.

Mantendo o ritmo de uma história por dia, a quarta conversa no quarto dia de pesquisa de campo, foi com o próprio Joaquim, realizada de maneira extremamente simbólica ao longo de 28 minutos em frente ao Monumento ao Voluntário Anônimo, na orla do Guaíba, no Parque do Pontal em Porto Alegre. Onde antes atracavam os barcos de resgate, ele relembrou o caos. Eu conheço o Joaquim há anos e ele é uma pessoa solar, que faz piada de tudo, e vê-lo emocionado, com os olhos rasos d'água ao reviver a tragédia, me atravessou profundamente. Naquela noite, fomos até a casa dele e vivemos um dos momentos mais ativos do trabalho de campo: ele nos mostrou as fotografias resgatadas da casa de sua irmã, que também foi fortemente atingida. Joaquim havia se dedicado a limpar e restaurar essas fotos, uma a uma. Quando ele abriu o plástico para nos mostrar, mesmo um ano depois, o cheiro característico do desastre ainda estava ali, impregnado no papel. Pegamos as fotos com as mãos nuas, assim como as famílias faziam no desespero de salvar suas memórias. A propósito, em nenhum momento do trabalho de campo sentimos a necessidade de utilizar equipamentos de proteção individual, como galochas, máscaras ou luvas. Tudo no ambiente já estava naturalizado para os moradores, e nós nos sentimos tão seguros quanto eles. A ausência dessas barreiras físicas facilitou o manuseio dos objetos, mas, principalmente, evitou a criação de um distanciamento profilático entre nós e os nossos interlocutores. Nesse gesto, o que Merleau-Ponty (2003, p. 199) define como “o sensível” se manifesta em sua evidência silenciosa: ao ultrapassarmos a imagem como mera representação, pudemos sentir fisicamente o peso daquela perda. É como se, ao retirar a lama, buscássemos atingir, junto com a imagem, um pedaço da própria vida.

Foi de maneira muito parecida com a indicação de Dalva que cheguei à minha quinta narradora, Rosa, também moradora de Porto Alegre. Fui apresentada a ela por uma amiga de Joaquim, que também trabalhou como voluntária na tragédia. Rosa enfrentava o luto de ter perdido praticamente tudo e continuava muito abalada, sem ter retornado para ver o que havia sobrado do seu lar. Por conta de sua fragilidade, escolhemos conversar no feriado de 1º de maio em uma cafeteria de shopping, um local público que a fizesse sentir confortável. E ali, embalada pelo conforto de um café, tivemos a nossa conversa mais longa, com 55 minutos de duração. Rosa precisava colocar a dor para fora e sentiu a diferença profunda entre falar para uma câmera de

TV e desabafar com alguém disposta a simplesmente acolher a sua dor através de uma escuta compassiva. Foi uma catarse, ela chorou atrás de seus óculos escuros, protegida do julgamento, mas livre para partilhar. Sem dúvidas foi o momento mais forte e tocante da minha pesquisa.

Dali, no mesmo dia, partimos de Porto Alegre para Eldorado do Sul. Joaquim nos levou de carro e, felizmente, a estrada já estava em condições normais. No entanto, por ser final de tarde, pegamos o trânsito típico de encerramento de feriado, o que fez com que o trajeto de 17 km levasse em torno de 40 minutos. A busca por um narrador nesse município era um dos meus maiores desejos durante o percurso, justificada pela própria magnitude do desastre na região: 82,2% da população local foi atingida pelas águas³². Lá, em um relato de 25 minutos, ouvi a Elisa, cunhada da irmã do Joaquim, abrigada provisoriamente nos fundos de uma igreja, tentando reorganizar a vida de sua família dentro daquele espaço pequeno, com uma força e resiliência que transbordavam em cada palavra.

O dia seguinte, meu último no Rio Grande do Sul, foi reservado para escutar Fabiene e Mel, voluntárias vinculadas à UFRGS. Além de compartilharem suas vivências pessoais, elas trouxeram relatos sobre o delicado trabalho técnico de recuperação de fotografias danificadas pela enchente. O contato inicial ocorreu por meio das redes sociais do projeto e, de forma muito solícita, fomos acolhidos na casa de Fabiene, em Porto Alegre, para o encontro que se estendeu por pouco mais de 1 hora.

É importante ressaltar a dinâmica estabelecida para essas conversas. Na História Oral, o percurso costuma envolver uma pré-entrevista (Meihy, 2005, p. 179), momento voltado para o estabelecimento de confiança e alinhamento de expectativas, seguida pela entrevista de fato, o que muitas vezes exige mais de uma visita ao depoente. No entanto, a logística da nossa imersão, restrita a seis dias, inviabilizou retornar aos narradores, levando-me a realizar encontros únicos. A ausência de uma pré-entrevista formal, contudo, foi suprida pelas redes de confiança já tecidas no cenário pós-desastre: o fato de eu chegar até eles por intermédio de pessoas próximas (como Joaquim, Lu e suas respectivas redes) funcionou como uma ponte prévia de acolhimento. Além disso, a urgência latente daquelas pessoas em serem ouvidas fez com que a barreira inicial se rompesse rapidamente. Mais do que uma imposição

³² De acordo com dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUPRS). Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

logística, essa limitação a um único encontro revelou-se também um cuidado ético diante da rememoração da dor. Em contextos de trauma recente, exigir que o entrevistado revisite o cenário da tragédia e narre suas perdas repetidas vezes poderia reabrir feridas e provocar um sofrimento desnecessário. Dessa forma, concentrar a escuta em uma única oportunidade permitiu acolher o desabafo de maneira integral, respeitando a fragilidade dos narradores e evitando prolongar o desgaste emocional inerente ao ato de acessar lembranças tão dolorosas.

Durante os encontros, notei ritmos diferentes na partilha da memória. Enquanto algumas pessoas já me recebiam narrando os detalhes da tragédia de forma torrencial, outras precisavam de mais tempo. Como postura metodológica, optei por deixar os entrevistados totalmente livres. Antes de direcionar a escuta para o nosso foco de pesquisa, os objetos biográficos, era fundamental permitir que falassem de tudo, afinal "é ele quem delibera sobre a constituição dos dados com os quais o pesquisador deverá trabalhar" (Perazzo, 2015, p. 126). Ao conceder essa escuta inicial irrestrita, o narrador atua verdadeiramente como o autor da própria história, ganhando o espaço necessário para acessar as suas memórias, uma vez que "a memória atua como o mecanismo que permite ao narrador armar uma rede de sentidos necessária para ele manufaturar a narrativa" (Perazzo, 2015, p. 128). Eles precisavam verbalizar a dor da perda material, o pânico de ver a água invadindo a casa e o luto pelo que foi destruído.

Contudo, um padrão precioso se revelou: o momento em que a formalidade se quebrava. Frequentemente, assim que eu desligava o gravador, guardava o roteiro e começava a me despedir, a necessidade de falar parecia se intensificar. As pessoas relaxavam, a intimidade se aprofundava e elas abriam o coração de maneira ainda mais genuína. Para Perazzo (2015), o grande diferencial da narrativa oral de história de vida é a sua capacidade de contemplar o sujeito da ação e sua subjetividade. Era nessa entrega livre, depois de já terem esgotado a angústia da água subindo, que os narradores passavam a me mostrar os pertences que sobraram. Exatamente nesse momento de partilha física e espontânea, a verdadeira essência e o valor inestimável dos objetos biográficos emergiam com força total.

A potência dessa escuta gerou um efeito em cadeia natural: conforme os narradores comentavam com outros sobre a experiência da entrevista, novas pessoas começaram a surgir com o desejo de falar. Contudo, minha imersão limitava-se a seis intensos dias, tendo Porto Alegre como base. Diante da impossibilidade de estender a viagem, cheguei a receber contatos para dar continuidade às conversas por

videochamada, mas recusei a ideia. Em diálogo com minha orientadora, compreendemos que o acervo oral recolhido já possuía o volume e a densidade ideais, exigindo agora um trabalho analítico minucioso que privilegiasse a qualidade, e não a quantidade. Ademais, uma tela jamais alcançaria a força metodológica do que vivenciei *in loco*. A riqueza desta pesquisa ancorou-se justamente no contato físico, no olhar face a face e na absorção da aura de cada ambiente, pois, como ensinam Carmem Lúcia Guimarães de Mattos e Paula Almeida de Castro, “fazer etnografia é perceber o mundo estando presente no mundo do outro” (2011, p. 45).

Transitar por essa geografia do desastre permitiu-me vivenciar cenários múltiplos: adentrei duas casas diretamente atingidas, visitei um lar provisório e conheci o espaço onde o voluntariado operava os resgates. Foi esse caminhar pelo território físico da enchente que enriqueceu o trabalho, provando que a verdadeira dimensão da perda só se revela quando a escuta acontece no próprio chão onde ela ocorreu.

Foram seis dias de imersão intensa na Grande Porto Alegre, e nossa mobilidade acompanhou o ritmo da pesquisa. Joaquim esteve conosco em vários momentos, como em Canoas e em Eldorado do Sul, e chegou a nos emprestar seu próprio carro, que Fabiano dirigiu. Como nossa hospedagem ficava próxima à estação Rodoviária em Porto Alegre, utilizamos o trem para ir até a segunda entrevista de Canoas. Além disso, caminhamos muito e, pontualmente, recorremos a aplicativos de transporte. O trânsito fluía com a normalidade rotineira da capital, tornando-se intenso apenas nos horários de pico. Ao percorrer essa geografia da perda, algumas imagens destacaram-se pela força do impacto visual. A primeira delas foi a passarela de pedestres da Estação Rodoviária, na rua da Conceição, que, à época da minha visita, ainda exibia sua estrutura parcialmente removida para dar lugar a um corredor humanitário, antes de sua demolição total ser concluída em 5 de dezembro de 2025. O contraste entre a carcaça da passarela, a ruína de um cotidiano interrompido, e a urgência do presente que literalmente a atropela e a apaga, ilustra a reflexão de Aleida Assmann sobre o espaço urbano:

Tal história se materializa em ruínas e objetos remanescentes que se destacam nas redondezas. O que foi interrompido cristaliza-se nesses restos e não estabelece qualquer ligação com a vida local do presente, a qual não só prosseguiu, como também avançou para além dos restos sem nem tomá-los em conta (Assmann, 2011, p. 328).

Outra cena marcante revelou-se ao caminhar pela orla do Guaíba, observando o exato ponto onde os barcos atracavam para trazer os resgatados das ilhas do bairro Arquipélago. Por fim, percorrer a pé o Centro Histórico da capital revelou um forte contraste: diante daquele cenário, era difícil conceber que toda a região havia sido engolida pelas águas, tal como os bairros onde observei o acúmulo de entulhos e os materiais destinados à reconstrução das casas. Captar essas fraturas no espaço urbano exigiu o que Angrosino (2009, p. 77) define como uma consciência explícita, uma qualidade fundamental do pesquisador em campo. Para o autor, o ofício da observação requer não ignorar os detalhes mundanos ou o cenário aparentemente óbvio.

Essa imersão também ditou a logística da nossa comensalidade. Tomávamos café da manhã sempre no hotel, e as demais refeições se encaixavam antes ou depois das entrevistas, geralmente na praça de alimentação de um shopping próximo de onde estávamos hospedados. Tivemos apenas quatro exceções de respiro: nosso primeiro almoço, em um local de que o Joaquim gosta e fez questão de nos mostrar; um jantar na casa dele; um café da tarde antes da entrevista da Lu; e uma noite em uma pizzeria. A verdade é que, na maior parte do tempo, a rotina corrida não era o único obstáculo. Por diversas vezes, confesso que perdia completamente o apetite, impactada com a carga de dor contida nas histórias que ouvia. Ao final de cada dia, uma estafa indescritível tomava conta de mim. Eu e o Fabiano voltávamos para o hotel, mas o trabalho de campo não tinha fim. Consumir o noticiário local tornou-se parte da pesquisa, pois a cidade respirava a efeméride de um ano da enchente. Dentre as reportagens, um documentário da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) destacou-se por inverter a lente da narrativa, focando na perspectiva dos jornalistas que cobriram a tragédia, um ano depois. Mesmo deitando cedo, o descanso simplesmente não vinha. Cercada por esses ecos na televisão e pelos relatos que colhíamos durante o dia, eu sentia o peso das histórias tornar a atmosfera densa, mantendo minha mente inevitavelmente mergulhada naquelas vidas interrompidas.

Foi somente ao retornar a São Paulo, ao deitar na minha própria cama, longe do epicentro do trauma, que consegui dormir por horas seguidas, permitindo que meu corpo e minha mente finalmente desligassem. E foi por isso que precisei de uma pausa. Deixei o material decantar. Não queria perder as miudezas e as conexões delicadas que só a distância temporal permite enxergar com clareza. Agora, meses depois, com

a alma apaziguada, sinto que é o momento certo para me debruçar sobre essas vozes novamente e transformá-las, com todo o respeito que merecem, no coração vivo da minha tese.

2.2 Os artífices da memória: o protagonismo do testemunho

Se a geografia da perda foi o cenário percorrido pela pesquisadora, os narradores aqui apresentados são os protagonistas que conferem sentido a essa caminhada. São eles os “homens memoriosos”, descritos por Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003, p. 18), sujeitos de visão singular que fazem de suas palavras lugares de memória. Essa perspectiva permite que o sujeito seja recolocado em cena, valorizando sua dimensão subjetiva e sua concepção de mundo (Perazzo, 2015, p. 124).

Foram ouvidas oito pessoas que, embora unidas por uma mesma tragédia, vivenciaram o fenômeno a partir de realidades distintas, desde o impacto fétido das águas de esgoto até a resiliência encontrada em abrigos provisórios. Também observamos uma predominância feminina marcante: sete das oito vozes que compõem este acervo são de mulheres. Essa disparidade revelou uma dinâmica observada em campo, onde os homens tendiam a demonstrar maior retração em oferecer seus depoimentos. Em muitos casos, os companheiros preferiam que as mulheres, compreendidas como as verdadeiras “guardiãs do lar” e dos afetos da família, assumissem a tarefa de narrar o vivido, delegando a elas o papel de fiadoras da memória doméstica. Essa função feminina de salvaguarda remete à análise de Michelle Perrot (2005, p. 39) sobre a construção da memória no âmbito privado:

Cabe às mulheres conservar os traços das infâncias em que elas são governantas. Cabe a elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias aos quais, juntas, elas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de apagamento.

Neste contexto, o tempo de narrar assume uma dimensão central para a densidade do material recolhido. Primeiramente, o distanciamento cronológico, uma vez que as entrevistas foram realizadas um ano após a catástrofe, permitiu melhor clareza na narrativa, favorecendo a decantação das lembranças que a urgência do desastre poderia ter obscurecido. Em segundo lugar, a profundidade dos relatos foi

assegurada pela duração dos encontros, que contaram com uma média de 60 minutos de escuta atenta para cada narrador, entre conversa formal (gravada) e informal. Esse fator permitiu que as histórias fluíssem de forma espontânea e estabelecessem ligações entre a enchente e demais episódios marcantes de suas próprias trajetórias.

A seguir, apresentamos brevemente os protagonistas desta história, situando o lugar de onde falam e a natureza do testemunho que oferecem à posteridade.

2.2.1 Tere: a matriarca

Aos 64 anos, Teresinha, ou simplesmente Tere, é a matriarca da sua família, atuando como o alicerce de todos ao seu redor. Aposentada após 14 anos de atuação como agente comunitária de saúde, ela nasceu em Sobradinho, no interior do Rio Grande do Sul, e traz consigo a herança de uma família de ascendência italiana/alemã. Ela nos recebeu, eu, Fabiano e Joaquim (seu sobrinho), na casa dos fundos de seu terreno no bairro Mathias Velho, em Canoas, mesmo bairro onde o famoso cavalo Caramelo, símbolo de resistência da enchente, foi encontrado em cima de um telhado³³. O cenário da nossa conversa já revelava as cicatrizes da tragédia: estávamos no anexo que originalmente abrigava a família do filho mais novo até o apartamento deles ficar pronto, mas que, após a enchente, tornou-se o refúgio espremido para ela e o marido, uma vez que a casa principal, na frente do lote, foi severamente atingida e contaminada pelas águas.

O encontro com Tere não foi uma narrativa solitária, mas uma construção familiar e coletiva, refletindo exatamente a maneira como ela conduz a própria vida. Durante a entrevista, seu marido e seu filho caçula orbitavam a conversa, intervindo de maneira informal para complementar e atestar a dimensão do estrago, exibindo fotos e vídeos no celular de como encontraram a casa sob a lama. Essa dinâmica materializa o conceito de Halbwachs de que a memória individual se ancora no grupo, uma vez que

³³ O cavalo ficou ilhado em cima de um telhado por 24 horas durante a enchente e causou comoção nas redes sociais. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/09/resgate-do-cavalo-caramelo-entenda-como-animal-foi-retirado-de-cima-do-telhado-no-rs.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2026.

para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (Halbwachs, 1990, p. 34).

O trauma partilhado e a perda material sob o mesmo teto formam exatamente esse fundamento comum, pois até mesmo o seu neto de 4 anos, em um momento de profunda sensibilidade, quis me relatar a sua própria cota de perdas: *"Eu perdi meu tapete, o baú e o meu brinquedo"*, listou o menino, evidenciando que o luto material não poupou nenhuma geração.

Para Tere, a casa não era apenas um teto, mas o projeto de uma vida inteira dedicada aos filhos. A priorização da família é o traço mais evidente de sua biografia. Mesmo aposentada, ela continua trabalhando com faxina uma vez por semana para ajudar financeiramente os filhos a realizarem os seus sonhos de um futuro próspero e digno: *"A gente tudo o que construiu foi para eles"* ³⁴.

A dinâmica da enchente, contudo, desfez essa materialidade de forma abrupta. O terror não se instalou de imediato: no início, houve a descrença. Quando as águas começaram a subir em bairros vizinhos, Tere acreditou que bastaria *"erguer as coisas"*, e assim saíram quase que de mãos vazias. Enxovais novos, cobertores, óculos de grau e até medicamentos de uso contínuo ficaram para trás.

O refúgio da família foi um pequeno sítio na cidade de Portão (RS), um local que antes servia de lazer para criação de alguns animais e, subitamente, virou o único porto seguro. O primeiro retorno, para avaliar a situação da casa, só foi possível quase 25 dias depois. Com as ruas ainda bloqueadas e tomadas pela lama, os filhos precisavam percorrer um longo caminho a pé para conseguir chegar até a residência, impulsionados também pelo medo dos saques que já ocorriam na região desolada.

A memória da enchente também se mescla à sua memória geracional. Ao ser questionada sobre a histórica enchente de 1941, Tere recorda que, para seus pais, no interior, a capital era uma realidade inalcançável: *"Porto Alegre é tão longe"*. Ela mesma só conheceu a cidade grande aos 18 anos, em um contexto de urgência médica da mãe, andando assustada pelas ruas da capital com suas duas irmãs. Esse

³⁴ Adotamos o critério de preservação da fala dos narradores em sua íntegra, sem a inserção de marcadores gramaticais de correção, entendendo-se que as variações linguísticas são inerentes à oralidade e compõem a autenticidade do testemunho.

resgate ilustra uma das premissas de Bosi, para quem "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado" (1994, p. 55). O que antes era uma catástrofe distante em um território desconhecido, décadas depois, transformou-se em um vestígio permanente na sua história.

A entrevista de Tere, em muitos momentos, converteu-se em um confessionalário. O período da enchente cruzou-se brutalmente com um luto familiar múltiplo. Em um curto espaço de tempo, ela perdeu cunhado, primos e, de forma mais dolorosa, uma irmã de quem era extremamente próxima: *"ela era minha neguinha... era um 'eu te amo' todo dia"*. A enchente tirou de Tere a possibilidade de viver os últimos momentos e o luto adequado por essa irmã.

A narrativa de Tere é a crônica de uma matriarca que viu o seu templo particular desmoronar. Contudo, ela continua de pé, abrigada ora no seu sítio, ora no anexo dos fundos. Se a enchente arrastou as provas materiais de sua trajetória de cuidado, o amor inabalável à sua descendência permaneceu intacto, revelando que são os netos, a continuidade viva de sua história e a concretização do seu maior sonho, o seu verdadeiro e indestrutível alicerce para seguir em frente diante da tragédia.

2.2.2 Lu³⁵: a tecelã

Assumindo o papel de uma tecelã de conexões e solidariedade, a empresária Lu, de 54 anos, carrega em sua trajetória uma forte conexão com o interior do estado. Natural de Cachoeira do Sul e com raízes familiares na pequena cidade de Sinimbu, ela dividia sua rotina entre Porto Alegre e o trabalho em sua cidade natal. Foi justamente essa dinâmica geográfica que a colocou frente a frente com o avanço implacável das águas. Na última sexta-feira de abril de 2024, ao viajar para Cachoeira do Sul, Lu observou o prenúncio silencioso do desastre: no horizonte, o céu azul cedeu espaço a um bloco de nuvens *"cinza e compacto"*.

O que se seguiu foram dias de chuvas ininterruptas. Acostumada com a vida na zona rural, Lu compreendeu rapidamente que não se tratava de uma tempestade comum. Ao tentar retornar para a capital, deparou-se com o colapso logístico do

³⁵ Embora Lu seja uma figura pública e parte de sua história tenha sido divulgada em alguns veículos de comunicação, como mostrado no capítulo anterior, optamos por manter apenas seu primeiro nome a partir daqui, por recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unip.

estado: pontes submersas e estradas rompidas a deixaramilhada em sua própria região.

O ápice de sua angústia, no entanto, não foi o isolamento provisório, mas o apagamento de sua própria origem. Na terça-feira seguinte ao início das chuvas (30/04), uma enxurrada violenta de água e sedimentos soterrou Sinimbu, a cidade de seus falecidos avós. O choque diante das imagens foi tamanho que a primeira reação, em um movimento psicológico muito semelhante à descrença inicial vivenciada por Tere, foi a negação. Se Tere acreditou, a princípio, que a água não passaria do pátio e que bastaria *"erguer as coisas"*, Lu e suas irmãs chegaram a cogitar que as cenas de devastação de Sinimbu fossem frutos de inteligência artificial ou *fake news*. Quando a realidade se impôs, Lu sentiu o peso do desamparo.

Diante do cenário em que *"a água engoliu Sinimbu"*, ela transformou a paralisia do trauma em ação. Essa transição do choque para a proatividade ilustra o processo de reorganização psíquica descrito por John Bowlby (1980, p. 94), segundo o qual a superação do trauma exige que o sobrevivente desenvolva novas habilidades e assuma papéis inéditos, movimento fundamental para a reconstrução de sua independência e autoconfiança. No caso de Lu, esse papel inédito traduziu-se na articulação de uma força-tarefa humanitária.

Mobilizando sua expressiva presença nas redes sociais e os contatos construídos durante os anos em que trabalhou na televisão, Lu teceu uma rede de solidariedade que rompeu as fronteiras do estado. A iniciativa, que começou no improviso de um celular, tomou proporções nacionais, canalizando doações que iam desde toneladas de produtos de higiene e limpeza até o envio afetuoso de 1.200 colchas de crochê feitas por voluntários de São Paulo. Era a tentativa de levar *"um abraço"*, um pouco de cor e de dignidade a quem só tinha *"uma cadeira de praia e uma xícara para tomar um café"*, provando que, em meio à completa perda material, é preciso, como aponta o antropólogo Daniel Miller (2008, p. 67, tradução nossa), resgatar *"o conforto das coisas"*, pois *"sem nada para possuir, que chance eles têm de possuir a si mesmos?"*³⁶.

A experiência de Lu em campo revelou a face mais crua do pós-desastre. Após um longo percurso a pé e de carona para conseguir chegar a Sinimbu, deparou-se com um dia ensolarado, o que criava um contraste perturbador, a exemplo do que

³⁶ No original: "Without anything to possess, what chance have they got to possess themselves?" (Miller, 2008, p. 67).

observamos na Figura 5 do capítulo anterior. Ao entrar na antiga casa de seus avós, agora tomada pelo lodo, sua atitude refletiu não apenas a essência do altruísmo, mas também o choque paralisante do trauma. Incapaz de salvar a totalidade do lugar, Lu dedicou suas energias a limpar o banheiro da residência, garantindo que aos outros voluntários que tivessem um local digno para usar em meio à insalubridade.

Contudo, o abandono dos próprios pertences evidenciou um bloqueio emocional imposto pela tragédia. Ao se deparar com a devastação da casa que era a sua base familiar, o desespero ofuscou a sensibilidade necessária para resgatar os próprios afetos. Essa anestesia ilustra a etapa inicial de reação a perdas devastadoras: a "fase de entorpecimento, que geralmente dura de algumas horas a uma semana", período em que a pessoa "se sente atordoada e, em graus variados, incapaz de aceitar a notícia" (Bowlby, 1980, p. 85-86, tradução nossa)³⁷.

Operando em um modo estrito de sobrevivência e imersa na urgência de remover a lama, o impulso era descartar tudo. Foi somente ao distanciar-se da sua tragédia pessoal para atuar nas residências vizinhas, assumindo o papel de quem olha a dor "de fora", que Lu conseguiu recuperar a lucidez afetiva para reconhecer e salvar os objetos biográficos de outras famílias, processo que veremos no próximo capítulo.

Essa dupla vivência, a força motriz de quem ajuda e a vulnerabilidade de quem também perde, revelou-se de forma silenciosa. Pois, enquanto Lu atuava na linha de frente do socorro no interior, Porto Alegre afundava. O seu depósito particular na capital ficou submerso por 28 dias sob uma água escura e contaminada. A mulher que coordenava o resgate da dignidade de tantas famílias descobriu-se duplamente vítima, precisando lidar, posteriormente, não apenas com a dor de ter descartado os vestígios de seus avós no calor do desespero, mas com a ruína de sua própria história material na cidade grande.

Essa destruição física afeta a própria identidade, pois, como destacam os estudos sobre o desastre gaúcho,

[o] que queremos trazer à reflexão é o quanto o ser humano é constituído por suas memórias, por suas histórias e o quanto esses elementos constitutivos de seu passado podem servir de ponte para viver o presente e prospectar futuros possíveis (Mattos; Diello, 2025, p. 93).

³⁷ No original: "Phase of numbing that usually lasts from a few hours to a week" (Bowlby, 1980, p. 85); "Most feel stunned and in varying degrees unable to accept the news" (Bowlby, 1980, p. 86).

No caso de Lu, essa ponte com o passado também dialoga com a icônica enchente de 1941, de modo semelhante ao relato de Tere. Em Cachoeira do Sul, Lu cresceu sob a sombra desse evento que definiu o declínio econômico de sua cidade e marcou o vocabulário local, materializado na expressão estigmatizante *"abobadinho da enchente"*, usada para descrever aqueles que enlouqueceram com o trauma daquela época. Contudo, ao vivenciar o colapso do estado em 2024, Lu percebeu que a nova catástrofe não apenas superou os marcos do passado, mas provocou um movimento de retorno às próprias bases. Para ela, o caos operou como um chamado: *"A enchente me levou de volta para onde eu vim"*. Munida da certeza de que *"a vida é o que a gente faz com o que acontece com a gente"*, ela encontrou na ruína do interior não apenas o luto, mas a força necessária para ajudar a reerguer a história do seu povo. Como destaca Assmann, é diante dessas ruínas e retornos que "ocorrem 'reanimações', nas quais tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar" (2011, p. 25, grifo do autor), transformando a destruição no alicerce para uma nova memória coletiva.

Viver o voluntariado e o próprio luto também moldou nela uma postura de profundo respeito diante da dor alheia. Ao escutar os relatos de outras vítimas, Lu silencia suas próprias aflições para se tornar um porto seguro para o desabafo do outro: *"Eu me sinto uma escuta totalmente ativa. Fico olhando no olho e fico escutando, porque eu acho que da mesma maneira como eu estou te contando, todo mundo tem que contar sua história"*.

A vivência de Lu traduz a jornada de uma artesã que teve o seu acervo de memórias materiais levado pelas águas. Contudo, ela se mantém de pé, ancorada na força da ação coletiva. Se a enchente arrastou as provas físicas de sua trajetória, a sua vocação para o cuidado e para o fazer criativo permaneceu intacta, revelando que a escuta ativa e a empatia são os fios mais resistentes com os quais ela escolheu costurar a esperança e ajudar a reconstruir o tecido social à sua volta.

2.2.3 Dalva: a fortaleza

Erguendo-se como uma verdadeira fortaleza diante da vida, Dalva, de 66 anos, encontrava em sua casa de dois andares no bairro Harmonia, em Canoas, a materialização de sua independência. Viúva e atuando como massoterapeuta, ela fez

daquele espaço um santuário particular, escolhendo viver a sua rotina de forma autônoma e pacífica. Ironicamente, nos dias que antecederam a tragédia, a dinâmica silenciosa da casa havia sido temporariamente alterada para abrigar a filha, o genro e o neto de 3 anos, que aguardavam a conclusão de uma reforma no próprio apartamento. Foi essa residência, subitamente cheia, que testemunhou o avanço implacável das águas.

A descrença, padrão psicológico já observado nas narrativas de Tere e Lu, também ditou o ritmo das horas que antecederam o desastre na casa de Dalva. O perigo não se anunciou por alertas oficiais claros, mas por um "*zum zum zum*" na vizinhança de idosos. Essa incredulidade reflete a ideia de Candau (2012, p. 42), para quem a dúvida surge no momento em que a informação é transmitida como algo apenas "dito", o que quebra a unanimidade do grupo e permite que os indivíduos se distanciem da gravidade real dos fatos. Acreditando que a inundação seria de proporções comuns e atingiria no máximo 1 metro, a família adotou a mesma estratégia inicial de Tere: "*erguer as coisas*". Como a casa possuía um segundo andar, subiram eletrodomésticos e móveis, sentindo-se falsamente protegidos. Em comum acordo com a própria vizinhança, a família decidiu ficar para evitar os saques: o grande terror que acompanhou as enchentes na região.

Essa condição é evidenciada no livro *A enchente de 24*, em um dos capítulos que narra a luta pela sobrevivência das vítimas das águas, um trecho relata a onda de assaltos à mão armada contra voluntários que auxiliavam nos resgates (Malinoski; Gonzatto; Lopes, 2024, p. 137). Também foram amplamente noticiados pela imprensa saques a residências e comércios evacuados, bem como outras violências ocorridas em abrigos da região.

Tais episódios revelam que a tragédia não se limitou ao avanço das águas, mas expôs os sujeitos a uma situação de vulnerabilidade. Conforme analisa Judith Butler (2019, p. 40), essa condição decorre do fato de sermos corpos socialmente constituídos e apegados a outros, de modo que permanecemos sob o risco constante de perder tais ligações e expostos a violências inerentes a essa própria abertura social.

Essa precariedade manifestou-se quando a ilusão de controle de Dalva desmoronou. Diferente da água que subiu de forma lenta em outras regiões, a enchente invadiu a rua de Dalva anunciada por um estrondo, um barulho aterrador que soava como se "*as árvores do mato estivessem descendo para o chão*". Em cerca de 40 minutos, a água atingiu 2 metros de altura. O que se seguiu foi uma noite em

claro, marcada pelo som enlouquecedor dos alarmes dos carros submersos entrando em curto-circuito e pelos gritos de pavor dos vizinhos ilhados.

O resgate da família de Dalva ilustra o desespero limítrofe da sobrevivência, agravado por uma constatação revoltante: o completo abandono estatal. Nenhum representante de órgãos oficiais apareceu na região para prestar socorro. Quando o primeiro barco finalmente surgiu, ele era conduzido por um voluntário civil. Naquele momento, a prioridade absoluta foi salvar o neto de três anos. Em meio a um ataque de pânico, temendo sofrer um infarto, Dalva implorou: *"Tira meu neto daqui, se tu tirar ele daqui eu aguento o que vier"*. Apenas após a partida da criança e da filha é que a realidade do isolamento se agravou para os que ficaram. Temendo que a água continuasse subindo e engolisse o segundo andar, o genro chegou a demolir a geladeira cogitando a construção de um barco improvisado com bombonas, ou usar cabos de amarrar caminhão junto à chaminé para chegarem ao telhado. O resgate de ambos só ocorreu na noite daquele dia, em uma nova operação caótica que envolveu esconder o cachorro de pequeno porte dentro da jaqueta para que os barqueiros aceitassem transportá-los.

O retorno para casa só foi possível após cerca de 40 dias de exílio na casa de amigos. No cenário encontrado, o que mais a impressionou não foi a ausência dos insetos e animais peçonhentos, que ela temia que viessem da mata próxima, mas sim uma ausência de vida, marcada pelo silêncio fúnebre de um bairro onde os pássaros não cantavam mais.

Neste ponto, a vivência de Dalva cruza-se com a de Tere no que diz respeito ao impacto visual, mas difere drasticamente na natureza da contaminação e na forma de enfrentamento. Ao contrário do cenário de Tere, marcado pela invasão de águas de esgoto, a casa de Dalva foi inundada diretamente pelas águas do rio, que depositaram ali uma espessa camada de *"barro vermelho"*. E se a ruína e o odor fétido criaram em Tere um bloqueio, fazendo-a fugir da casa da frente, Dalva encarou a sujeira de forma visceral e solitária. Sem o auxílio de maquinários de alta pressão, ela lavou as paredes da sua casa à mão, utilizando apenas uma esponja, ao longo de mais de 60 dias exaustivos. *"Enquanto eu chorava, eu limpava"*, relembra, descrevendo um doloroso processo de catarse física e emocional para tentar recuperar o seu lar.

Contudo, a limpeza não foi suficiente para lavar o trauma. A memória da enchente cristalizou-se em um estado de hipervigilância. Como explica Jurandir Freire

Costa (2019, p. 106), "nas neuroses traumáticas, o pavor sempre reaparece como se fosse a primeira vez, e é essa sorte de ineditismo, de permanente estranheza do afeto desconhecido, que provoca o sentimento de colapso iminente do ego". É por isso que o barulho da chuva, que antes Dalva colocava no *YouTube* para ajudá-la a dormir, hoje provoca taquicardia, boca seca e pânico imediato. Em um tom de exaustão contra o descaso estrutural e as bombas de drenagem que não funcionaram, ela decreta o seu limite: se acontecer de novo, ela não limpará mais nada, apenas apagará a luz e entregará a chave.

A catástrofe atual também reescreveu a sua relação com a memória geracional do estado. Dalva recorda-se de ouvir o avô falar da icônica enchente de 1941, mas, assim como para Tere, o evento parecia uma realidade distante. A memória mais viva de sua infância remete a uma inundação menor em 1964. Na época, com 5 anos de idade e morando em uma casa construída em um terreno mais alto pelo avô cauteloso, ela e a irmã choraram de tristeza porque a água invadiu a casa das amiguinhas, mas não a delas. Naquele momento, a cheia era apenas o que Merleau-Ponty (2003, p. 39) descreve como o imaginário: "o círculo estreito dos objetos de pensamento pensados pela metade, meio objetos ou fantasmas que não possuem consistência alguma". A ironia daquela percepção infantil contrasta com a dor da mulher adulta que viu seu lar ser engolido quase até o teto.

A narração de Dalva evidencia, em última análise, uma ruptura que transcende o acúmulo de lama e a destruição da mobília. A sua alcunha de "fortaleza" manifestou-se não apenas no enfrentamento físico da tragédia, mas na própria firmeza do seu relato, conduzido com altivez e pouquíssimos momentos de quebra emocional. Contudo, ao ser forçada a fugir pelas águas, ela perdeu o seu maior alicerce psicológico. Como uma mulher que vivia sozinha por escolha, a casa não era apenas o seu teto, mas o seu refúgio intocável. De todas as perdas enfrentadas na enchente, a mais irreparável não foi financeira, mas a morte da sensação de paz. O que as águas levaram de Dalva foi a certeza de estar segura dentro do seu próprio lar, uma ferida invisível que nenhuma esponja foi capaz de apagar.

2.2.4 Joaquim: o porto

Dono de uma personalidade solar, irreverente e sempre pronto para uma piada, Joaquim ergueu-se como um verdadeiro porto em meio ao caos. Aos 40 anos, o

empresário que constrói móveis sob medida traz para a pesquisa a perspectiva de quem, mesmo estando a salvo, escolheu mergulhar no epicentro da tragédia para resgatar o outro. Conforme relatado na abertura do capítulo, esse amigo (de longa data e grande incentivador desse projeto) atuou como um porto seguro duas vezes: ao ancorar as vítimas que chegavam desamparadas nos barcos de resgate e ao guiar a minha própria chegada e imersão no campo de pesquisa. Da mesma forma que, em sua profissão, ele projeta e edifica estruturas firmes para compor o lar das pessoas, Joaquim ofereceu a sua própria solidez emocional para sustentar o desespero daqueles que viam suas vidas desmoronarem.

Contudo, ao sentar-se de frente para o gravador, no exato local onde atuou puxando barcos e carregando vítimas, no Parque Pontal, o riso fácil cedeu espaço a um relato denso, marcado por lágrimas silenciosas e por uma seriedade que dimensiona o peso do que foi vivido. “Em outras palavras, a memória atualiza e presentifica o passado, uma vez que é retenção, mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados” (Delgado, 2003, p. 16-17). Joaquim encarna a figura do voluntário civil, o braço forte que substituiu a ausência do Estado nas águas escuras da capital.

Diferente de Tere (sua tia) e Dalva, cujos lares foram violentamente invadidos, Joaquim encontrava-se em segurança. Ele passou os primeiros dias da enchente no apartamento da namorada, localizado em uma região alta e isenta de riscos em Porto Alegre. Nesse aspecto, a sua vivência inicial cruza-se com a de Lu, pois a preservação da integridade física de ambos durante o pico do caos foi o que lhes garantiu a condição material e psicológica para agir. Nesse sentido, o privilégio do abrigo não serviu como um convite à inércia, mas como o impulso humano necessário para estender a mão a quem perdia tudo. Essa postura ativa ilustra perfeitamente a premissa de Susan Sontag (2003, p. 85), para quem “a compaixão é uma emoção instável. Ela precisa ser traduzida em ação, do contrário definha”.

Foi também desse lugar de segurança que Joaquim viu o desastre se desdobrar. A tragédia o alcançou não pela água em seus pés, mas pelas notícias de sua família. O alerta veio quando sua irmã, moradora de Eldorado do Sul, avisou que estava fugindo de barco perto do meio-dia de sexta-feira, 3 de maio de 2024. Na noite anterior, a residência dela já havia funcionado como um primeiro refúgio para familiares que moravam mais próximos ao rio, abrigando sete pessoas sob o mesmo teto até que a força da água invadissem a rua.

A dimensão do colapso logístico do estado, que já havia deixado Luilhada, também atingiu os tios de Joaquim no interior, que ficaram isolados por quase um mês no município de Candelária, dependendo de helicópteros para receber mantimentos, devido à destruição das estradas.

Enquanto Dalva enfrentava o terror do isolamento em Canoas, aguardando socorro, Joaquim fazia o caminho inverso. Ao constatar a gravidade da situação, ele decidiu não ir trabalhar e se apresentou como voluntário no centro de distribuição de donativos montado na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). Guiando seu próprio veículo, integrou um comboio civil que levou suprimentos até o bairro Guajuviras, em Canoas. A destruição das vias era tamanha que uma viagem que normalmente levaria minutos transformou-se em uma extenuante travessia de 3 horas de ida e 6 de volta por caminhos alternativos.

A partir de terça-feira, 7 de maio de 2024, Joaquim foi direcionado para os resgates na orla do Guaíba, onde passou quatro dias ininterruptos correndo pelas rampas de acesso à água. A rotina resumia-se a amparar os barcos e recepcionar as vítimas que chegavam desoladas. Imerso na adrenalina, ele conta que a mente desligou: *"Eu só reagi. [...] Simplesmente trabalhava, não fazia mais nada. [...] A gente não parava. Trabalhava com os pés molhados o dia inteiro"*.

Porém, "essa calma incomum, pode ser quebrada a qualquer momento por uma explosão de emoção intensa" (Bowlby, 1980, p. 86, tradução nossa)³⁸, o que aconteceu na sexta-feira, 10 de maio de 2024. O estado de alerta que o blindava emocionalmente cedeu assim que ele retornou à segurança do apartamento da namorada. Ao sentar-se para comer um prato de sopa quente, ouvindo o barulho da chuva fria lá fora e as notícias no rádio sobre abrigos improvisados e pessoas e animais expostos ao relento, o homem de sorriso fácil desabou. Em prantos, Joaquim sentiu-se *"um bosta"* por desfrutar do conforto básico e de um prato de comida enquanto as pessoas do lado de fora estavam submersas no desamparo.

A informalidade e a intimidade da entrevista permitiram que a dor do relato fosse pontuada por breves momentos de alívio cômico, características indissociáveis da sua personalidade. Ao ser questionado sobre a memória geracional da enchente de 1941, Joaquim quebrou a tensão com um palavrão bem-humorado, lembrando que não era nascido na época, mas logo retomou a seriedade para refletir sobre os novos marcos

³⁸ No original: "this unwonted calm may at any moment be broken by an outburst of intense emotion" (Bowlby, 1980, p. 86).

da cidade. Ele observa que as antigas placas nos edifícios do Centro Histórico, que indicavam até onde a água de 1941 havia chegado, agora foram atualizadas para um nível mais alto.

O que a catástrofe de 2024 deixou para Joaquim não foi a perda material, mas uma cicatriz na percepção do tempo e do convívio social, já que as conversas cotidianas passaram a falar da vida "antes" e "depois" das águas. A tragédia transformou a todos, e ele reconhece que também já não é o mesmo. Munido da consciência de que mora em uma área segura, ele aceita o fato de que um dia a natureza poderá cobrar a conta novamente do estado. E quando esse dia chegar, a sua única certeza é a de que voltará para a beira da água para servir de porto mais uma vez.

2.2.5 Rosa: a protetora

Assumindo o papel de uma verdadeira protetora em meio à catástrofe, o perfil de Rosa, de 56 anos, revela-se pela força de quem colocou a vida de seus afetos em primeiro lugar. O nosso encontro ocorreu no feriado de 1º de maio, exato um ano após o início do colapso no estado. Diferente das visitas aos lares provisórios ou reconstruídos das outras narradoras, a nossa conversa deu-se na cafeteria de um shopping center em Porto Alegre. Seguindo a premissa metodológica de que "deve ser criado para a sessão um clima de solidariedade profissional, aberto ao aconchego, à confiança e ao respeito" (Meihy, 2005, p. 179), a escolha por um ambiente público e neutro, embalado pelo acalento de um café, foi o caminho possível para acolher uma mulher que, mesmo após 12 meses, ainda não havia conseguido reunir forças para retornar e encarar o que sobrou de seu próprio lar.

Atrás de óculos escuros que não tirou em nenhum momento, escudos frágeis contra um luto que transbordava em lágrimas, Rosa protagonizou o momento de maior catarse desta pesquisa. A intimidade e a confiança estabelecidas entre nós, mediadas por identificações pessoais, como o amor por gatos, permitiram que a escuta sensível capturasse as fraturas de um trauma profundo. Em meio ao ruído cotidiano e alheio do shopping, a sua fala era frequentemente interrompida por longas pausas, silêncios densos e trechos inaudíveis, marcas evidentes de uma memória que ainda dói ao ser acessada. Longe de representarem simples vazios, essas quebras compõem a própria essência da análise da memória:

Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época (Bosi, 2003, p. 18).

Atuando profissionalmente como entrevistadora e pesquisadora, Rosa inverteu os papéis habituais e trouxe para a sua narrativa uma característica singular entre todos os relatos colhidos: a exatidão cronológica. Enquanto Tere, Lu e Dalva tiveram a percepção do tempo diluída pelo impacto da tragédia, Rosa narra o episódio como uma verdadeira testemunha ocular, marcando o avanço do caos em horas, minutos e até pelos graus de temperatura.

Moradora do bairro Navegantes, na capital, ela viu a ilusão de controle ruir na sexta-feira, 03 de maio de 2024, não pela chuva, mas pela rápida inundação causada pelo rompimento do dique próximo à sua casa. Movida pelo instinto materno, correu até o supermercado onde o filho trabalhava. Lá, relaxou quando o viu seguro, já que a empresa o levaria para trabalhar em outro município, garantindo sua moradia temporária em um hotel. Ao retornar para casa, o trajeto de 15 minutos virou uma agonia de uma hora e meia entre ruas submersas.

O relógio continuou a ditar o ritmo da perda. Às 17h30, a água parou de ameaçar a porta da rua e começou a brotar pelo ralo do banheiro, encurralando Rosa e seus seis gatos. Às 18h30, a água já batia em sua cintura. Às 23h30, estabilizou-se na altura de suas orelhas. O que se seguiu foi uma jornada solitária e extrema de sobrevivência. A busca por um abrigo ilustra o desespero daquela madrugada. Após tentar, em vão, acenar para um caminhão pelas grades do portão, Rosa contou com a ajuda do vizinho da frente que se prontificou a recebê-la no segundo andar de sua loja, junto com seus pets. Guiada pela memória tátil na escuridão, Rosa fez sucessivas travessias em águas contaminadas das 23h30 às 06h30 para salvar seus seis gatos. O esforço quase a levou à hipotermia, revertida pelo calor dos próprios animais que a aqueceram sob uma coberta.

O seu resgate só ocorreu no domingo pela manhã, executado por voluntários em um caiaque. Antes de partirem, um deles perguntou se ela não levaria nenhum pertence. Ao descobrir que a moradia de Rosa ficava logo em frente, o rapaz teve a sensibilidade de conduzi-la até lá, forçando a porta submersa para que pudessem entrar. Foi nesse cenário de destruição que a experiência de Rosa se cruzou

diretamente com o bloqueio emocional vivenciado por Lu: assim como a empresária sentiu o ímpeto de descartar tudo na casa dos avós em Sinimbu, Rosa foi tomada por uma profunda paralisia afetiva. Diante da dor insuportável, a recusa aos objetos torna-se um escudo, um processo em que:

a tarefa da pulsão de morte é o apagamento dos rastros, das pistas, das pegadas e, sob seu auspício e sob sua instrução, que se realize a ordem tirânica que conduz ao apagamento, ao emudecimento, ao desligamento e à repetição (Endo, 2013, p. 46).

Mesmo quando o voluntário encontrou fotos do seu filho e uma bolsa (presente de Dia das Mães) e insistiu para que ela os levasse, a sua mente, em estado de choque, rejeitava a materialidade: *"Eu não quero saber de bolsa [...], eu quero sair daqui!"*. A urgência da sobrevivência ofuscou, naqueles instantes, a lucidez necessária para salvar os próprios afetos.

Rosa que foi acolhida, com seus pets, em um abrigo da Paróquia São Vicente Mártir, com suporte que ela classifica como *"cinco estrelas"*, carregava, contudo, fraturas invisíveis. Nos dias que se seguiram, sua mente continuou submersa. Ela relata ter tido crises de pânico, enxergando temporais e raios que não existiam, além de acordar sufocada pela própria saliva em pesadelos recorrentes de afogamento. A persistência desses sintomas, apesar de Rosa já estar fora de risco, evidencia como o trauma desorganiza o sistema humano de autodefesa. Sobre esse fenômeno de aprisionamento no evento traumático, Herman esclarece que:

Cada componente da resposta comum ao perigo, tendo perdido sua utilidade, tende a persistir em um estado alterado e exagerado muito tempo depois que o perigo real passou. Eventos traumáticos produzem mudanças profundas e duradouras na excitação fisiológica, na emoção, na cognição e na memória (Herman, 1992, p. 37, tradução nossa)³⁹.

O retorno ao bairro Navegantes, 35 dias depois, revelou o impacto sensorial da catástrofe. Aqui, a materialidade da destruição difere daquela encontrada por Tere no bairro Mathias Velho. Se em Canoas o odor predominante era o do esgoto que transbordou, na casa de Rosa o que ficou impregnado no lodo espesso foi o que ela

³⁹ No original: "Each component of the ordinary response to danger, having lost its utility, tends to persist in an altered and exaggerated state long after the actual danger is over. Traumatic events produce profound and lasting changes in physiological arousal, emotion, cognition, and memory" (Herman, 1992, p. 37).

define de forma visceral como o "cheiro de morte", o odor da decomposição das vítimas fatais da tragédia na região. Incapaz de suportar o impacto da cena, Rosa contou com a ajuda de um voluntário do abrigo para esvaziar a casa, pois, se tentasse fazê-lo sozinha, *"teria desmaiado"*.

Essa necessidade de rotular o horror olfativo de forma tão literal não é um movimento isolado, mas um esforço para dar sentido ao indizível. A definição visceral de Rosa, contrastada ao odor de esgoto relatado em outros bairros, reflete a busca dos sobreviventes por um vocabulário comum capaz de traduzir a dimensão da catástrofe. Nesse contexto:

Quando essa situação é de compartilhamento da experiência olfativa, as tentativas de descrição da mesma (que são tentativas de redução da diferença entre o odor percebido e o odor nomeado) serão controladas coletivamente e assim progressivamente focalizadas pela ajuda de uma denominação consensual que poderá ser memorizada, pronta a ser utilizada por ocasião de uma experiência posterior (Candau, 2012, p. 47-48).

Essa materialização sensorial do abandono deixa claro que o trauma vai muito além da força das águas. Ao escutar os relatos de Rosa e Dalva, é essencial, sob o olhar desta pesquisadora, contestar a visão de que a tragédia foi puramente um desastre natural. A exaustão profunda presente na fala de ambas não se direciona apenas à força da chuva, mas aponta para um colapso infraestrutural crônico.

O trauma da inundação ganha contornos de inconformismo diante da falha das bombas de drenagem, o que explica a recusa de Rosa em aceitar comparações com a enchente de 1941. Para ela, o desastre do passado foi obra da natureza, mas o de 2024 carrega a marca do descaso estatal. Essa percepção das moradoras encontra respaldo em análises recentes que detalham a cadeia de negligências institucionais por trás do colapso:

Como toda catástrofe de grandes proporções, o terror testemunhado em Porto Alegre só pode ser explicado pelo encadeamento de múltiplas falhas e omissões. Diferentes gestões e esferas de governo, desde décadas atrás até as primeiras gotas de chuva tocarem o solo gaúcho no final de abril de 2024, permitiram que se criasse um cenário suscetível ao horror precipitado pelas mudanças climáticas, mas agravado pela insuficiência das medidas preventivas.

A chuva outonal foi potencializada ao se despejar sobre um estado com perda crônica de vegetação nativa, o que multiplicou a violência com que correu pelos vales em direção à Região Metropolitana. Já na Capital, após se avolumar, o caudal superou barreiras de segurança fragilizadas por limitações estruturais jamais corrigidas e por deficiências de manutenção. O órgão municipal responsável desde os anos 1970 por gerir essa rede intrincada de

diques, bombas e comportas, após uma série de denúncias de má gestão e corrupção surgidas em 2016, nem existia mais como entidade autônoma. Ao final, a crise revelou a falta de aplicação adequada de planos de contingência exigidos por lei em Porto Alegre e em muitos outros municípios localizados no percurso da torrente mortífera (Malinoski; Gonzatto; Lopes, 2024, p. 75).

Apesar dessa ferida aberta, Rosa não culpa o meio ambiente e, em um gesto simbólico de cura, relata ter feito as pazes com o rio e com a chuva, reconhecendo que as águas não têm maldade, pois foi o progresso que sufocou o seu leito. A sua história, portanto, não termina no ressentimento, mas na benevolência. É a essência da protetora que permanece, ancorada no respeito à natureza e no amor inabalável por seus gatinhos, que se revelaram a sua verdadeira e insubstituível salvação em meio ao caos.

2.2.6 Elisa: a resiliente

Como dito no início do capítulo, Eldorado do Sul foi um dos municípios mais devastados na região metropolitana. Foi nesse cenário que o perfil de Elisa, técnica de recursos humanos de 42 anos, se revelou por meio de muita resiliência. Abrigada provisoriamente na casa dos fundos da Igreja Assembleia de Deus, espaço que se transformou em ponto de recomeço familiar, ela nos recebeu na sala desse refúgio. O encontro ocorreu no mesmo dia da entrevista com Rosa, e o contraste entre as dinâmicas foi imediato. Enquanto a escuta anterior havia sido solitária, marcada por lágrimas, silêncios densos e luto, a vivência com Elisa contou com a presença constante de seu marido, Ademar, e foi delineada por uma firmeza quase defensiva.

Acompanhados de Fabiano e Joaquim, cuja irmã é cunhada de Elisa, presenciamos uma entrevista que, a princípio, desenhou-se de forma muito diferente das demais, marcada por um escudo de objetividade. Essa couraça emocional encontra reflexo na psicanálise, que entende o bloqueio não como frieza, mas como uma estratégia instintiva de sobrevivência: "Contra o trauma a única saída, se e quando existe, é a freudiana: imobilizar a ameaça de morte para, em seguida, reinvestir no desejo de que a vida vale a pena ser vivida" (Costa, 2019, p. 121).

Foi essa tática de "imobilização" da dor que ditou o tom inicial do nosso encontro. Nos primeiros minutos, a narrativa de Elisa soava como um relatório. Diante do questionário formal da pesquisa, ela respondia de maneira rápida, contida e objetiva, evitando o mergulho profundo nas memórias e nas perdas afetivas, talvez

como um mecanismo de defesa contra o luto recente, ou pela tentativa de não demonstrar fragilidade diante da família. No entanto, o padrão valioso que mencionei nas notas de campo manifestou-se ali com maior intensidade. Quando anunciei o fim da entrevista formal e a tensão do gravador pareceu se dissipar, a verdadeira história de Elisa emergiu. A conversa ganhou contornos afetuosos, os detalhes da fuga começaram a transbordar e precisei religar o equipamento para não perder a riqueza daquele relato sincero, que nesse momento, não tinha mais o papel com roteiro das perguntas entre nós.

Assim como ocorreu na casa de Tere, a memória de Elisa não foi tecida de forma solitária. O seu marido, Ademar, intervinha constantemente na conversa, completando frases, detalhando o estrago e atestando as perdas materiais, demonstrando que

se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

A partir dessa dinâmica de lembrança compartilhada, juntos, eles narraram uma odisseia de fugas sucessivas, pautadas, inicialmente, por um sentimento que se tornou comum em quase todos os relatos desta pesquisa: a descrença.

Morando perto do rio, Elisa e Ademar já estavam habituados às cheias que costumavam chegar até a porta de casa e recuar. Confiantes nesse histórico, subiram alguns móveis e, como Tere e Dalva, acreditaram estar seguros. Quando Ademar constatou que as ruas já quase não deixavam os carros transitarem, começou a peregrinação familiar. Elisa, ainda se recuperando de uma cirurgia recente, o marido e os dois filhos fugiram à noite para a casa do cunhado. A falsa sensação de segurança durou apenas algumas horas.

Na manhã seguinte, a água começou a bater no portão desse primeiro refúgio, forçando-os a fugir de barco em direção à casa da sogra de Elisa, no bairro de Sans Souci. Acreditando terem finalmente escapado do alcance do rio, foram dormir. Mas a noite reservava o capítulo mais dramático dessa jornada. Os alertas de evacuação na rua e a água subindo ladeira acima provaram que não havia lugar seguro no município. Em uma fuga limítrofe, saíram de carro passando pela contramão da rodovia BR-116

para Guaíba, onde ficaram em um abrigo temporário até se mudarem para o atual refúgio.

A casa de Elisa ficou submersa por 32 dias. Quando finalmente retornaram, foi a última residência da família a ser limpa, devido ao acúmulo severo de lodo e à contaminação prolongada. A perda foi quase total. O quarto planejado dos meninos e incontáveis memórias desmancharam-se na água. O novo lar foi o anexo nos fundos da igreja, onde vivem desde então de forma improvisada, mas segura.

É nesse cenário de reconstrução que a resiliente Elisa conta que as roupas da família continuam ensacadas no baú da cama, prontas para um novo ponto de fuga, caso o rio volte a subir. Apesar do trauma, especialmente refletido no medo das chuvas do filho caçula, a dor da perda material foi ressignificada através do voluntariado.

Profundamente surpresa e tocada pela rede de solidariedade que amparou sua família, revelando um lado generoso e humano das pessoas que ela até então desconhecia, Elisa transformou a gratidão em força de trabalho. Enquanto a igreja funcionava como ponto de doação, Elisa e Ademar atuaram incansavelmente na distribuição de mantimentos. Ao acolher o desespero de pessoas em situações ainda mais críticas, o casal encontrou uma forma de aliviar o próprio sofrimento. *"A gente meio que largou a nossa dor para pegar a dor do outro, sabe?"*. Essa atitude evidencia o momento em que a vulnerabilidade cede espaço ao cuidado mútuo:

O sofrimento psicológico compartilhado não é mais individual. Compartilhado, o sofrimento demanda intervenções que usem técnicas que consideram o contexto e trabalhem de forma coletiva, sendo o cuidado coletivo não apenas uma resposta ao sofrimento coletivo, mas também uma forma de resistência e fortalecimento comunitário (Mattos; Diello, 2025, p. 102).

É assumindo essa postura de resistência que a narrativa de Elisa, uma mulher que, mesmo desprovida do seu próprio lar e com suas memórias materiais submersas, assumiu a zeladoria do cuidado, protegendo sua família em múltiplas fugas e estendendo as mãos para ajudar a reconstruir, a partir dos escombros, a dignidade de sua comunidade.

2.2.7 Fabiene⁴⁰ e Mel: as curadoras

O último dia de imersão no campo de pesquisa ocorreu sob uma atmosfera de acolhimento que contrastava com a dureza do tema tratado, revelando a essência de duas verdadeiras curadoras. Afastando-nos das áreas afetadas, fomos recebidos, eu e Fabiano, no apartamento de Fabiene, em Porto Alegre, para um café da tarde. Aos 44 anos, ela é professora da UFRGS, coordenadora do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) e a responsável pelo projeto de extensão Resgate de Memórias, já introduzido no Capítulo 1. Ela compartilhou a narrativa com Mel, estudante de antropologia e bolsista de extensão. Juntas, uniram curadoria acadêmica e fotográfica ao propósito de curar as dores das vítimas, recuperando e reorganizando fotografias enquanto objetos biográficos. Nesse contexto, lembramos que “o álbum de fotos de família não tem por função anunciar, mas conservar várias vezes o anunciado pela foto ou por outros meios” (Silva, 2008, p. 37).

A vivência inicial delas aproxima-se das trajetórias de Lu e Joaquim, pois ambas residiam em áreas seguras da capital. Contudo, o privilégio geográfico não as blindou do terror psicológico, cujas raízes também esbarravam em suas realidades pessoais. Fabiene, natural de Recife e criada no Rio de Janeiro, vivia sem uma rede de apoio familiar no Sul e relatou o desespero de tentar fugir com a filha de 6 anos e o gato, sendo impedida pelo colapso logístico das estradas e pela ausência de aeroporto. Ilhada em uma cidade que parecia caminhar para o apocalipse, passou 10 dias sem conseguir dormir. Mel, gaúcha de 20 anos que mora com a mãe e o irmão, experimentou a paralisia do trauma ao ver o caos pela televisão e saber que familiares no interior (Marau/RS) haviam sido atingidos. Para lidar com a própria impotência, mobilizou-se nos primeiros dias para atuar em abrigos, tentando ajudar na organização das doações e dos desabrigados.

A atuação do Navisual tomou forma a partir da observação atenta desse cenário de urgência. Ao visitar um abrigo para mulheres, Fabiene buscava entender como a antropologia poderia ser útil sem impor novas demandas às vítimas focadas na sobrevivência imediata. Lá, deparou-se com a angústia silenciosa gerada pela perda dos registros familiares, sobretudo entre as pessoas mais humildes. O estopim para a

⁴⁰ Embora Fabiene tenha divulgado o seu projeto amplamente, como mostrado no capítulo anterior, optamos por manter apenas seu primeiro nome a partir daqui, por recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unip.

ação ocorreu quando as águas recuaram. Um colega que ajudava a limpar uma das residências atingidas encontrou álbuns fotográficos na lama e ligou para Fabiene, questionando se deveria descartá-los. Para impedir que essas e outras memórias fossem para o lixo, a professora improvisou um *card* nas redes sociais oferecendo ajuda para recuperar fotos soterradas pela enchente. O diagnóstico da catástrofe afetiva foi imediato: em apenas 24 horas, a equipe recebeu 500 pedidos de socorro.

Fabiene também conta que, ao orientar a população sobre o resgate, percebeu que as pessoas diretamente atingidas não tinham condições psicológicas de lidar com a limpeza de seus próprios pertences. A urgência da sobrevivência e a dor de abrir o que ela define como o "*saco da memória*" tornavam a tarefa insuportável, resultando, muitas vezes, na destruição acidental dos itens ou no descarte impulsivo. Esse relato referenda, do ponto de vista acadêmico, o bloqueio emocional vivenciado por Lu e Rosa, que se viram incapazes de salvar seus próprios afetos em meio ao choque da inundação. Mais do que isso, a constatação de que o ideal é que pessoas não atingidas diretamente assumam a recuperação das fotos, devido ao peso do fator emocional, justifica e dá contornos teóricos à cena que vivenciamos com Joaquim. A atitude dele de limpar e restaurar as fotos da irmã, assumindo para si o fardo de tatear a lama para poupá-la de um colapso, ilustra perfeitamente essa dinâmica de proteção descrita pelas pesquisadoras.

A materialidade desse resgate, narrada por Fabiene e Mel, revela a insalubridade de um desastre que a televisão não conseguiu transmitir em sua totalidade. As imagens não estavam apenas molhadas, mas submersas em um lodo tóxico. A equipe da UFRGS precisou aprender a trabalhar com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), pois tratava-se de material biológico contaminado. Aqui, o relato das voluntárias funde-se perfeitamente com a descrição feita por Rosa e Tere: a água que invadiu as casas era, em grande parte, esgoto.

Para cessar a deterioração do papel, o projeto utilizou freezers para congelar as fotografias até que houvesse tempo hábil para lavá-las. No entanto, novamente o trauma olfativo impregnou-se no processo. Fabiene e Mel relatam que o cheiro das fotos era o próprio odor da enchente. Era um odor de decomposição que exalava a cada vez que a porta do congelador era aberta ou que um álbum era descolado, reconstituindo no laboratório o mesmo "*cheiro de morte*" que Rosa sentiu ao retornar para sua casa. O fato de o odor da tragédia estar cravado nas fotografias ilustra a

metáfora proposta por Assmann, ao aproximar a materialidade da imagem aos rastros da dor:

surge uma correspondência entre fotografia e trauma: compara-se o autorregistro fotográfico do recorte de realidade nos sais de prata da chapa química com o autorregistro de uma experiência traumática na matriz do inconsciente (Assmann, 2011, p. 266).

Diante de uma experiência tão imersiva, ao conduzirmos a entrevista, mesmo mantendo as perguntas abertas, ficou claro que o processo vivido por elas reescreveu a forma como compreendem a própria profissão. Para Mel, a experiência extrapolou a sala de aula, ensinando-a que a antropologia pode, e deve, sujar as mãos na lama para intervir na urgência da sociedade. Para Fabiene, o projeto revelou-se um exercício de cuidado coletivo. Ao assumirem a custódia temporária dessas memórias enlameadas, lavando-as e estabilizando-as para devolvê-las às famílias, elas não estavam apenas salvando papel, mas atuando como guardiãs de uma história que a água tentou apagar.

Compreender as trajetórias de Tere, Lu, Dalva, Joaquim, Rosa, Elisa, Fabiene e Mel foi o passo fundamental para, agora, analisar o que permaneceu e o que se foi. A partir dessas vozes, a pesquisa avança para o próximo capítulo, no qual o foco desloca-se dos narradores para as coisas narradas. Nele, os objetos biográficos assumem o protagonismo, revelando como os significados atribuídos ao salvamento operam na reconstrução das identidades.

3 MEMÓRIA E COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE DESORGANIZAÇÃO

Quando as águas finalmente recuaram das ruas do Rio Grande do Sul, o cenário que se revelou nas calçadas e nos interiores das casas não foi apenas de destruição arquitetônica, mas de uma profunda desorganização simbólica. O lar, antes compreendido como o reduto seguro das continuidades e o espaço físico de uma vida inteira, foi revirado pela força da enchente, transformando o que era íntimo e organizado em um amontoado caótico de escombros e lodo.

O termo "desorganização", que intitula este capítulo, refere-se justamente a essa profunda alteração da vida cotidiana durante e após a tragédia: cidades ainda marcadas pela destruição, mas forçadas a retomar o funcionamento com urgência; lares desfigurados, com coisas fora do lugar e itens que desapareceram para sempre; e pessoas ainda não assentadas em suas próprias moradias. Essa desorganização alcançou uma dimensão tão severa que o espaço doméstico foi reconfigurado em um ambiente fétido e irreconhecível, no qual as próprias leis da física pareciam suspensas. Tere descreve o choque ao deparar-se com a sua cozinha: *"O freezer pulou pra cima. Arrebentou [...] Cheio de comida, de carne, de fruta..."*. O eletrodoméstico que deveria preservar o alimento foi arremessado contra o teto pela força da correnteza, misturando os mantimentos ao esgoto que invadiu as casas, resultando num cenário onde *"fedía tudo, fedía cocô"*.

A mesma desorganização transbordou das casas para o momento da fuga, reduzindo o patrimônio de vidas inteiras a trouxas improvisadas. Como observou Joaquim durante os resgates, a materialidade que antes ancorava as identidades foi drasticamente compactada: *"Tinha uns que chegavam como se tivesse vindo do aeroporto, com malinha e tal, mas a maioria era saco de lixo, sacola, bolsa feita às pressas [...] Um lençol enrolado"*. Memórias, documentos, o enraizamento físico, acabavam embalados sem o cuidado devido, evidenciando o colapso absoluto do habitar.

Essa ruptura física e sensorial foi tão intensa que a própria contagem do tempo na sociedade foi reconfigurada, como pontua Joaquim, ao ilustrar que a tragédia *"virou um marco de tempo que a gente fala antes da enchente, depois da enchente"*. Em meio a essa desorganização e à tentativa de recomposição, o ato de narrar adquire uma função reparadora. Sigmund Freud define o trauma como "qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos, tais como susto, angústia, vergonha ou dor física"

(Freud; Breuer, 1987, p. 43). Diante dessa ferida, “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (Seligmann-Silva, 2008, p. 66). É na palavra compartilhada que as vítimas deixam de ser espectadoras da destruição para se tornarem narradoras de sua própria sobrevivência, como expressado por Rosa: *“Eu gostaria muito de ter uma participação, se possível, positiva em relação a isso. Nós somos protagonistas de uma história triste, trágica e politicamente incorreta”*. Corroborando essa visão, Judith Herman destaca em *Trauma and Recovery* (1992) que o pós-trauma é uma condição complexa que afeta profundamente a vida das pessoas que passaram por eventos traumáticos, afirmando que a recuperação envolve três estágios principais: o estabelecimento de segurança, a lembrança e o luto, e a reconexão com a vida cotidiana.

É transitando por esses estágios de recuperação que nossos narradores nos guiam. Diante de um cotidiano fraturado, em que os registros oficiais são insuficientes para dar conta da dimensão da dor, a comunicação e a memória emergem como ferramentas centrais. Foi por meio dessa comunicação, por exemplo, que Lu utilizou as redes sociais para transformar a informação em um antídoto contra a destruição da memória afetiva: *“Comecei a fazer pequenos informativos diários [...] ‘ah gente, não joga a fotografia, guarda, põe no sol...’ e comecei a disseminar assim”*.

Aqui, são os vestígios materiais que assumem o papel de traduzir o que restou. Este capítulo propõe-se, portanto, a analisar como a perda dos objetos biográficos desestabiliza as narrativas pessoais e como o resgate e a ressignificação das coisas atuam como um ato de resistência.

Contudo, essa resistência não se ergue no isolamento. Quando as águas derrubam as paredes que protegem o espaço íntimo, a dor e a lembrança transbordam para a rua, misturando-se à história do outro. A memória, nesse contexto, emerge como espaço de recordação e reconstrução. Como elucida Assmann, a construção de sentido e a fundação da identidade dependem intrinsecamente dessa dinâmica:

há também espaços da recordação nos quais as expectativas de futuro de modo algum se desprendem de imagens do passado, mas são na verdade impulsionadas e sustentadas por determinadas recordações históricas (Assmann, 2011, p. 438).

É, portanto, no encontro entre o luto particular e a vivência coletiva que o sujeito encontra a terra firme necessária para reordenar a sua história. Quando as águas

dissolvem os contornos físicos que antes abrigavam as lembranças, a memória é forçada a buscar um novo refúgio. É nesse movimento, em que a fragilidade individual se entrelaça à mão estendida do outro para sustentar a sobrevivência, que se abre o caminho para compreendermos como o trauma privado se converte em reconstrução social.

3.1 Memória individual e memória social como práticas de compartilhamento e reconstrução simbólica

A invasão da casa pela enchente causa a perda não apenas de um teto, mas das referências que organizam o cotidiano. Com a memória individual desamparada, o sujeito busca apoio nos quadros sociais. Na prática, o desastre dissolve as fronteiras entre o espaço privado e o público, e os sinais de sobrevivência passam a vir de fora. Dalva, por exemplo, precisou usar a caixa de correio do vizinho como referencial visual para medir a subida da água e calcular o risco à sua própria residência. Já a fuga de Elisa foi motivada pelo alerta de uma desconhecida que passava de carro pela rua: *"Vamos evacuar, a água tá vindo!"*. O instinto de sobrevivência deixou de ser uma deliberação estritamente familiar para depender do que o outro também via e comunicava. Foi assim que Rosa, ilhada na escuridão de uma água barrenta e contaminada, encontrou refúgio quando a lanterna de um vizinho acenou, guiando-a para o segundo andar de uma loja comercial.

No rastro da inundação, essa porosidade do espaço íntimo revelou sua face mais solidária. Lu descreve o alargamento das fronteiras domésticas ao deparar-se com estranhos higienizando sua casa: *"Tu deixava a porta aberta, as pessoas entravam e te ajudavam. [...] Foi uma coisa muito das pessoas se abraçarem"*.

Embora o conceito pioneiro de memória coletiva de Halbwachs (1990) tenha sido amplamente acionado, optamos por substituí-lo por "memória social", haja vista a posição de Ribeiro *et al.* (2025, p. 15), com a qual concordamos: "Entre outros estudiosos do autor [Maurice Halbwachs], é o sociólogo Gérard Namer quem reconhece, nas ideias do pensador francês, que toda memória coletiva é centrada na memória social (*apud* Jonas, 2003)".

Também é por meio da narrativa e dos fragmentos que restam que a experiência individual deixa de estar isolada e se expande para esse campo comum, integrando as vivências particulares em um horizonte de significação (Peralta, 2007,

p. 19). A memória social atua, portanto, como uma grande malha que, em nossa pesquisa, acolhe as perdas individuais. É essa memória compartilhada entre os atingidos que garante às biografias, não institucionais, emergirem.

O caráter integrador da memória social ganha contornos tangíveis quando observamos a circulação involuntária daquilo que a água arrastou. Um exemplo sensível dessa dinâmica transparece no relato de Lu, ao resgatar um vestido de noiva sujo de lodo, abandonado por desconhecidos. Após higienizá-lo, o traje foi utilizado por uma amiga de sua filha em um ensaio fotográfico de pré-casamento: *"A gente não sabe nem de quem era, mas é uma história. Será que a pessoa que usou esse vestido perdido foi feliz?"*. O questionamento de Lu relembra que a peça resgatada carrega os vestígios de quem a possuía. Sobre essa ressignificação, Violette Morin aponta que "utilitário e decorativo, o objeto biográfico se impõe [...] como testemunho da singularidade funcional de seu usuário, como seu cotidiano transformado em objeto" (Morin, 1971, p. 196-197, tradução nossa)⁴¹. A singularidade desse vestido gerou novos laços, apesar da perda da identidade de seu dono anterior na lama.

Se o gesto de Lu ilustra como a solidariedade atribui possíveis novos sentidos a um artefato, ainda que isolado, o esforço sistemático de sua preservação revela a dimensão política dessa memória compartilhada. Como defende Fabiene, referindo-se ao resgate de fotografias:

Porque isso é patrimônio! Isso é história não institucional da cidade. Aquela história que não é a verdadeira, que as instituições querem contar. Elas estão ali. Perder isso é ver a população mais vulnerável ficar com a sua história apagada.

Com isso, o amparo coletivo também atua como uma barreira contra o esquecimento das memórias subterrâneas (Pollak, 1989, p. 4). Para que o exercício dessa memória ocorresse, a solidariedade precisou atuar no campo afetivo, servindo como um suporte para acionar e recompor identidades abaladas. Um exemplo dessa dinâmica é trazido por Mel, que recorda o instante em que uma doação acidental, uma pequena pulseira, devolveu brilho aos olhos de uma menina no abrigo, gesto que a fez *"se sentir feliz no meio dessa tragédia"*. Vulnerável com a ruptura do espaço, esse simples objeto lhe conferiu conforto e mais segurança:

⁴¹ No original: "Utilitario y decorativo, el objeto biográfico se impone [...] como testigo de la unicidad funcional de su usuario, como su cotidianeidad hecha cosa" (Morin, 1971, p. 196-197).

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à praxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objetos de consumo). Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava (Bosi, 1994, p. 447).

Ao verem estes arrimos sendo levados pela enchente, alguns voluntários depararam-se com exercícios de alteridade. A reestruturação do outro operou, invariavelmente, como um gatilho para a própria dor, conforme pontua Fabiene ao relatar quando Dani, um dos bolsistas do laboratório de restauração de imagens da universidade, ao limpar delicadamente a fotografia enlameada de um desconhecido, ativou a memória da ausência de fotos de seu próprio pai. Ao cuidar da biografia alheia, ele validava sua própria história, comprovando que, "se a memória é um processo, o que o deflagra são relações e afetos" (Gondar; Dodebei, 2005, p. 25).

Fabiene também nota que muitas vítimas entregavam suas fotografias enlameadas aos voluntários da universidade com um alívio de quem diz: *"muito obrigada por estar cuidando disso pra mim"*. O trauma fraturou o sujeito a tal ponto que ele não suportava abrir o seu próprio *"saco da memória"*. O outro, então, assume a responsabilidade de higienizar e preservar a sua biografia até a recuperação das forças para recebê-la de volta. Nesse cenário, a intervenção externa torna-se a via de sobrevivência psíquica, partindo do princípio de que "restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade" (Candau, 2012, p. 16).

Assim, no deslocamento do privado para o público, a memória deixa de ser um mero depósito de lembranças para se afirmar como uma prática ativa de resistência e amparo mútuo. No entanto, essa reconstrução ancorada apenas no amparo social, por mais potente que seja, logo depara-se com um limite. O ser humano, em sua complexidade afetiva, demanda ancoragens tangíveis para validar sua identidade e aplacar a angústia da ruptura, como vimos no caso da menina do abrigo. Quando os ecos da solidariedade coletiva silenciam no fim do dia e o sujeito precisa encarar o vazio do seu espaço, o foco da saudade e da necessidade de reordenamento desloca-se da abstração da memória compartilhada para a ausência da matéria. Esse deslocamento para o tangível abre caminho para discutirmos a relação profunda entre o indivíduo e suas posses, tema que exploraremos a seguir sob a ótica dos objetos biográficos.

3.2 O universo sensível dos objetos: memória, perda e luto

O silêncio que se instaura após o recuo das águas e a partida das redes de solidariedade revelam a face mais crua da tragédia: o confronto solitário com o espaço despido de si mesmo. Como pontuado anteriormente, se o ser humano demanda ancoragens tangíveis para validar sua identidade, a destruição material provocada pela enchente alcança camadas muito mais profundas do que a mera perda de bens financeiros ou utilitários, ela atinge o núcleo da memória e do pertencimento.

Sob este prisma, como apontam Elizabeth Jelin (2002, p. 19) e Ecléa Bosi (1994, p. 73), a memória individual está apoiada em redes de sociabilidade, mas a sua manifestação depende de suportes materiais que atuam como mediadores de ativação do passado. Nas inundações de 2024, os itens que outrora organizavam o cotidiano familiar tornaram-se testemunhas enlameadas de vidas interrompidas, funcionando como marcadores físicos da desorientação do sujeito.

Para compreender o peso desse luto material, é preciso reconhecer que os pertences domésticos, como propõe o antropólogo Igor Kopytoff, não são neutros ou inertes. Eles possuem "biografias" que os atravessam com significados que transcendem a sua função original:

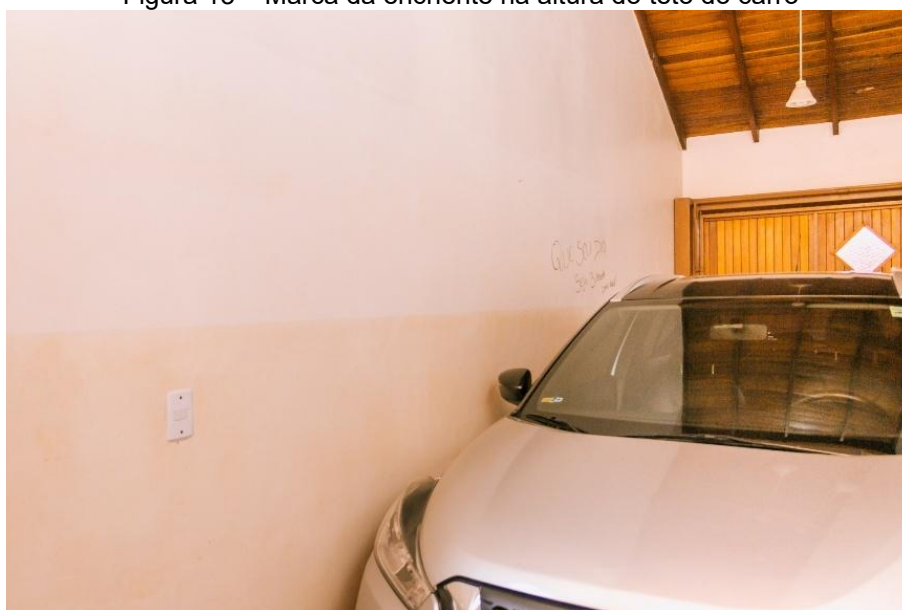
Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse "status", e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as "idades" ou as fases da "vida" reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (Kopytoff, 2008, p. 92).

A trajetória desses objetos e a sua brusca interrupção pela enchente desorganizam o enraizamento do indivíduo no mundo. O desastre impõe às coisas uma "morte biográfica prematura". Não se trata de um descarte natural pelo fim da utilidade, mas de uma morte violenta da matéria que, ao apodrecer no lodo, interrompe o fluxo de significados que o objeto deveria carregar até as próximas gerações. Sobre essa simbiose entre a construção da identidade e o entorno material, Halbwachs (1990, p. 131) provoca uma reflexão:

Por que nos apegamos aos objetos? Por que desejamos que não mudem, e continuem a nos fazer companhia? Afastamos toda consideração de comodidade ou de estética. Nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro.

Antes mesmo de lamentar a perda dos pequenos artefatos, o luto inicia-se pela desfiguração do maior objeto biográfico que possuímos: o próprio lar. Dalva registrou a dimensão física desse trauma no espaço doméstico ao apontar para a parede e delimitar o nível exato da inundação: *“Aqui é a marca que a água ficou 30 dias”* (Figura 13). Ao reterem a cicatriz da cheia, as paredes convertem o próprio lar em um grande objeto biográfico ferido.

Figura 13 – Marca da enchente na altura do teto do carro



Fonte: Fabiano Cardozo (2025).

O peso dessa desorganização estrutural atinge diretamente os vínculos afetivos. Dalva ilustra essa ruptura ao narrar a dor dilacerante de perder uma cozinha que transcendia a sua funcionalidade:

Meu marido adoeceu em 2017 e, por alguma razão, ele dizia que ele não ia escapar. E aí um dia ele mandou eu sair [...]. Quando eu voltei, ele tinha desmontado toda a minha cozinha antiga e os rapazes vieram e montaram a cozinha nova. E ele disse para mim "Curte bem essa cozinha, porque eu acho que é meu último presente". E tu sabe que de tudo que se destruiu aqui, o que mais me doía era olhar a cozinha, que foi a grande surpresa... Porque ele não era dado a essas coisas assim, de fazer surpresas que permanecessem. Doeu muito na hora que o meu genro começou a martelar para tirar o resto das madeiras que tinham ficado porque ficou tudo pendurado. Doeu bastante.

A demolição compulsória imposta pela enchente não representa apenas o descarte de madeira úmida, mas a destruição física do memorial afetivo deixado pelo companheiro. A interrupção traumática da trajetória desse móvel revela como a obliteração do entorno doméstico fragmenta o sentido de continuidade e a percepção de si no mundo:

Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a disposição tácita, mas eloquente. Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal (Bosi, 2003, p. 25).

Esse assentimento citado por Bosi não se restringe à velhice, sendo a âncora que também sustenta a construção do pertencimento na infância. A ausência tátil dos pertences desorienta a criança, retirando-lhe a referência espacial e emocional do que era seu. Elisa relata a dor contínua de seu filho caçula que, desprovido de seus brinquedos (Figura 14), ainda tenta se ancorar no passado: *"A questão de brinquedos, principalmente pro pequeno, que toma medicação... Ele é muito apegado às coisas dele. Tem coisa que até hoje ele fala 'ah, na minha casa eu tinha...'. Essa parte é a mais dolorida"*. A fala do menino nos mostra que a enchente arrastou não apenas um inventário material, mas a bússola de localização da pessoa no mundo.

Figura 14 – Brinquedos do filho de Elisa imersos no lodo sob o estrado da cama



Fonte: Elisa, junho de 2024.

A destruição material também significou a interrupção violenta do futuro e da linhagem geracional. Tere, que enfrentou um árduo tratamento de fertilidade para conseguir gerar seus dois filhos, guardava com esmero os exames de gestação, roupinhas de bebê, carteirinhas de vacinação e lembranças escolares, como prova documental de um milagre particular, que almejava um dia mostrar aos netos como seus pais haviam sido desejados. Tudo foi levado pela água, evidenciando o apagamento violento de sua própria história de superação maternal. Essa mesma quebra de linhagem é relatada por Dalva ao lamentar a destruição de uma caixa de recordações que continha as roupas de saída de maternidade e batismo do neto. O luto, neste caso, não é apenas pela roupinha, mas pela ruptura de um pacto geracional: *"Isso vinha lá da minha bisavó, da vó, da minha mãe, das minhas tias. Todas nós tínhamos esse hábito. [...] Foi algo que doeu muito quando eu tive que colocar fora"*. A tradição familiar, mantida através da preservação do tecido, foi interrompida de forma irreversível. A percepção de que o tempo cristalizado na matéria não pode ser reeditado é o que torna essa interrupção tão cruel. Rosa ilustra perfeitamente o caráter insubstituível do objeto biográfico ao lamentar a destruição de uma caixinha feita pelo filho na creche, que ela usava para guardar linhas e outros itens de costura: *"Mesmo*

que ele faça novamente, é uma outra idade, uma outra história". A fala evidencia que o valor do objeto está no momento irrepetível que ele materializa, tratando-se de uma perda impossível de ser substituída:

Trata-se daquilo que fora perdido para sempre e de uma vez por todas, e não pode ser recuperado, nem reparado, nem substituído. A experiência da perda não nega que, longe da melancolia, o sujeito que perdeu não esquece e que os novos e inéditos objetos acolhidos com hospitalidade e interesse verdadeiro não são substitutos daqueles outros que se foram, se perderam ou que o próprio sujeito admitiu perder (Endo, 2013, p. 46).

Como a circulação dessas "coisas com história" garante a continuidade da biografia individual, a sua lógica de insubstituibilidade fica ainda mais evidente quando seu fim representa o apagamento dos vestígios de quem já partiu. Dor sentida por Elisa, que lamenta profundamente a destruição das Bíblias, do violão e dos estudos bíblicos manuscritos deixados por seu falecido pai, pastor. O papel preenchido pela caligrafia paterna não era um mero documento, mas a materialização do pensamento e da presença de quem já partiu. *"São coisas assim que não têm como recuperar. E isso dá uma dor terrível"*, desabafa. Os objetos de Elisa, Rosa, Tere e Dalva operavam como peças de engrenagem no tempo. De acordo com Daniel Miller em *The Comfort of Things*,

à medida que conhecemos melhor as pessoas, surgem maneiras de discernir o significado das coisas e de apreciar o que realmente importa — que não é a sua presença como objetos, mas a consequência da sua presença (2008, p. 213, tradução nossa)⁴².

Se a presença desses artefatos assegurava a continuidade da história, o vazio deixado por eles não representa apenas perda física, mas desestabiliza diretamente a transmissão da memória familiar às novas gerações.

Além da interrupção do tempo, o luto material é agravado pela dimensão sensorial do desastre. A água da enchente não apenas molha, ela contamina, apodrece e modifica os lugares por onde passa, como contou Joaquim sobre o resgate da casa de sua irmã. A força da correnteza e a invasão de dejetos deixaram o espaço doméstico irreconhecível. Diante da devastação olfativa e visual, o cunhado de

⁴² No original: "As one comes to know people better, there are ways of discerning the significance of things and of appreciating what really matters — which is not their presence as objects, but the consequence of their presence" (Miller, 2008, p. 213).

Joaquim foi tomado por prantos ao deparar-se com seus objetos de infância submersos no esgoto. A cena ilustra como a lama corrói a própria relação de posse, uma vez que a ruína dos itens amados impõe ao sujeito um doloroso dilema e a culpa sobre a viabilidade de mantê-los em seu convívio (van den Hoven; Orth; Zijlema, 2021, p. 96).

A contaminação extrema atinge o seu limite quando a materialidade da memória afetiva é convertida em risco biológico, exigindo que o sujeito se proteja fisicamente dos objetos que materializam a sua própria história. Lu descreve a crueza desse confronto ao abrir o seu depósito após 28 dias de submersão em Porto Alegre: *“Tu mexia nas tuas coisas com cheiro de cocô. [...] A roupa era... bota, saco plástico até aqui [...], luva, máscara, óculos...”*. A necessidade do uso de barreiras físicas e EPIs para manusear itens de afeto subverte a relação de intimidade com o objeto: o que antes era fonte de conforto e pertencimento torna-se um agente contaminante.

Durante o caótico processo de limpeza da casa de Tere, marcado pelo cheiro insuportável, seu filho jogou fora caixas contendo taças antigas, pratos *Duralex* e jogos de mantimentos que haviam pertencido à mãe dela. Itens que, aos olhos de quem limpava a lama, pareciam entulho, eram as relíquias que ligavam Tere à sua ancestralidade, assim como a sua cozinha era o espaço de comunhão por meio da comida.

Esse descarte compulsório é um sintoma direto do choque traumático. Como observou Lu ao testemunhar o esvaziamento das casas no interior do estado, a urgência sanitária atropela o tempo do luto: *“Quando tu entra, tu fica emocionalmente tão envolvido que tu bota tudo fora. Tu precisa limpar aquilo ali, aquilo ali é o barro. [...] Tu não vai ‘para aí amigo, só porque eu vou separar aqui a fotinho’. Vai tudo... tu não consegue”*. A necessidade imperativa de retirar o lodo transforma o lar em um campo de evacuação rápida, onde os objetos biográficos são sacrificados em nome da recuperação física do espaço. Nessa dinâmica, a urgência da limpeza atua como o objeto protocolar, submergindo essas memórias afetivas “a ponto de fazer com que se sinta a sua falta” (Morin, 1971, p. 191, tradução nossa)⁴³.

Reverendo as fotografias dos escombros da casa dos familiares, Lu lamenta não ter guardado pequenos fragmentos que poderiam atuar como relíquias do que foi destruído, como o puxador cor-de-rosa de um armário irrecuperável: *“Por que que eu*

⁴³ No original: “hasta el punto de hacerlo echar de menos” (Morin, 1971, p. 191).

não juntei, né? O puxador? Mas cara, na hora não dá. Na hora não atinei, né?". Esse bloqueio é agravado pela própria ação física do lodo, que dissolve a individualidade dos pertences. Como relata Fabiene ao descrever o estado dos acervos domésticos, era impossível exigir que as vítimas selecionassem o que salvar, *"porque era uma maçaroca de lama"*. A enchente funde a memória numa massa irreconhecível, tornando impossível distinguir onde termina o entulho e onde começam a biografia e a memória.

O auge desse luto ocorre quando a própria Tere se vê obrigada a jogar no lixo as suas roupas cerimoniais da igreja mórmon: *"Aqueles roupas são sagradas, para mim era sagrada, né? [...] Aí eu botei tudo fora, na hora errada. Me desculpe, meu Deus, mas eu tô botando fora"*. O que antes pertencia à esfera do divino foi reduzido, pela tragédia, à condição de lixo infectado. A materialização dessa ruptura dava-se na calçada, transformada em cemitério de biografias (Figura 15). Como resume Tere sobre o ato compulsório de esvaziar a casa: *"E depois que tu tirava o lixo na rua, era a coisa mais triste. Tu entrava chorando e saía chorando"*.

Figura 15 – Lembranças perdidas para a contaminação na calçada de Tere



Fonte: Dudu, junho de 2024.

Quando pensamos em objetos biográficos, especialmente em contextos de perda e catástrofe, observamos que o valor atribuído a eles não reside em sua funcionalidade, mas na carga simbólica que carregam e na capacidade de remeter a histórias, afetos e vínculos que *"estabelecem e mantêm relações sociais"* (Douglas; Isherwood, 2004, p. 105).

Tal carga afetiva não se restringe aos itens de uso diário, estendendo-se aos

acervos guardados. Lu, por exemplo, não teve o apartamento alagado, mas viu submerso o seu depósito (*storage*), onde mantinha os registros de sua trajetória. Embora tenha conseguido resgatar a sua primeira máquina de escrever, a água e a contaminação lhe impuseram perdas irreparáveis: livros de família, tecidos, uma edição inteira de sua autoria e sua coleção de discos de vinil que, mesmo após um mês de higienização, precisaram ser descartados devido ao odor de esgoto impregnado. A destruição parcial e dolorosa desse arquivo prova que a enchente aniquila não apenas o espaço de vivência imediata, mas os "cofres" onde o sujeito armazena o seu enraizamento no tempo.

Diante da perda da casa e da contaminação do passado, a proteção da identidade reduz-se ao que pode ser carregado junto ao corpo, como observado por Joaquim, durante o trabalho voluntário. Ele relata o pavor de uma vítima que, ao ser resgatada, quase perdeu uma mochila que carregava: *"Ele entrou num desespero. Assim, saiu na hora do controle e eu notei como a pessoa se apega a uma coisa que para nós não teria valor nenhum, uma mochila. Só que naquele momento aquilo ali para ele era tudo"*. Nesse cenário de fuga, a bagagem de mão deixa de ser um acessório utilitário para se tornar a última fronteira entre o sujeito e o apagamento de sua história.

Contudo, quando a água ameaça dissolver até mesmo esses últimos dispositivos tangíveis, a memória busca refúgios "indestrutíveis". Diante da dura percepção de que o lodo apodrece a matéria, Rosa encontrou no próprio corpo a garantia de continuidade, tatuando a representação dos animais de estimação que a ajudaram a sobreviver à noite do resgate (Figura 16). A pele substitui a matéria perecível, convertendo-se em um objeto biográfico "definitivo": *"Somos muito vulneráveis. [...] porque os objetos se vão, a gente percebe claramente isso e não conseguimos segurar"*.

Figura 16 – Tatuagem de Rosa em homenagem aos seus gatos



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Para compreendermos a força dessa conversão do corpo em arquivo, é pertinente observar a tatuagem através da lente da memória afetiva, por meio da pesquisa de João Batista Freitas Cardoso (2018), que examina a tatuagem sob o prisma do objeto biográfico. Ainda que sua análise seja voltada às *Comics Tattoos*⁴⁴, a mecânica do afeto e da retenção é estruturalmente a mesma: a tinta sob a pele atua como um marco existencial. Para o autor, a marca corporal unifica passado e presente, preservando memórias formadoras da identidade e protegendo-as da ação do tempo. A tatuagem consolida-se, assim, como um "objeto biográfico, ponte entre o vivido e o perene que instiga a lembrança de tempos passados. Álbum vivo, ambulante, que respira e rememora" (Cardoso, 2018, p. 160).

A força dessa busca por preservação no próprio corpo evidencia quão frágeis são os demais alicerces materiais. O mergulho nessas narrativas da tragédia fez com que o trabalho de escuta transbordasse, atuando como um espelho. Joaquim, que passou dias na linha de frente dos resgates, testemunhando a perda alheia, foi confrontado com a fragilidade de sua própria memória ao reconhecer seu maior objeto biográfico: *"Tem um que eu ando comigo, que é um bilhete que meu padrasto deu no meu aniversário seis meses antes de morrer. É o que eu guardo comigo na carteira"*. A constatação de que um simples extravio cotidiano resultaria no apagamento irreversível desse elo afetivo ecoa a angústia diante da impermanência da matéria.

⁴⁴ *"Comics Tattoos, tatuagens de personagens de histórias em quadrinhos e desenhos animados, em que a memória remete geralmente à infância"* (Cardoso, 2018, p. 153).

Afinal, na relação com os objetos, o sujeito "encontra pelo menos neles uma prova concreta de sua existência" (Morin, 1971, p. 197, tradução nossa)⁴⁵.

Diante dessa fragilidade, compreender como o trauma dita o ritmo da preservação material exige adentrar uma nova camada de análise: a assimetria do valor simbólico. Afinal, os objetos biográficos possuem o mesmo peso para outras pessoas? O cruzamento dessas narrativas revela que o valor de um vestígio não é uma propriedade fixa da matéria, mas uma variável instável que oscila dependendo de quem o manuseia e do seu estado psicológico no momento da tragédia.

Na narrativa de Dalva, o luto material revela-se contínuo, percebido a cada nova busca por um item no cotidiano, e atinge diretamente o acervo afetivo dos filhos, que utilizavam a residência materna como guarda de suas próprias histórias.

Sabe aquele filho que sai da casa da mãe, vai morar num apartamento, mas a casa da mãe é maior? Deixa tudo aqui, né? [...] Minha filha tinha uma coleção de vestidos do CTG [Centro de Tradições Gaúchas] que não tinha coragem de se desfazer. 'Ai, mãe, toda minha adolescência representada aqui, os prêmios que eu ganhei'. Não salvei nada também, entendeu? Não era só as minhas lembranças, tinham a lembrança deles também aqui.

Diante da complexidade dessa teia de afetos, a dissonância com o olhar externo se torna violenta, mesmo na tentativa alheia de consolo. O que para o observador externo é reduzido a um mero bem de consumo, alienável e passível de substituição financeira, para Dalva representava a sua própria âncora existencial: *"Mas é muito difícil quando tu ouve alguém dizer assim pra ti: 'Ah, era apenas bens materiais'. É muito além do bem material"*. Ao minimizar a perda e focar apenas na utilidade, a sociedade invalida o objeto biográfico.

A singularidade desse afeto é atestada por Rosa e Lu. Quando questionadas se os itens resgatados teriam o mesmo significado para terceiros ou até mesmo para familiares, Rosa é categórica na defesa de sua individualidade afetiva: *"Acredito que é meu. Só nós sabemos as histórias"*. Lu corrobora essa ideia ao justificar: *"A loucura é minha [...] São coisas minhas"*.

Contudo, a dinâmica de quem reconhece esse peso altera-se diante do lodo. Como já observado no trágico descarte das louças maternas de Tere, os familiares e voluntários que estão na linha de frente da limpeza sanitária frequentemente ficam

⁴⁵ No original: "encuentra por lo menos en ellos una prueba concreta de su existencia" (Morin, 1971, p. 197).

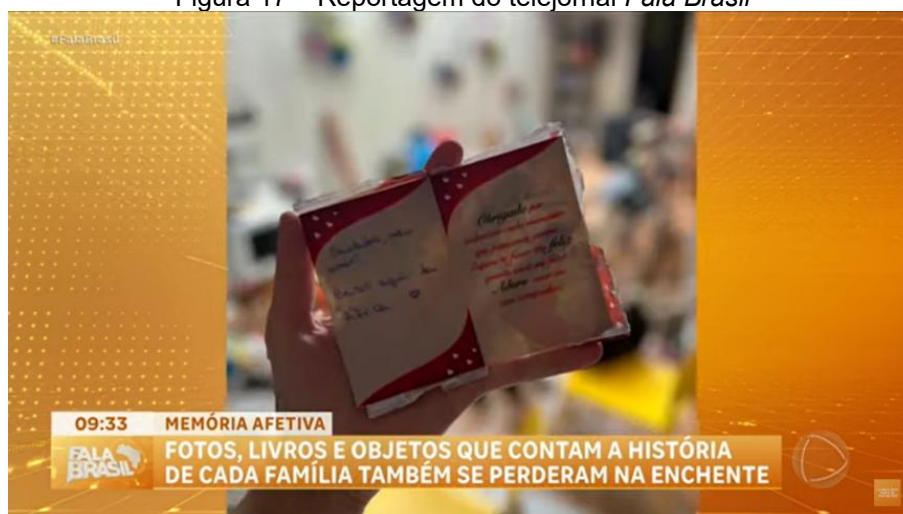
cegos para o afeto. Pressionados pela exaustão e pela urgência de habitabilidade, não há espaço mental para a memória, a biografia vira peso físico, vira estorvo, vira lixo.

Esse paradoxo atinge o seu ápice ao analisarmos o resgate de Rosa, revelando um movimento oposto à experiência de Tere. Cega pelo pânico da sobrevivência vital, a própria vítima tenta descartar a sua biografia. Foi o voluntário do caiaque quem reconheceu a grandeza daqueles fragmentos (a foto do filho, o presente de Dia das Mães) e os salvaguardou. Esse gesto evidencia que o apego dedicado a certas posses reflete a capacidade intrínseca dos objetos de satisfazer o desejo humano de preservar, personificar e recuperar memórias pessoais (van den Hoven; Orth; Zijlema, 2021, p. 94). Assim, o objeto biográfico, mesmo que pertencente a um estranho, prova o seu peso universal ao acionar, em quem o protege, a urgência humana e inegociável do pertencimento.

O luto pelas coisas perdidas na enchente, portanto, não ressoa apenas nas paredes marcadas de quem sobreviveu, mas reconfigura a forma como todos nós, enquanto sociedade, passamos a guardar o que ainda nos resta. O esforço para retirar os pertences da lama vai além de uma mera recuperação de bens utilitários, revelando um movimento cujos desafios, dores e significados exploraremos a seguir.

3.3 O processo de salvamento: relatos e significados atribuídos

É nesse cenário, marcado pela ausência e pela urgência da reconstrução, que o reaparecimento ou salvamento de certos objetos ativou não apenas memórias privadas, mas processos de significação. Fotografias danificadas, documentos molhados, brinquedos enterrados na sujeira, santos de devoção e cartas antigas, fragmentos antes estritamente circunscritos à intimidade, passaram a circular em reportagens e redes sociais, transformando-se no retrato do sofrimento compartilhado (Figura 17). Assim, os objetos biográficos extrapolam o espaço doméstico e tornam-se patrimônios afetivos, reconhecidos não apenas por quem os perdeu, mas por uma coletividade que se vê profundamente envolvida por suas histórias.

Figura 17 – Reportagem do telejornal *Fala Brasil*

Fonte: Rede Record de Televisão, 17 de maio de 2024.

Esse processo de valorização simbólica ocorre por meio de práticas comunicacionais que dão visibilidade e sentido aos vestígios da catástrofe. Ao serem compartilhados, fotografados ou reinterpretados, esses fragmentos materiais passam a ocupar um lugar de destaque na memória social. Como propõe Marialva Barbosa (2023, p. 6), “serão, portanto, a persistência dos rastros e o desejo de percebê-los como inscrições do passado que nos levarão a vidas por meio dos indícios, que passam a ser testemunhais dos tempos de outrora”.

Ao serem resgatados da lama, esses fragmentos adquirem novas camadas de significado e tornam-se centrais na luta contra o apagamento. Para compreendermos essa transição, é preciso olhar para a trajetória da própria matéria, como orienta Arjun Appadurai (2008, p. 17):

Mesmo que nossa abordagem das coisas esteja necessariamente condicionada pela idéia de que coisas não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas, o problema, do ponto de vista antropológico, é que esta verdade formal não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. Para isto temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias.

A urgência imposta pelas águas, contudo, dita o início dessa trajetória. Quando o tempo de fuga se esgota, a biografia do sujeito é tragicamente reduzida àquilo que os braços conseguiram sustentar. Como já observado por Joaquim, Mel testemunhou, durante a sua atuação na triagem do abrigo do Grêmio Estudantil, a redução drástica das posses físicas, quando a maioria de quem desembarcava dos resgates chegava

apenas com a roupa do corpo, celulares (quando conseguiam mantê-los secos) e, ocasionalmente, um pequeno boneco agarrado pelas crianças para tentar aplacar o pânico.

Dentro do desespero da fuga, constatamos uma hierarquia do salvamento. Após documentos e crianças, os animais de estimação também assumem o lugar de membros centrais do núcleo familiar. Na fuga apressada de Tere, por exemplo, o salvamento mais emblemático não foi o de um móvel, mas o da gata de estimação que pertencera à sua falecida irmã. Seu filho assumiu a responsabilidade de colocar o animal em uma maletinha e retirá-lo da área de risco. Salvar a gata era a recusa em abandonar o último elo vivo que circulava pela casa, mantendo presente a lembrança da "Tia Vânia".

A beleza da relação humano-animal, contudo, ganha contornos de reciprocidade material na história de Rosa. Antes da tragédia, Pantera, uma de suas gatas, havia lhe trazido nos dentes um pequeno coração de tecido de origem desconhecida (Figura 18), transformando-o em um inusitado símbolo de afeto.

Figura 18 – Coração de pano que resistiu a tragédia



Fonte: Rosa, 1 de maio de 2025.

Em meio à devastação, um dos poucos itens afetivos que conseguiu salvarguardar foi justamente esse coração de pano. A sobrevivência desse objeto

biográfico sela um ciclo de cuidado mútuo, provando que a trama da memória de um lar também é costurada por vínculos não humanos, afinal,

o que sou desde sempre, está motivado pelo entrelaçamento de minha vida com as outras vidas, de meu corpo com as coisas visíveis, pela confrontação de meu campo perceptivo com o de outros, pela mistura de minha duração com as outras durações (Merleau-Ponty, 2003, p. 56).

Voltando à hierarquia de sobrevivência, observamos que os instrumentos de trabalho se tornam uma das prioridades na escolha do que levar na fuga. Na pressa de abandonar sua casa ilhada, Rosa levou consigo, além dos seus gatinhos, uma mochila contendo um *notebook* e itens básicos de higiene. Instigada por uma colega a refletir sobre o que salvaria em um cenário semelhante de evacuação imediata, Fabiene chegou à mesma conclusão: *“Acho que a primeira coisa que eu ia pegar era o computador, porque se eu perder tudo de trabalho que eu tenho aqui dentro ia ser horrível!”*.

Essa constatação evidencia que, após garantir a integridade física, a ferramenta de trabalho e comunicação é percebida como uma âncora material latente na vida adulta, capaz de sustentar a sanidade e a reestruturação da rotina no dia seguinte. Essa centralidade do instrumento de trabalho em momentos de crise ecoa a reflexão de Peter Stallybrass (2008) sobre a cultura material e a sobrevivência no século XIX. Ao analisar as idas da família Marx às casas de penhores, o autor demonstra como o vestuário era muito mais do que tecido:

Sem roupas apropriadas, Jenny Marx não podia sair para a rua; sem roupas apropriadas, Marx não podia trabalhar no Museu Britânico; sem roupas apropriadas, o operário desempregado não estava com aparência apropriada para procurar um novo emprego. Ter o seu próprio casaco, carregá-lo nas costas, significava apegar-se a si próprio, apegar-se, até mesmo, ao próprio passado e ao próprio futuro. Mas significava também apegar-se a um sistema de memória que, num momento de crise, podia ser transformado de volta em dinheiro (Stallybrass, 2008, p. 79).

Assim como o casaco era a condição material para que Marx acessasse o espaço público e continuasse a produzir, o *notebook*, na urgência do desastre contemporâneo, é resgatado não pelo seu valor de mercado primário, mas por representar a garantia do próprio futuro, o apego à identidade profissional e a salvaguarda de um sistema de memória que viabilizará o recomeço.

É somente quando as águas recuam que a atenção se volta novamente para

as ruínas do lar. Aquilo que a lama poupou, contudo, teve sua trajetória funcional alterada. O fogão de Tere, limpo a muito custo, perdeu o forno e manteve apenas uma chama fraca. A recusa em ceder à destruição também marcou o recomeço de Dalva, que dividiu seus esforços entre a exaustiva limpeza das paredes, por 60 dias, e a restauração da lareira sobrevivente (Figura 19). O único local que antes abrigava o fogo resistiu à água e ganhou um novo significado: *"A sobrevivente aqui de baixo.... O resto foi tudo. Agora comprei uma tintinha para dar um upgrade nela"*.

Figura 19 – Lareira recuperada de Dalva



Fonte: Fabiano Cardozo, 29 de abril de 2025.

Esses eletrodomésticos e estruturas, agora ressignificados, permanecem não apenas por eficiência, mas como marcos de uma materialidade que sobreviveu à ruína. Trata-se de um esforço prático em que "a ênfase em 'cuidar' de um objeto estimado, em termos de investimento de tempo, esforço e cuidado [...] pode ser vista como parte de uma noção geral de 'salvar' o objeto [...] da decadência e da 'extinção'" (Hecht, 2001, p. 136, grifo do autor, tradução nossa)⁴⁶.

Neste ponto de inflexão, evidencia-se uma dinâmica do trauma: no instante do desespero e da fuga, o foco do sujeito restringe-se instintivamente à sobrevivência vital, inclusive de bens de consumo, mas, ao pisar no cenário devastado, a relação com a matéria é submetida a uma nova análise. Observar o que acontece com os

⁴⁶ No original: "The emphasis upon 'caring' for a cherished object, in terms of the investment of time, effort and care [...] can be seen as part of an overall notion of 'saving' the object [...] from decay and 'extinction'" (Hecht, 2001, p. 136, grifo do autor).

objetos após a enchente mostra como a tragédia muda completamente o que consideramos útil ou valioso. O relato de Tere demonstra uma seletividade inicial quando, ao retornar, ela priorizou o resgate de suas painéis de inox consideradas "boas". No entanto, essa triagem utilitária logo cedeu espaço ao imperativo do afeto. Colocados na balança da tragédia, os sobreviventes se dão conta de que móveis e eletrodomésticos podem ser reconquistados, mas os objetos biográficos que carregam insubstituibilidade da ancestralidade, passando a ser verdadeiramente priorizados. Isso ocorre porque a real contradição em momentos de ruptura "reside entre diferentes tipos de coisas: entre a massa de coisas e as singularizadas, o mundo alienável das coisas e as inalienáveis" (Marcoux, 2001, p. 82, tradução nossa)⁴⁷.

A partir dessa contradição, cabe a reflexão: como pensar o papel dos objetos na recuperação das vítimas? A resposta encontra-se na função restauradora que esses itens exercem no pós-trauma. Ao retirar da lama algo singularizado, o sujeito não está apenas salvando a matéria, ele está costurando a própria identidade esgarçada. O objeto recuperado devolve o senso de continuidade histórica, operando como uma ponte segura entre a ruína e o recomeço. Essa busca por reestruturação por meio da matéria inalienável manifestou-se de forma sensível nos gestos de cuidado de nossas narradoras.

Em uma conversa informal durante o trabalho de campo, enquanto exibia os itens recuperados, Tere revelou ter salvo e higienizado de forma incansável antigos panos de prato que pertenceram à sua mãe (Figura 20).

⁴⁷ No original: "lies between different kinds of things: between the mass of things and the singularized ones, the alienable world of things and the inalienable ones" (Marcoux, 2001, p. 82).

Figura 20 – O cuidado de Tere ao recuperar os panos de prato maternos



Fonte: Fabiano Cardozo, 27 de abril de 2025.

As peças de tecido, arrancadas da sujeira, resistiram à força da contaminação para manter viva a memória de sua linhagem. Movimento semelhante de triagem ocorreu com Rosa, que, 36 dias após a inundação, conseguiu resgatar do alto de um armário apenas algumas taças de cristal e copinhos de café, últimos resquícios de sua identidade profissional da época em que fora proprietária de um bistrô.

A atitude de resgatar aquilo que, aos olhos da catástrofe, seria apenas entulho, ressoa com a reflexão sensível de Ecléa Bosi sobre os despojos que frequentemente escapam à ordenação higienista do espaço:

E existem, além desses, aqueles objetos perdidos e desaparecidos que a ordenação racional do espaço tanto despreza. Cacos misteriosos são pedaços de alguma coisa que pertenceu a alguém. Benjamin, no ensaio famoso sobre Baudelaire, segue os passos do flaneur observando vitrinas e galerias; mas haverá alguém para recolher os despojos da cidade para os quais ninguém volta os olhos e o vento dispersa (Bosi, 2003, p. 29).

Em Sinimbu, ao visitar as casas da avó e da tia, a mesma busca por ancoragem fez Lu resgatar uma pequena girafa de enfeite e antigos paninhos de crochê. Ela relata ter salvo também os antigos bichos de pelúcia de suas filhas do depósito alagado. Após enviá-los a uma lavanderia profissional, de onde retornaram limpos e "*cheirosíssimos*", ela tomou uma decisão de doá-los para outras crianças vítimas da enchente. Os brinquedos, antes um repositório estático da infância privada de sua família, mudaram de status, convertendo-se em um instrumento público de conforto

para amenizar o trauma alheio. Assim como a pulseira que devolveu brilho aos olhos da menina no abrigo, ao circularem entre os sobreviventes, esses itens deixam de ser apenas objetos e tornam-se gatilhos de uma experiência compartilhada, provando que lembramos e nos reconstruímos a partir do ponto de vista do grupo:

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (Halbwachs, 1990, p. 36).

É porque nos reconhecemos por meio desses fios invisíveis da lembrança que, durante o trabalho de campo, em um acolhedor jantar oferecido por Joaquim na casa de sua mãe, a narrativa da perda abriu espaço para a materialidade do resgate. Em meio à escuta, assumindo o papel de guardião da história de sua irmã, ele nos trouxe, junto com a sobremesa, algumas fotografias que havia conseguido retirar dos escombros (Figura 21).

Figura 21 – Fotografias resgatadas dos escombros como fragmentos de uma memória que se recusa a ser soterrada



Fonte: Fabiano Cardozo, 30 de abril de 2025.

As imagens resgatadas por Joaquim, ainda impregnadas pelo odor acre e marcadas pela lama da enchente, já não eram apenas pedaços de papel fotográfico, mas pequenos milagres materiais que se recusaram a ser soterrados.

Ao longo desta análise, percebemos que, embora a perda dos objetos doa na rotina e a destruição da casa fira o corpo, a visão de uma fotografia submersa toca em uma ferida metafísica. No universo das narrativas acompanhadas por esta pesquisa, o registro fotográfico destacou-se como um dos suportes que mais despertou mobilização, cuidado e um luto profundo. A fotografia revelou-se a última fronteira da identidade, quando tudo o mais se tornava entulho, ela permanecia como a ruína que garantia ao sujeito que o seu passado não havia se desfeito. Pela sua singularidade, pela sua potência de presença e pela dor de sua fragilidade, a fotografia deixa de ser apenas um dos muitos objetos perdidos para se tornar um dos pontos centrais da nossa investigação. É a ela, e ao seu papel como dispositivo inegociável da memória, que dedicaremos as próximas reflexões.

4 FOTOGRAFIA COMO GUARDIÃ DA MEMÓRIA

Se a enchente é a força que dissolve as referências, espalha o caos e impõe o apagamento, a fotografia em papel revela-se como seu oposto: é a pausa na correnteza, a cristalização do momento vivido e a prova documental dos afetos⁴⁸. O ato de fotografar "tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época" (Kossoy, 2012, p. 38).

No capítulo anterior, observamos que o luto material das vítimas se estendeu sobre móveis, roupas e utensílios que organizavam a vida cotidiana. Contudo, cabe questionar: por que, dentre tantos objetos biográficos arrastados pelas águas, o registro fotográfico exige um capítulo à parte nesta pesquisa?

A resposta reside na essência desse dispositivo. Enquanto uma lareira, um móvel ou um brinquedo acumulam memórias como efeito secundário de sua utilidade prática, a fotografia nasce da memória e exclusivamente para ela. Ela não possui outra função no mundo senão salvaguardar o tempo e atestar "que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem" (Sontag, 2004, p. 16).

Quando a paisagem da casa se desfigura no lodo, o pedaço de papel impresso torna-se, muitas vezes, a única prova visual de que as pessoas amadas e a vida daquelas famílias não foram uma ilusão. Nas mãos que, no meio dos entulhos, buscavam algo conhecido, confirmava-se que a fotografia não é apenas um registro de gaveta, ela é, em tempos de desorganização, o solo onde a alma tenta replantar as suas raízes. Não por acaso,

o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás (Benjamin, 1987, p. 94).

⁴⁸ Não faz parte do escopo da pesquisa debater teoricamente a migração da fotografia impressa para os meios digitais e as ferramentas que permitem alterá-las com perfeição, embora façamos esporadicamente referências à coexistência de suportes em papel e em telas de cristal.

Essa busca pela "centelha" do passado pode ser observada na matéria *Vítimas das cheias no RS perdem recordações valiosas* (2024)⁴⁹. Nela, a repórter Marcela Varasquim provoca o telespectador a refletir sobre qual seria o objeto importante em sua vida que gostaria de recuperar e a resposta mais recorrente entre os seus entrevistados foram as fotografias. Para muitos, "perder imagens da família seria como se desconectar da própria história" (Varasquim, 2024). Esse medo do apagamento justifica-se pelo esmero com que esses acervos foram criados. O arquivo de Tere não era fruto do acaso ou da facilidade tecnológica de um simples clique cotidiano, mas de um esforço de preservação e domínio técnico. “[Eu] *tinha máquina em casa naquela época. Quem tinha máquina? Eu tinha até o curso*”. Essa pergunta retórica e o tempo dedicado ao estudo atestam que, para Tere, o ato de fotografar era uma missão estruturada, ilustrando o fenômeno descrito por Sontag sobre o papel da fotografia na construção da memória afetiva:

A subsequente industrialização da tecnologia da câmera apenas cumpriu uma promessa inerente à fotografia, desde o seu início: democratizar todas as experiências ao traduzi-las em imagens. [...] Por meio de fotos, cada família constrói uma crônica visual de si mesma — um conjunto portátil de imagens que dá testemunho da sua coesão. Pouco importam as atividades fotografadas, contanto que as fotos sejam tiradas e estimadas (Sontag, 2004, p. 18-19).

Essa prática adquire uma dimensão monumental quando a narradora relata a ampliação das imagens: “*eu mandei fazer pôster*”. A atitude ilustra a premissa de que “a memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” (Nora, 2008, p. 21, tradução nossa)⁵⁰. Ao dar grandes proporções aos registros de seus entes queridos, Tere realiza um gesto mnemônico evidenciando que a memória “é lugar de trabalho e ação, é ato e movimento” (Ribeiro *et al.*, 2025, p. 86).

Nesse processo, a fotografia ultrapassa a gaveta e passa a habitar as paredes, convertendo-se em um monumento íntimo que atende à necessidade de fixar “uma certa versão” do passado (Ribeiro *et al.*, 2025, p. 19). Ao forjar essa materialidade no espaço doméstico, o pôster confere escala e visibilidade à narrativa familiar, garantindo sua reverência diária e atuando como um “marcador de identidade e pertencimento” (Ribeiro *et al.*, 2025, p. 16) contra o apagamento.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-unoXX62pDs>. Acesso em: 12 jul. 2025.

⁵⁰ No original: “La memoria se enraíza en lo concreto, el espacio, el gesto, la imagen y el objeto” (Nora, 2008, p. 21).

Se a prática de Tere evidencia a construção intencional da memória, a experiência de Bárbara, moradora da Vila Farrapos (Porto Alegre), ilustra a força da fotografia em resistir ao apagamento. Conforme relato de Fabiene, Bárbara foi uma das pessoas atendidas pelo projeto Resgate de Memórias, após ter sua casa inundada por lama e esgoto, o que impediu o retorno ao espaço doméstico por meses. Durante a limpeza da residência, os álbuns da família foram encontrados submersos. Ao assumir o resgate desse acervo, a equipe da universidade dedicou-se à cuidadosa higienização e organização do material. Ao ser informada sobre esse trabalho de salvaguarda e saber que parte de seus registros havia sobrevivido à tragédia, a reação de Bárbara, registrada em áudio, traduz o peso existencial da imagem impressa: *“Ai, guriazinha! Não faz isso comigo, viu? [...] Coisa mais linda! Que Deus abençoe esse trabalho aí... Ah, minha amada, mas o meu coração agora tá assim, ó... Cheio de amor, sabe? Muito amor”*. Esse transbordamento afetivo materializa a dupla natureza da fotografia que é “um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (Kossoy, 2012, p. 30).

Tomando essa capacidade de retenção e afeto como ponto de partida, mergulhamos no universo das imagens que sobreviveram ou foram tragadas pelas águas. Ao longo dos depoimentos, a fotografia assume o protagonismo dessa dualidade: enquanto algumas narradoras relatam o alívio de preservar parte de sua linhagem por meio de registros salvos, outras enfrentam a ferida de ver seus acervos se desmancharem na água contaminada, lidando com a morte da imagem e a impossibilidade de recuperação do passado. Entretanto, é preciso reconhecer que essas imagens raramente existiam de forma isolada, habitando um espaço de curadoria familiar que ditava a própria narrativa de suas vidas. É adentrando essa estrutura material e afetiva que seguimos.

4.1 Álbum de fotografias: função documental e afetiva

A compreensão da fotografia como um esteio da memória familiar não é recente, remontando à própria popularização do meio. Como lembra Walter Benjamin, foi por volta de 1840 que começaram a surgir os primeiros álbuns de família:

Eles podiam ser encontrados nos lugares mais glaciais da casa, em *consoles* ou *guéridons*, na sala de visitas – grandes volumes encadernados em couro, com horríveis fechos de metal, e as páginas com margens douradas, com a espessura de um dedo, nas quais apareciam figuras grotescamente vestidas ou cobertas de rendas (Benjamin, 1987, p. 97, grifo do autor).

Diferentemente da efemeridade das imagens digitais que circulam hoje, o álbum de família nasce de um esforço deliberado de construção de um enredo. Enquanto a fotografia contemporânea habita majoritariamente o fluxo digital, o álbum é uma edição da vida que exige curadoria. Como observa Fabiene, a fotografia física pressupõe uma escolha que o digital frequentemente ignora: *"A gente escolhe. A gente cria uma história, tem uma narrativa [...] no digital, às vezes é só um amontoado de coisas"*. No relato de Tere, essa função documental atinge o status de um arquivo oficial de cuidado, onde a foto compõe uma "pasta" biográfica junto com outros itens que envolvem, principalmente, o nascimento dos filhos, como exames de gravidez e o teste do pezinho. Essa composição híbrida nos mostra que "o álbum não é apenas foto, uma vez que é acompanhado de resíduos de natureza variada, prefigurando modos de expressão do desejo" (Silva, 2008, p. 70). No arquivo de Tere, esses resíduos funcionam como um relicário da presença de seus filhos.

Ao delimitar essa narrativa em um espaço contido, o objeto fotográfico obriga uma pausa na aceleração do tempo presente. Para os narradores desta pesquisa, a fotografia física oferece uma segurança e um ritual sensorial que a tela não alcança. Tere valida esse prazer tátil: *"É muito mais gostoso tu pegar aquela foto e ficar olhando. [...] E cada foto tem uma história diferente"*. Mel comenta como essa restrição quantitativa da matéria confere à imagem o seu caráter agregador: *"O álbum, ele tem isso... é uma coisa física que tem uma certa quantidade. Então tu pega uma hora, junta os familiares e vai olhando"*. O álbum físico, portanto, exige uma partilha presencial e restrita, sendo o tempo do encontro, o sentar no sofá e o mergulho conjunto numa memória íntima.

Se o álbum é rito, é memória. Mas essa memória há de ser entendida relacionada ao esquecimento, pois os acontecimentos que a família guarda em fotos não são todos de sua vida, mas alguns que passaram pelo processo seletivo posto no tempo. Portanto, memória e esquecimento agem de maneira dialética; o esquecimento não alcança a memória, mas permanece, de alguma forma, em nosso corpo. Nietzsche nos falou da memória de marcas e palavras, enquanto Freud se referiu à memória *mnemônica* e à consciência presente, conceitos generosos para dizer que o álbum é marca, memória, mas também palavras, consciência e inconsciência, impressão (Silva, 2008, p. 38, grifo do autor).

Dalva corrobora e aprofunda essa perspectiva teórica ao resgatar o também ritual, corporal e temporal, da fotografia analógica: *"nada como a foto de antigamente que tu tirava e revelava... ficava ansiosa. Hoje é digital, tu retoca, tu faz isso, tu faz aquilo, não é original. Ainda bem que eu salvei os meus álbuns, né?"*. A palavra "ansiosa", no seu relato, remete à espera pela revelação e para o mistério de não saber como a imagem ficou, lembrando que na fotografia analógica havia "um período em que a imagem latente construía um desejo no imaginário dos fotografados" (Goveia, 2009, p. 46). Para a narradora, essa materialidade confere à fotografia analógica o peso de prova irrefutável, contrapondo-se à natureza manipulável do meio digital. Além da autenticidade, ela destaca a privacidade e a intimidade inerentes ao suporte físico, em que "a memória privada estará devidamente protegida nos álbuns de família" (Goveia, 2009, p. 44). Em contraste, o digital serve para a exposição e é disperso, um modelo no qual "o espaço privado é suprimido em função da visibilidade da imagem digital" (Goveia, 2009, p. 46), o que valoriza ainda mais a percepção final da narradora de que a foto impressa *"é um registro de um momento, e é só meu"*.

Essa preferência pelo suporte físico enfrenta um tensionamento contemporâneo entre a materialidade e a desmaterialização, uma transição que altera nossa relação com as imagens:

À medida que a fotografia se afasta do fotoquímico e é substituída pelo homólogo digital, a visão tradicional baseada no objeto altera-se, não só porque a fotografia habita cada vez mais em ecrãs, mas também por conta da sua dependência de dispositivos que a descodifiquem. Com a fotografia digital podemos afirmar que a ideia da fotografia enquanto objeto per se desaparece, torna-se desmaterializada (Vicente, 2019, p. 20).

Em resposta a essa desmaterialização, surge uma cobrança geracional pelo registro tátil. Joaquim exemplifica isso ao relatar a frustração de sua mãe com a falta de fotos impressas da nova geração: *"A mãe até comentou de que, por exemplo, eu nunca dei foto para ela impressa. Tu vai ver lá na casa da mãe, cheia de foto. E eu nunca imprimir foto pra dar pra ela"*. Enquanto as casas de gerações passadas são "cheias de foto", como observamos anteriormente na descrição das paredes da casa de Tere (tia do Joaquim), atestando a presença e a história da família, as gerações mais novas deixaram de forjar esses vestígios em papel. Ao cobrar fotos impressas, ela reivindica o direito de segurar nas mãos os fragmentos da vida do filho, permitindo

que as memórias dele deixem de ser virtuais para habitarem, com peso e textura, o espaço físico da família. Isso porque

as fotografias digitais não perderam a conexão com a memória, mas há uma diferença significativa na nossa relação com a imagem impressa - a textura e grão, o peso nas nossas mãos, a sua fragilidade. Estabelecemos uma conexão tátil com o objeto, enquanto entidades corporificadas. Tornam-se, portanto, objetos tridimensionais e não apenas uma miragem (Vicente, 2019, p. 20).

Além dessa cobrança pelo registro tátil, Dalva observa que a própria lógica de produção das imagens se alterou entre as gerações. Enquanto o digital favorece a postagem contínua e, por vezes, indiscriminada, a geração anterior ainda opera sob a lógica da seletividade e do marco temporal: *"Pessoas da minha idade não postam todos os dias, postam um evento, né? É com vocês que postam o tempo todo"*.

Sob a lógica da hiperconexão, as fotografias, postadas em telas de cristal líquido, circulam *ad infinitum* e são reproduzidas a um simples comando de nossos celulares. Segundo Diego Ivo, estrategista de marketing digital, mais de 95 milhões de fotos são postadas diariamente no *Instagram*⁵¹. Já os álbuns em papel não ocupam mais tanto espaço físico como no século XIX, mas nem por isso deixaram de representar um passado "que jamais tocamos", mas que nos provoca (Barros, 2017, p. 152).

Retomando a discussão sobre a dinâmica de triagem e seleção, uma característica ficou evidente nas narrativas colhidas nesta pesquisa: a curadoria material é um ofício eminentemente feminino. Se no segundo capítulo observamos que a mulher assume o papel de guardiã e fiadora da narrativa doméstica pela via oral, a confecção do álbum materializa essa mesma vocação no plano sensorial. Para além da oralidade, a preservação imagética consolida-se como uma responsabilidade transferida ao gênero:

⁵¹ Disponível em: <https://www.conversion.com.br/blog/estatisticas-do-instagram>. Acesso em: 3 out. 2025.

A mulher é, pois, a responsável por preencher a memória visual. É um de seus ofícios do lar ou afetivos, uma vez que não encontramos, sequer em lares em que a mãe trabalha ou pertence a algum setor intelectual ou social, exceções que permitam pensar que essa forte tradição é rompida. Talvez seja lógico se levarmos em conta que se delega à mulher o cuidado da vida privada do lar, e que se encarrega, ainda, em concordância com o que faz com o álbum, dos assuntos estéticos e privados, como os enfeites, os cheiros, a comida e tudo o que tem a ver com a imagem “da porta para dentro da casa” (Silva, 2008, p. 132, grifo do autor).

A transmissão dessa herança tátil segue, portanto, uma linhagem matriarcal. O próprio Joaquim testemunha o peso dessa tradição ao descrever a dor de sua irmã diante dos escombros: *“E quando ela viu as fotos dela, um álbum de fotos dela... ela disse: ‘ai minhas as fotos’, e era o que ela tinha assim... que a mãe tinha dado para ela”*. O álbum herdado da mãe possuía uma dupla função afetiva: além de guardar as imagens do passado, seu próprio suporte físico atestava o zelo materno. Ao ser encoberto pelo lodo, rompe-se a materialidade da herança geracional, configurando a perda desse tesouro.

Assumindo-se saudosista, Lu questiona o excesso de imagens efêmeras e invisíveis nos celulares. Para ela, a tela é volátil, e a fotografia só se torna plenamente uma “recordação” quando ganha corpo. Ao justificar a sua prática de imprimir arquivos digitais, a empresária afirma ser uma garantia contra a perda tecnológica: *“Da mesma maneira como a gente perdeu a foto física, a gente perde digital também. Quantas vezes já perdi pen drive? [...] Então eu gosto de imprimir algumas fotos digitais para ter recordações”*.

Esse receio da efemeridade é compartilhado por Fabiene, que mantém o hábito de montar álbuns para a filha como um exercício de curadoria, impedindo que a narrativa familiar se dilua no armazenamento de um dispositivo, pois

a ligação que sentimos com os nossos “arquivos” pessoais é também uma relação de medos, de receios e de perdas sucessivas (de memória, de imagens, de reconhecimento do representado). A compulsão do arquivo inicia-se nesta tentativa de minorar essa perda, seja em arquivos de grande escala seja nos arquivos mais prosaicos e desordenados (Vicente, 2019, p. 33).

No entanto, segundo Miguel Ferreira (2006), a imaterialidade do digital não deve ser lida apenas como a fragilidade, mas como potência de continuidade. Se o álbum físico é refém de sua própria matéria e unicidade, o objeto digital possui a

virtude da ubiquidade e da reprodutibilidade infinita sem perda de qualidade. Para o autor, enquanto a preservação analógica busca conservar o suporte físico, o ambiente digital exige um foco na "essência" do objeto para garantir que a comunicação se estenda através do tempo. Diante dessa eficiência a própria Dalva admite que a praticidade algorítmica acabou se tornando um respiro diante de uma rotina que já não permite pausas:

Eu gosto da fotografia digital quando ela me vem como lembrança. Ah, nesse dia aconteceu isso aí. Eu acho legal porque tu não para mais, tu tá sempre correndo. São poucas as vezes que tu para e pega um álbum de fotografia para folhear.

O desabafo da narradora sintetiza a tensão dessa transição: a eficiência digital preenche a lacuna do tempo que nos falta, mas não substitui o rito da partilha. Embora a nuvem prometa a imortalidade técnica da imagem, a experiência dos narradores demonstra que o afeto familiar demanda o encontro, a pausa e a interação com o objeto. No entanto, a força dessa memória material não reside apenas na perfeição da imagem preservada, mas na própria trajetória de sua fragilidade. Quando os narradores resgatam e partilham essas fotos físicas, mesmo as mais danificadas, o papel atua não apenas como superfície visual, mas como a estrutura indispensável para a reconstrução contínua de suas narrativas de vida.

4.2 Preservação simbólica: imagens e reconstrução de narrativas

Se a materialidade da fotografia, como vimos, resguarda a memória privada e instiga o rito do encontro, o esforço de salvá-la da lama deflagra um processo de preservação simbólica. Esse simbolismo, contudo, começa a ser forjado na própria intenção de documentar o afeto. Um exemplo é a consciência de que o amparo materno, nos primeiros dias do recém-nascido, é um momento sagrado e passageiro, impulsionando Tere a documentar freneticamente a ocasião: *"Aí até uns 45 dias, minha mãe não saía daqui [...] Veio aqui a minha irmã, tirei, tirei, tirei foto. Tinha máquina em casa naquela época [...] Tirei foto do gurizinho com a minha mãe. Tirei foto com a minha mãe, com a minha irmã, tirei tudo, tudo, enchi de foto"*. O uso constante da repetição em seu relato ilustra que, mais do que enquadrar pessoas, a máquina fotográfica operou ali como uma ferramenta de captação de afeto, destinada

a abastecer materialmente aquele núcleo familiar. Trata-se de uma prática histórica que consolida a imagem como registro de vínculos, na qual as cópias circulam a "título de carinho e amizade", com o propósito central de "preencherem os famosos álbuns fotográficos, repositórios afetivos da memória das famílias" (Kossoy, 2021, p. 25).

Se o afeto forja a imagem, é a ação de salvaguarda que garante a sua sobrevivência diante da catástrofe. No projeto desenvolvido por Fabiene e Mel, o primeiro impacto foi o do volume de fotos que cada família possuía: em média 500! Mas elas não chegavam como documentos legíveis, e sim como uma "*maçaroca de lama*" insalubre (Figura 22), junto com a incapacidade da vítima de triar os seus conteúdos, confiando a um estranho o manuseio de sua biografia para que ela não fosse descartada. Essa necessidade de intervenção externa para salvar o patrimônio íntimo corrobora a tese de que a memória, enquanto "fator de ligação psíquica coletiva", depende de uma "gestão cultural" para produzir "a aparência de ordem" e neutralizar as rupturas causadas por eventos traumáticos (Dodebei, 2005, p. 48).

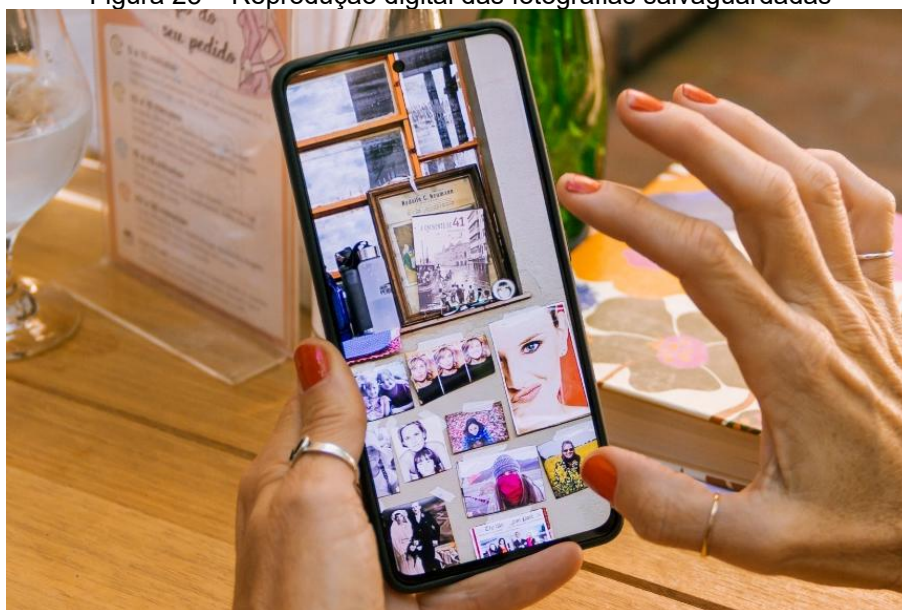
Figura 22 – Acervo fotográfico danificado e aglutinado pela lama antes do processo de higienização



Fonte: Navisual/UFRGS, 17 de abril de 2026.

Por sua vez, Lu atesta que só conseguiu recuperar as fotografias de seus avós e de seu tio, que estavam em outra residência, porque naquele momento já se encontrava com a "*cabeça mais descansada*". Ela também descreve a recuperação de fotos suas e das filhas (Figura 23) que, embora impregnadas pelo cheiro de esgoto, foram lavadas e posteriormente emolduradas.

Figura 23 – Reprodução digital das fotografias salvaguardadas



Fonte: Fabiano Cardozo, 28 de abril de 2025.

Na narrativa de Tere, esse movimento de salvaguarda do acervo doméstico foi assumido pelo filho e pela nora: *"Eles conseguiram limpar várias, até do meu casamento, todas essas coisas..."*. Ao se deparar com os rostos recuperados de seus filhos na infância, sua emoção traduz o alívio de quem relembra o passado: *"Aquele carinho tão bonitinha, né? Eu vejo ali agora [...] Eu tenho tudo registrado aí"*.

Mais do que reaver a imagem original, a ação de salvaguarda confere à fotografia uma nova camada biográfica. Durante o encontro, a entrevistada exibiu registros que havia digitalizado com o próprio celular antes da tragédia, comparando-os com o escaneamento que fez das mesmas imagens após terem sido lavadas: *"Ficou mesclado. Fiz igual elas lavada depois. Tem várias... Ainda dá pra aproveitar alguma coisa"*. Ao digitalizar a imagem já danificada pelo resgate (Figura 24), a fotografia deixa de representar apenas o passado para documentar a própria resistência.

Figura 24 – Reprodução digital de uma fotografia física exibindo a cicatriz da tragédia



Fonte: Fabiano Cardozo, 27 de abril de 2025.

A cicatriz da enchente funde-se à imagem, comprovando que a preservação simbólica se consolida quando aceitamos que a memória, embora ferida, não perde a sua potência de ser recontada. Trata-se, afinal, de encarar “a memória, como movimento, ação e agenciamento, [...] um gesto em tensionamento, que emerge na dialética entre lembrar e esquecer e entre fricções espaço-temporais, rearranjadas narrativamente” (Amormino, 2024, p. 49).

Joaquim, ao pegar as fotografias enlameadas da irmã, compreendeu intuitivamente que aquelas imagens exigiam uma nova estrutura para voltar a ser memória. Para ele, devolver as fotos higienizadas, mas soltas, esvaziaria o seu potencial de partilha e zelo. Essa necessidade de uma “casa” para o registro se manifesta em seu relato: *“Eu não dei para ela ainda. Eu queria comprar um álbum e colocar no álbum [...] Eu estava esperando o momento para dar e a gente acabou não dando [ainda], sabe?”*. Ao optar pelo ritual da espera, ele demonstra que a dignidade documental da fotografia exige mais do que a simples limpeza do papel. O novo álbum atua como o contorno físico que reordena o caos material e garante a sobrevivência da narrativa familiar.

A ação de salvaguarda também se firma contra o apagamento da história de um povo. Fabiene comenta que, ao ir *“entrando dentro da vida muito privada das pessoas”*, foi possível notar as transformações nos costumes ao longo das décadas, desde as festas de aniversário dos anos 1980 até os *books* atuais, articulando a

memória familiar à coletiva. Essa dinâmica demonstra como a intimidade atua como fio condutor da história social, validando a premissa de que:

Na realidade, o *trait d'union* entre individual e coletivo sempre foi constituído, historicamente, pelo núcleo familiar, dentro do qual um acontecimento coletivo constituía um macrocosmo em relação à vida de cada um em particular e um microcosmo em relação à história secular, mediando entre indivíduo e tempo, entre mundo e sujeito (Colombo, 1991, p. 118).

O contato físico com as imagens de terceiros funcionou para Mel como um espelho de sua própria trajetória: ao lavar a foto alheia, ela acionava simultaneamente as suas próprias memórias. *"Toda vez que eu olhava alguma fotografia de família [...] eu pensava em alguma coisa da minha vida [...] eu fiquei pensando muito nas minhas fotos"*, relata.

A fotografia possui uma força tão simbólica e expressiva que sua aura é instantaneamente validada pelo olhar do outro, mesmo em cenários de catástrofe. Não podemos deixar de mencionar novamente o relato do resgate de Rosa. Enquanto ela estava focada estritamente na sobrevivência física, foi o voluntário desconhecido quem assume a função de curador de sua história, impondo o cuidado à matéria: *"Aqui tem fotos do teu filho [...] eu vou colocar no meu colete, ele é impermeável. Não vai estragar nada seu"*. Esse instante comprova que o valor da imagem é universal, portadora de "uma mensagem tão simples e, ao mesmo tempo, tão carregada de significado, que parece clamar por uma narrativa e por um ouvinte, por um relato de sobrevivente" (Hirsch, 1992-1993, p. 5, tradução nossa)⁵². Mesmo na urgência do desastre, a foto deixa de ser um pedaço de papel para ser reconhecida como um bem precioso daquela casa arruinada. O colete do voluntário converte-se, assim, em um cofre blindado, protegendo a continuidade biográfica daquela família.

Já no projeto liderado por Fabiene, o esforço dos voluntários em recuperar imagens atua como um escudo contra o esquecimento afinal, "a memória configura-se, assim, como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente" (Barbosa, 2019, p. 19). Ela relata que, ao encontrar um registro intacto no meio de um álbum quase totalmente destruído (Figura 25), a vitória transcendia o papel: *"A gente vibrou como se fosse uma foto da nossa própria família!"*.

⁵² No original: "a message so simple and, at the same time, so overlaid with meaning, that it seems to beg for a narrative and for a listener, for a survivor's tale" (Hirsch, 1992-1993, p. 5).

Figura 25 – Registro fotográfico recuperado durante o processo de higienização do acervo



Fonte: Navisual/UFRGS, 19 de junho de 2024.

Essa expansão do sentimento de pertencimento manifestou-se não apenas nos laboratórios de restauro, mas também na solidariedade das ruas atingidas. Na rua de Dalva, por exemplo, as fotografias preservadas no segundo andar de sua casa deixaram o âmbito familiar para se tornarem o arquivo da vizinhança, demonstrando que a função documental desses registros não se restringe aos laços de sangue.

A gente tem muita foto da evolução das crianças nessa rua, né? Hoje, homens casados, avós... e todo mundo aqui é vô. A gente tinha foto deles nos aniversários de dois, três anos... E aí era um chororô: 'Ai, a minha foto!', aí eu digo 'Não, mas eu tenho algumas' [...] A gente ganhou, recebeu [...], fez muita troca aqui na rua desse tipo de coisa, sabe? De lembranças das crianças que eu tinha em relação as outras aí que não tinham nada.

Esse ato de distribuir e trocar as fotografias físicas atesta a potência da imagem como guardiã da memória: ao salvar seu próprio acervo, Dalva preservou a memória compartilhada das vizinhas ao seu redor. Essa dinâmica confirma que o registro visual é capaz de consolidar afetos que a palavra, muitas vezes, não alcança.

As fotos traçam rotas de referência e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal. E as fotos ajudam a construir — e a revisar — nossa noção de um passado mais distante, graças aos choques póstumos produzidos pela circulação daquelas até então desconhecidas (Sontag, 2003, p. 72).

Apesar da potência restauradora da imagem, a sua preservação esbarra nas urgências do presente. O diálogo entre Dalva e seu filho sobre a digitalização revela um paradoxo: embora a enchente tenha escancarado a fragilidade do papel, motivando o conselho *"Mãe, agora como tá acontecendo muita catástrofe, seria bom tu digitalizar"*, o caos do pós-desastre inviabiliza essa precaução. Essa sugestão choca-se, primeiramente, com a própria predileção de Dalva pelo suporte analógico como registro "original" e, sobretudo, pela falta de tempo que dificulta a transição. A necessidade imediata de limpar paredes e arrumar portões atropela o tempo dedicado ao arquivo. Esse confronto diário é traduzido por ela na metáfora da *"casa que vira um Kinder Ovo"*, um cenário onde *"tu arruma uma coisa estraga a outra"*, submersa por *"tanta coisa pra ti fazer e [...] pra gastar"*. Assim, a salvaguarda da memória é suspensão e a digitalização torna-se *"quase um supérfluo"* em meio à vida prática.

Enquanto o impasse entre o desejo de preservar e a urgência de reconstruir demonstra que a salvaguarda é um movimento constante contra o tempo, em muitos casos, a correnteza foi mais rápida ao destruir. Se a fotografia salva atua como um escudo contra o esquecimento, a fotografia perdida impõe uma nova forma de lidar com o passado: a memória sem prova documental. A seguir, falaremos do impacto do desaparecimento desses acervos, observando como a resiliência se articula na dialética entre a dor da perda e a necessidade de seguir narrando a própria história, mesmo diante do apagamento visual.

4.3 Fotos perdidas: continuidade, esquecimento e resiliência

Se até o momento acompanhamos o exaustivo esforço para salvar a fotografia material da lama, a narrativa de Elisa e seu marido nos faz encarar o vazio deixado quando todas as instâncias de salvaguarda falham. Ao ter a residência submersa pela enchente, suas memórias impressas também se dissolveram na água. Ademar descreve que os registros afetivos se fundiram em blocos inseparáveis ao serem manuseados: *"Os álbuns de casamento, tudo que a gente abriu para ver se salvava, elas estava tudo grudada"*. Conforme já observado no projeto de Fabiene e Mel, a

umidade e a lama aglutinaram as páginas e mancharam as imagens, convertendo o relicário de memórias em resíduos irrecuperáveis de sua própria história familiar.

Elisa vivenciou o ápice da fragilidade dos suportes físicos ao procurar o estúdio responsável pelas fotos de seu casamento e descobrir que havia encerrado as atividades, além de a fotógrafa ter perdido o disco rígido (*HD*) contendo os arquivos originais. O aspecto tecnológico dessa perda reforça as reflexões sobre a desmaterialização abordadas anteriormente no capítulo. Como vimos, embora a transição para o meio digital prometa onipresença da imagem e permanência frente à degradação do papel, a experiência de Elisa nos mostra o contrário:

se o suporte físico se deteriorar ou se se tornar obsoleto a ponto de deixarem de existir periféricos capazes de extrair a informação nele armazenada, incorremos no sério risco dessa informação se perder para sempre (Ferreira, 2006, p. 33).

Frente à impossibilidade de acessar o passado por meio de fotografias, seja na nuvem ou na gaveta, a narradora lamenta: *"As fotos nossas de casamento, de aniversário deles [filhos], gestação, tudo isso se foi, não teve como salvar, recuperar. [...] São coisas assim que tu não vai poder mostrar pro teu filho, né? Os netos, enfim"*.

Logo, a função da fotografia como registro material de vidas que as futuras gerações não conheceram se dissolve quando em contato permanente com a água suja da enchente.

A falta documental temida por Elisa também é experimentada por Dani, o bolsista do laboratório de restauração citado no capítulo anterior. Se antes destacamos como o cuidado com a fotografia alheia ativou o luto por seu próprio acervo familiar, cabe agora observar o impacto prático desse vazio documental, igualmente provocado por sucessivas enchentes ao longo de sua vida. Conforme relata Fabiene, *"todo mundo falava que ele era muito parecido com o pai e ele não sabia porque nunca tinha visto a foto do pai"*. As narrativas orais dos parentes afirmavam a semelhança, mas a falta da imagem o impedia de confirmar essa herança com os próprios olhos. Embora os enunciados preservem a memória, eles não são suficientes para visualizar o rosto, a textura e o contorno que a fotografia procura imprimir. A relação indissociável entre imagem e memória para acessar e evocar o passado é descrita por Sontag:

Lembrar, cada vez mais, não é recordar uma história, e sim ser capaz de evocar uma imagem. Mesmo um escritor tão impregnado pelos rituais da literatura do século XIX e do início do modernismo como W. G. Sebald sentiu-se motivado a semear com fotos suas narrativas de lamento sobre vidas perdidas, sobre a natureza perdida e sobre paisagens urbanas perdidas. [...] Ao recordar, ele queria que o leitor também recordasse (Sontag, 2003, p. 75-76).

A perda definitiva da materialidade da memória pode ser traumática. Elisa recorre aos elementos naturais para "ressuscitar" as lembranças e curar a umidade do papel: *"Algumas fotos eu deixei no sol, tentando recuperar, mas manchava tudo. Não tinha como"*. O sol, evocado como último recurso de salvamento, borra e derrete a tinta. Já Fabiene descreve com pesar o momento em que uma fotografia chegou ao laboratório de restauração com sua frente totalmente apagada pela ação corrosiva da enchente, sobrando apenas a tinta da caneta em seu verso: *"Recordação dos 11 anos de Maria de Lurdes... isso aqui a foto foi totalmente perdida"*. Essa "morte visual" do registro impôs um dilema à equipe técnica: *"Aí os meninos até ficavam uma época 'Ah, será que vale a pena a gente guardar isso?' Pelo registro de uma recordação, quando a imagem foi perdida"*.

O questionamento da equipe ilustra a cisão de uma materialidade que deveria ser única. De acordo com Elizabeth Edwards e Janice Hart, a natureza do meio fotográfico baseia-se exatamente nessa união:

as fotografias têm significados inextricavelmente ligados como imagens e significados como objetos; uma fusão indissolúvel, porém ambígua, de imagem e forma, ambas as quais são produtos diretos de intenção (2004, p. 2, tradução nossa).

A corrosão do lodo desfez essa união, fazendo com que a materialidade do papel e a tinta da caneta sobrevivas apenas como produtos diretos da intenção de recordar, visto que a imagem se apagou de forma irreversível.

No ápice do desastre, muitas vezes o próprio objeto sequer chega a ser resgatado, com ou sem a imagem. No caso de Lu, a pressa para esvaziar a casa dos avós inviabilizou a triagem cuidadosa, culminando no descarte compulsório de parte da história visual da família. Ela reconhece que *"teria salvo algumas fotografias lá também"* se não estivesse sob o pânico daquele momento. Essa desestruturação encontra eco na análise de Herman sobre reações extremas de sobrevivência:

A resposta humana comum ao perigo é um sistema de reações complexo e integrado [...]. Quando nem a resistência nem a fuga são possíveis, o sistema humano de autodefesa fica sobrecarregado e desorganizado (Herman, 1992, p. 36-37, tradução nossa)⁵³.

Seja pela imagem que se esvai do papel ou pelo álbum que é deixado para trás, o confronto com o vazio da perda, em alguns casos, precisa ser adiado. Tere ilustra esse mecanismo de defesa por meio da paralisação. Ao recolher alguns álbuns enlameados, ela os guardou em um *cooler* térmico e, mesmo um ano após a tragédia, confessa não ter tido coragem de manuseá-los: “*Tem vários álbuns que não foi limpo e eu ia limpar [...] Eu tô com esse dedo aqui [machucado]... e eu não quero mexer... E se eu mexer com foto, ele [neto] vai querer olhar [...]. Eu acho que tá podre, né?*”.

A narradora prefere conviver com a incerteza da ruína das fotos depositadas em um recipiente improvisado a abrir a tampa e confirmar sua inutilidade. Todavia, essa atitude pode prejudicar a elaboração emocional da perda, uma vez que:

Todos os escritos clássicos reconhecem, em última instância, a necessidade de luto e reconstrução na resolução de eventos traumáticos da vida. O fracasso em concluir o processo normal de luto perpetua a reação traumática (Herman, 1992, p. 64-65, tradução nossa)⁵⁴.

Ao evitar encarar a fotografia destruída, Tere impede a reconstrução simbólica da memória e mantém a ferida da enchente aberta e inexplorada no presente. É somente diante do enfrentamento desse apagamento que a resiliência humana se manifesta, operando na fronteira entre o que foi destruído e o que a mente se recusa a soltar.

Voltando à entrevista da *Deutsche Welle Brasil*, o voluntário Gustavo conta que muitas fotos achadas pelas famílias estão tão danificadas que mal se reconhece o que há nelas. Mesmo assim, testemunhou um pai que descrevia com riqueza de detalhes o rosto dos filhos em uma imagem borrada, como se ainda conseguisse enxergar tudo claramente (Gindri, 2024). Não fossem a imagem depositada em sua memória e a sua capacidade de associá-la às manchas que via, sua narração não teria sido possível, pois “o reconhecimento é a experiência feliz de que aquilo que nos permitiu

⁵³ No original: “The ordinary human response to danger is a complex, integrated system of reactions [...]. When neither resistance nor escape is possible, the human system of self-defense becomes overwhelmed and disorganized” (Herman, 1992, p. 36-37).

⁵⁴ No original: “All of the classic writings ultimately recognize the necessity of mourning and reconstruction in the resolution of traumatic life events. Failure to complete the normal process of grieving perpetuates the traumatic reaction” (Herman, 1992, p. 64-65).

reconhecer é o indicador de que algo permaneceu vivo em nós e, como vivo, retorna” (Endo, 2013, p. 49). Essa capacidade atesta que a essência biográfica resiste e pulsa naqueles que a guardam, operando um milagre íntimo da resiliência humana.

Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que a fotografia excede a matéria e passa a ser o alicerce tangível do afeto e da identidade familiar. A dissolução desses documentos íntimos não apaga apenas a prova visual do que foi vivido, ela fratura a linha do tempo das pessoas. Quando a âncora material do passado se corrompe com a lama, o indivíduo depara-se com um luto em que o presente perde o seu contorno e o futuro esvazia-se dessas referências estruturantes, que poderão, quem sabe, ser substituídas por outras, diversas das primeiras.

Compreendida essa travessia que partiu da dimensão macro do desastre até alcançar o micro dos lares destruídos, por meio da escuta atenta, percebemos o trabalho intenso de memória e também de salvamento dos objetos biográficos da lama. O desaparecimento das imagens afetivas agudiza o trauma e põe em xeque as materialidades que melhor suportam as lembranças.

5 TRAUMA, RUPTURA TEMPORAL E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

"Eu não me importo com material, sabe? O importante é a questão da família mesmo, a família estar bem". A afirmação de Elisa, proferida após a destruição de seus pertences, ilustra o desapego das coisas materiais diante da catástrofe. A partir dos relatos coletados, mesmo um ano após a tragédia, é possível inferir que, para os depoentes, a primeira e mais profunda perda não é a dos objetos biográficos em si, mas a da segurança ontológica. A casa, que deveria funcionar como o porto seguro da existência, converte-se em um reduto de dor. Dalva, que sempre prezou pela sua independência, sintetiza o desmoronamento de seu refúgio: *"Eu tinha total segurança. Era meu canto, é minha casa, é meu refúgio. Hoje eu não tenho mais... isso é o que mais me dói ter perdido. A sensação que eu tinha de estar segura aqui".*

A moradia, que segundo Halbwachs (1990, p. 131), "nos oferece imagem de permanência e estabilidade", converte-se em um território sensorialmente hostil. O ambiente passa a ser evitado não apenas pelo vazio material, mas porque as marcas do colapso e da morte permanecem projetadas sobre as paredes, atestando, conforme David Le Breton (2016, p. 15), que "as percepções sensoriais são em primeiro lugar a projeção de significações sobre o mundo", como a memória olfativa do desastre, manifestada nos relatos de odores fétidos e persistentes que desafiam as subsequentes higienizações físicas dos espaços.

Por isso, é preciso olhar para essa destruição não apenas como uma fatalidade climática, mas como uma perda histórica e patrimonial que ameaça a própria essência do desenvolvimento sustentável. Como discutido anteriormente à luz da Meta 11.4 dos ODS, a importância de salvaguardar a cultura não se restringe aos monumentos oficiais cercados por catracas. Ela estende-se às paredes domésticas e às memórias não institucionais, como as dos acervos íntimos de Tere, Lu, Dalva, Joaquim, Rosa, Elisa, Fabiene e Mel. Afinal, é justamente na fragmentação e na aparente simplicidade dessas trajetórias privadas que reside a verdadeira fundação da nossa história, como elucida a historiadora Ângela de Castro Gomes (2004, p. 13):

Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Sociedades que separaram o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.

Dessa forma, ao reconhecermos que a organização social e a nossa história repousam sobre a memória coletiva, a dimensão da tragédia adquire proporções mais críticas. A negligência política e estrutural transformou as chuvas em apagamentos biográficos em massa, como reivindicado por Rosa em seu relato⁵⁵, e confirmado no trabalho de Maicon Alexander Inácio Salles (2025, p. 72):

Medidas básicas de prevenção, manutenção e modernização teriam reduzido significativamente a extensão dos danos. A ausência dessas medidas revela a omissão estrutural da Administração Pública, que violou seu dever jurídico de proteção e transformou um evento climático severo em um desastre de dimensões catastróficas.

Essa omissão torna-se ainda mais evidente ao observarmos que o colapso de 2024 não foi um evento isolado, mas o agravamento de um problema crônico, de décadas. O relatório do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)⁵⁶ atesta que, ao longo de 2025, o país registrou 336.656 pessoas diretamente afetadas por desastres hidrometeorológicos, com danos materiais na ordem de R\$ 2,9 bilhões. O próprio Rio Grande do Sul, ainda se recuperando dos destroços do ano anterior, voltou a enfrentar fortes chuvas em junho e dezembro de 2025, inundações, transbordamento de rios como o Uruguai, Jacuí e Taquari, e novos deslocamentos forçados de famílias.

As tragédias seguiram em 2026. Em apenas dois meses, mais de 1,1 milhão de pessoas foram atingidas por temporais em todo o território nacional, forçando mais de 25,2 mil a abandonarem suas casas. Com 377 municípios atingidos, 548 decretos de anormalidade e prejuízos econômicos, materiais e estruturais que ultrapassam a

⁵⁵ Ver *supra*, p. 87.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil-02-2026/relatorioclimaextremosdesastresbrasil2025.pdf>. Acesso em: 5 maio 2026.

marca de R\$ 1,4 bilhão, os dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM)⁵⁷ evidenciam a letalidade dessa ausência de políticas eficazes, refletida em 72 vidas perdidas apenas em Minas Gerais.

É diante da iminência constante de novas inundações que emerge o desafio da reconstrução identitária. Como refazer suas trajetórias quando a ameaça de destruição bate à porta a cada nova temporada de chuvas, funcionando como gatilho de pânico e de memórias do trauma?

Para compreender a sobreposição do terror à vida cotidiana, vamos usar como exemplo a análise de Herman sobre as sequelas do trauma crônico. Embora o conceito da autora descreva originalmente a realidade de prisioneiros, a dinâmica psíquica também pode ser aplicada às vítimas da enchente, que vivenciaram isolamentos geográficos forçados decorrentes da força das águas e do abandono estrutural. Ao descrever a mente de quem sobrevive ao terror do confinamento, a autora observa:

Assim, mesmo anos após a libertação, o ex-prisioneiro continua a praticar o duplo pensamento e a existir simultaneamente em duas realidades, dois pontos no tempo. A experiência do presente é frequentemente nebulosa e entorpecida, enquanto as memórias intrusivas do passado são intensas e claras (Herman, 1992, p. 81, tradução nossa)⁵⁸.

É exatamente essa vivência cindida em "dois tempos" que se materializa na rotina das vítimas das enchentes. Elementos outrora inofensivos são transformados pela memória do desastre, impedindo o sujeito de habitar plenamente o presente. O som da chuva, que antes fazia Dalva adormecer, tornou-se sinônimo de desespero imediato e paralisação, transportando-a de volta para a noite da inundação:

Eu sou uma pessoa assim, que durante a minha vida eu posso dizer que tive muito poucos medos. Hoje, se começa a chover, o meu coração dispara, minha boca fica seca. Tive que sair, ir lá pra casa da minha filha, naquele último dia do vento, porque para mim parecia que ia acontecer tudo de novo.

A percepção de perigo constante a cada nova precipitação força as vítimas a viverem sob a iminência de abandonar tudo novamente.

⁵⁷ Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/temporais-causam-destruicao-e-mortes-em-centenas-de-municipios-em-todo-brasil-no-primeiro-bimestre-de-2026>. Acesso em: 5 maio 2026.

⁵⁸ No original: "Thus, even years after liberation, the former prisoner continues to practice doublethink and to exist simultaneously in two realities, two points in time. The experience of the present is often hazy and dulled, while the intrusive memories of the past are intense and clear" (Herman, 1992, p. 81).

Após uma experiência traumática, o sistema humano de autopreservação parece entrar em alerta permanente, como se o perigo pudesse retornar a qualquer momento. A excitação fisiológica continua sem trégua. Neste estado de hiperexcitação, que é o primeiro sintoma cardinal do transtorno de estresse pós-traumático, a pessoa traumatizada assusta-se facilmente, reage com irritabilidade a pequenas provocações e dorme mal (Herman, 1992, p. 38, tradução nossa)⁵⁹.

Esse estado de prontidão ininterrupta culmina no esgotamento psicológico, sintetizado pela confissão de Tere. Durante seus alertas frenéticos aos familiares para que buscassem abrigo em novos episódios de chuva, ela reconhece o peso dessa sobrecarga: *"A tia tá louca". Estou louca mesmo*.

Mais do que a exaustão mental, a constante hipervigilância comprova que o foco existencial das pessoas foi deslocado da fruição do patrimônio material para a garantia estrita da sobrevivência vital. O comportamento preventivo adotado por Elisa para assegurar um contínuo *"ponto de escape"* materializa perfeitamente essa nova lógica: o ambiente de repouso converte-se em uma permanente antessala da fuga.

Essa fissura invisível, contudo, não se restringe àqueles que foram atingidos diretamente ou aos que perderam seus lares. O trauma introjetou-se de tal forma que reconfigurou a logística de toda a malha social, obrigando o sujeito a estar, o tempo todo, *"manejando a sua vida"*. O terror coletivo diante de tempestades ordinárias atesta que a catástrofe transformou a relação dos indivíduos com o espaço urbano e com a natureza, como no relato de Fabiene sobre sua nova rotina preventiva:

Eu nunca fui de carro pro aeroporto. [...] E a primeira coisa que eu pensei foi: acho que vou parar no quinto andar, porque se acontecer de novo, quem sabe eu não vou perder o carro. Sabe? Assim, você fica o tempo todo agora manejando a sua vida. Não tem uma vez que eu não saia de casa que eu não feche todas as janelas. Tem toda uma logística que a gente acaba introjetando que não imaginava antes. Barulho de chuva, começa a chover muito forte, todo mundo começa a ficar nervoso. [...] Tem pânico, né? Tem uma coisa que ficou ali e que eu acho que vai ficar. A gente não vai conseguir se relacionar com a chuva de uma forma menos traumática agora, porque foi muito assustador.

Diante da impossibilidade de retornar ao estado anterior das coisas, podemos entender que a superação do trauma exige muito mais do que a mera reposição

⁵⁹ No original: "After a traumatic experience, the human system of self-preservation seems to go onto permanent alert, as if the danger might return at any moment. Physiological arousal continues unabated. In this state of hyperarousal, which is the first cardinal symptom of post-traumatic stress disorder, the traumatized person startles easily, reacts irritably to small provocations, and sleeps poorly" (Herman, 1992, p. 38).

financeira e estrutural, envolvendo uma reconstrução narrativa e subjetiva. Para contornar a paralisia do medo, os sobreviventes buscam ressignificar o que restou e atribuir novos sentidos às práticas cotidianas, fazendo com que os fragmentos do vivido, sejam eles salvos da lama ou reinventados, funcionem como âncoras para reinseri-los no tempo e no espaço. É a partir do registro dessas fraturas que passamos a analisar, a seguir, como o afeto e a memória atuam na reestruturação da identidade.

5.1 Memória e identidade: a reconstrução pós-tragédia

Como observa Herman (1992, p. 36, tradução nossa)⁶⁰, “eventos traumáticos são extraordinários, não porque ocorrem raramente, mas porque sobrecarregam as adaptações humanas comuns à vida.” Diante do colapso das certezas e da desorganização do espaço vital, a paralisia inicial cede lugar a um imperativo de sobrevivência. A reconstrução da identidade no pós-desastre não significa um retorno ao estado anterior das coisas, inviabilizado pela própria força da ruptura, mas a reinvenção de si a partir dos escombros. As narrativas revelam que, quando as âncoras materiais se dissolvem, a reação das pessoas manifesta-se em respostas singulares para costurar o tecido rasgado de suas histórias. Esse movimento pode ser entendido como o luto saudável, definido como:

o esforço bem-sucedido de um indivíduo para aceitar tanto que uma mudança ocorreu em seu mundo externo quanto que lhe é exigido realizar mudanças correspondentes em seu mundo interno e representacional, reorganizando e, talvez, reorientando seu comportamento de apego em conformidade (Bowlby, 1980, p. 18, tradução nossa)⁶¹.

Para algumas vítimas, essa retomada apoia-se na preservação dos rituais, mesmo quando o cenário que os abrigava deixou de existir. É o caso de Tere, que viu sua moradia submergir, forçando a família a refugiar-se no anexo dos fundos. Contudo, a sua identidade de matriarca que nutre responde ao trauma com aquilo que ela faz de melhor: *“Eu vou botar umas mesas ali na rua. [...] Eu gosto de fazer muita comida*

⁶⁰ No original: “Traumatic events are extraordinary, not because they occur rarely, but rather because they overwhelm the ordinary human adaptations to life” (Herman, 1992, p. 36).

⁶¹ No original: “the successful effort of an individual to accept both that a change has occurred in his external world and that he is required to make corresponding changes in his internal, representational, world and to reorganize, and perhaps to reorient, his attachment behaviour accordingly” (Bowlby, 1980, p. 18).

e eles vêm muito por causa da comida...”. A ação de improvisar mesas na calçada ilustra que, se o espaço doméstico foi violado, o rito da comunhão alimentar resiste como fronteira de proteção da identidade. Ao reconstruir o seu lugar no mundo pela partilha e não pela arquitetura, Tere demonstra que a recuperação do trauma passa pela retomada da autonomia e pela criação de novas conexões, revertendo a impotência e o isolamento impostos pela catástrofe (Herman, 1992, p. 115). Com isso, prova que a coesão familiar vai muito além do teto que os abriga.

Para Lu, a reconstrução identitária exigiu a defesa ativa do patrimônio ancestral, assumindo uma postura resistente contra o apagamento definitivo. Diante da ameaça de demolição da casa de seus avós em Sinimbu, risco imposto não apenas pelas águas, mas pela deliberação de familiares, ela se converte em guardiã da memória física de sua linhagem. O espaço deixa de ser avaliado por seu valor imobiliário e consolida-se como um verdadeiro "lugar de memória" (Nora, 2008), demandando uma defesa enérgica:

Se essa casa não caiu e não tem uma rachadura, não! [...] Enquanto a mãe estiver viva, essa casa não vai ser demolida. [...] É uma casa simples. Então comecei a reformar agora. Troquei o telhado. Tudo eu quero contar histórias aqui.

Essa força consolida-se na recusa ao apagamento da memória pela devastação física. A reforma atesta a continuidade de sua origem, fazendo da arquitetura um manifesto: não ceder à destruição é garantir que a história familiar mantenha o seu lugar no espaço. A casa reconstruída atua, portanto, além dos monumentos oficiais, cumprindo a função de assegurar um passado àqueles que dele necessitam, preenchendo as lacunas que a historiografia tradicional muitas vezes não alcança (Santiago Júnior, 2015, p. 272).

Por outro lado, o trauma também é capaz de provocar uma ruptura com a própria lógica de preservação material. Se o objeto biográfico pressupõe a continuidade e o envelhecer com as coisas (Bosi, 2003, p. 26), garantindo-as para as próximas gerações, a experiência extrema das águas subverte esse pacto. Dalva, antes uma arquivista zelosa que preservava as roupas de batismo da família, tem a sua relação com o tempo e com o acúmulo rompida. O desastre lhe ensinou que o futuro garantido é uma ilusão, deslocando a sua âncora identitária da posse a longo prazo para a vivência imediata: *“Comecei a usar tudo. Não tem mais pena de... não*

quero mais guardar nada. Antigamente eu tinha ‘ai, essa roupinha aqui eu vou guardar uma coisinha’, agora não guardo nada”.

A ressignificação vivenciada por Dalva é um exercício de desapego que a devolve à intimidade ativa com suas coisas. Conforme estabelece Morin (1971, p. 189-190), o verdadeiro objeto biográfico caracteriza-se por ser consumido no dia a dia, ganhando a pátina das atividades cotidianas em simbiose com seu dono. Ao recusar-se a acumular para um amanhã impermanente, Dalva garante que seus bens cumpram essa função antes que qualquer tragédia os alcance. A enchente até pode arrastar os objetos, mas jamais subtrairá a experiência daquilo que já se gastou na vivência do sujeito.

Para Rosa, a saída da paralisia do luto exigiu o enfrentamento de seus gatilhos por meio da ressignificação cognitiva, absolvendo a natureza em vez de ceder ao pânico: *“Você não fez mal [...] O progresso invadiu o seu espaço”*. Com as antigas certezas que davam sentido à sua vida abaladas, ela precisou buscar uma nova crença capaz de sustentá-la (Herman, 1992, p. 165). Ao dominar o terror ela recria o conceito de lar por meio da segurança, afeto e cuidado mútuo com os seus gatos: *“Eu reúno com eles e digo para nós mesmos: ‘Está tudo bem, não vai acontecer de novo’”*.

Diferente do desapego de Dalva e da ressignificação alcançada por Rosa, a reconstrução de Elisa ancorou-se na força da coletividade e na aceitação da nova realidade. Despojada de seu lar, ela assumiu uma postura franca e pedagógica para redefinir o conceito de moradia para os filhos: *“agora não vai ser como era na nossa casa, a gente vai ter que mudar”*. Diante da perda quase total, essa reeducação estendeu-se também à forma de reerguer a materialidade da vida, substituindo o peso do luto pela gratidão frente à solidariedade alheia: *“Ganhei até máquina de secar que eu não tinha. Então eu não posso reclamar, sabe? É como eu te disse, a gente conheceu um lado do pessoal que a gente não conhecia”*.

Essa mesma teia de solidariedade que amparou Elisa reconfigurou, de forma espelhada, a identidade daqueles que atuaram na linha de frente dos resgates. Joaquim, que operou como um ancoradouro humano nos dias de caos, teve sua subjetividade rearticulada pela exposição à dor do outro. O contato direto com a perda transformou sua reação instintiva em uma nova ética de preparação e vocação: *“Até já pensei em fazer um curso de resgatista”*. De maneira irrevogável, ele reconhece a alteração em si e no coletivo: *“Todo mundo tá diferente, assim, do que aconteceu. Eu tô diferente”*.

A experiência de Joaquim evidencia que a reconstrução das identidades fraturadas é um processo de via dupla, no qual o ato de amparar inevitavelmente transforma quem oferece o cuidado. No projeto de Fabiene e Mel, a universidade deixou de ser apenas observadora para atuar como guardiã de biografias em colapso. Sabendo que a reconstrução da identidade depende da proteção dessas memórias, o projeto forjou uma nova ética de intervenção, blindando os sobreviventes ao evitar que os resquícios da vida privada virassem espetáculo: *“As pessoas não iam ficar tirando selfie, foto das fotos das famílias pra ficar postando no Instagram... [...] E é isso, você tá formando eles numa outra ética”*. Com essa postura, garante-se que os fragmentos do passado permaneçam como base sagrada para a reconstrução subjetiva de cada indivíduo.

Seja no apoio recebido por Elisa, na prontidão transformadora de Joaquim ou na proteção ética promovida por Fabiene e Mel, nota-se que a superação da catástrofe vai além do esforço individual. O trauma de uma comunidade exige uma resposta igualmente compartilhada, confirmando que:

a presença de outros membros do grupo como testemunhas possibilita que cada membro expresse uma dor que seria demasiado avassaladora para um indivíduo sozinho. Ao compartilhar o luto, o grupo simultaneamente fomenta a esperança de novos relacionamentos. Os grupos conferem uma espécie de formalidade e solenidade ritual ao luto individual; ajudam a pessoa sobrevivente, ao mesmo tempo, a homenagear suas perdas passadas e a reconstruir sua vida no presente (Herman, 1992, p. 190, tradução nossa)⁶².

Essa reconstrução no presente, contudo, não decreta um ponto final ao trauma, mas inaugura um longo processo de adaptação contínua. O fato de a cura emocional exigir um tempo longo e gradual reflete-se, de maneira análoga, na própria complexidade da recuperação material do estado. O cenário estrutural traçado durante a construção deste texto, dois anos após a tragédia e atualizado por fontes oficiais consultadas após a nossa visita a campo, demonstra que a recuperação das cidades é um desafio crônico. Afinal, o próprio poder público federal atesta que a

⁶² No original: “The presence of other group members as witnesses makes it possible for each member to express grief that would be too overwhelming for a lone individual. As the group shares mourning, it simultaneously fosters the hope for new relationships. Groups lend a kind of formality and ritual solemnity to individual grief; they help the survivor at once to pay homage to her losses in the past and to repopulate her life in the present” (Herman, 1992, p. 190).

reconstrução do Rio Grande do Sul ainda é uma realidade em curso⁶³. Se a macroestrutura física e econômica ainda tateia o seu restabelecimento após todo esse tempo, compreende-se que a microestrutura íntima das famílias, suas biografias, suas âncoras emocionais e seu sentimento de lar, também demanda um tempo dilatado para se rearticular.

Portanto, as trajetórias de Tere, Lu, Dalva, Rosa, Elisa, Joaquim, Fabiene e Mel nos ensinam que a verdadeira recuperação pós-tragédia não se resume à entrega de novas estruturas físicas ou à assinatura de decretos de normalidade. Da mesma forma, a reconstrução de si não se dá pela simples reposição do que foi perdido, mas no dia a dia, na ressignificação do medo, no cuidado ético com a memória material e na capacidade de uma coletividade decidir sustentar o peso do luto em conjunto. Ao se ampararem uns aos outros, garantem que, por mais devastadoras que sejam as enchentes, as águas jamais terão a força de apagar a essência de quem foram, são e a fundação histórica de suas existências. É a partir dessa constatação que encaminhamos as conclusões desta pesquisa, buscando refletir sobre o que efetivamente permanece quando as águas recuam e como essas memórias, agora ancoradas pela narrativa e pelo cuidado do outro, asseguram a sobrevivência e a continuidade do sujeito.

⁶³ De acordo com a reportagem “Reconstrução do estado continua dois anos após desastre”. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/reconstrucao-do-estado-continua-dois-anos-apos-desastre>. Acesso em: 7 maio 2026.

CONCLUSÕES

A escrita deste trabalho se finda exatamente dois anos após a catástrofe de abril e maio de 2024. Imaginávamos que, ao chegarmos a este ponto da pesquisa, as cidades e as pessoas estariam mais reerguidas e o luto mais apaziguado. Todavia, o que observamos nas notícias que marcam a efeméride da tragédia não reflete essa expectativa. A reportagem “A enchente que ainda não passou: dois anos depois, região ainda convive com as marcas da maior tragédia climática do RS”, do portal *ABC Mais*, escancara que os rastros físicos da destruição, o abandono estrutural e o trauma das populações atingidas continuam a ditar o ritmo do cotidiano. Em paralelo, análises como “Dois anos depois, o que se sabe sobre os arquivos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul”, publicada pela *newsletter* *Giro da Arquivo*, atestam que o desafio de salvaguardar o patrimônio documental e afetivo de um povo submerso segue sendo uma corrida exaustiva contra o tempo e o esquecimento.

A catástrofe, portanto, não é um evento isolado e encerrado no passado. Ela é uma ferida aberta, uma condição que continua a atravessar o presente e a ameaçar o futuro. É diante desse cenário, em que a reconstrução física tropeça nas incertezas e nas falhas institucionais, que as reflexões tecidas ao longo desta pesquisa ganham a sua forma definitiva, revelando como, no interior dessa geografia da perda, edifica-se a memória que fica.

Para compreender a dimensão da ruptura além das estatísticas, caminhamos pelas cicatrizes territoriais e escutamos as vozes de Tere, Lu, Dalva, Joaquim, Rosa, Elisa, Fabiene e Mel. Forjadas por artífices da própria sobrevivência, revelaram que a invasão da lama causou uma abrupta desorganização simbólica. A perda dos objetos biográficos foi sentida como uma amputação da identidade, e o esforço de salvaguarda dos vestígios afetivos provou ser, na verdade, a busca por uma âncora existencial para o sujeito se realocar no mundo e no tempo. Diante do vazio material, a poética de Mario Quintana em *Objetos Perdidos* nos ensina que as coisas perdidas não desaparecem, mas encontram refúgio nos anéis de Saturno. Inspirados por esse olhar, compreendemos que os pertences engolidos pela enchente de 2024 foram desmaterializados e romperam as fronteiras do plano físico, passando a orbitar em um giro eterno a memória afetiva dos sobreviventes.

Nesse doloroso inventário, a fotografia assumiu o papel de guardiã do passado. Resgatá-la do lodo significou, ao mesmo tempo, impedir que o rosto e a trajetória de

quem se ama fossem apagados pela tragédia, enquanto sua perda irremediável atestou a fragilidade e, ao mesmo tempo, a resiliência da memória. O luto material e a quebra da segurança ontológica do lar transformaram rotinas em gatilhos de pânico, dividindo a vida entre o "antes" e o "depois" da tragédia. Apesar disso, em meio a essa ruptura temporal, a dor também fez germinar formas de reconstrução identitária, seja no desapego frente à incerteza do amanhã, no símbolo tatuado no próprio corpo para desafiar a correnteza, ou na compaixão de quem abdicou da própria ferida para amparar a do outro.

Ao tecermos essas constatações, o sentido da nossa investigação se revela. Na geografia da perda, não há espaço apenas para o vazio absoluto. O que se impõe é a certeza de que a memória individual e social seguem em movimento. A enchente pode até destruir o objeto físico, apagar o papel fotográfico e apodrecer a mobília, mas ela não tem o poder de eliminar a capacidade humana de ressignificar. A memória não é estática, mas um fluxo contínuo que se adapta e sobrevive. Quando o objeto biográfico falta, a memória se mantém na narrativa oral, no gesto de cuidado do voluntário, na marca da água na parede que adverte para não esquecermos, e nas pontes de afeto que a sociedade ergue para sacralizar a sua dor e a sua força.

A devastação no Rio Grande do Sul em 2024 forçou as vítimas diretas e indiretas a uma reconfiguração de suas identidades. Quem passou por tal experiência dificilmente ficou isento ou imune à dor. Por meio das narrativas, da escuta sensível, da empatia que dissolveu as fronteiras entre o privado e o coletivo, da coragem de recontar o passado e reviver o trauma, ainda que sem os objetos biográficos, essas pessoas nos ensinaram que o patrimônio mais indestrutível é a vida partilhada. A memória segue em movimento porque ela habita não apenas naquilo que conseguimos resgatar com as mãos, mas, fundamentalmente, naquilo que decidimos nunca deixar de contar e de ouvir.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (BRASIL). **As enchentes no Rio Grande do Sul**: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília: ANA, 2025.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- AMORMINO, Luciana. **A memória como gesto**: um ato ético, estético e político. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/colecoes/memoria-como-gesto/>. Acesso em: 30 abr. 2026.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARAUJO, Ana Paola; RIBEIRO, Barbara Cristina Marques dos Santos. Os impactos de desastres ambientais em bibliotecas: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2024. p. 1-9. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3311>. Acesso em: 24 maio 2026.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13–25, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v13i1p13-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157646>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- BARBOSA, Marialva. Memórias improváveis ou impossíveis? Restos de vida em diálogos comunicacionais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 78, p. 29-50, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420230103>. Acesso em: 07 ago. 2025.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Imagens do passado e do futuro: o papel da fotografia entre memória e projeção. **Matrizes**, v. 11, n. 1, p. 149-164, 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaio de Psicologia Social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOWLBY, John. **Attachment and Loss**: volume III: loss, sadness and depression. New York: Basic Books, 1980.

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). **Estado do clima, extremos de clima e desastres no Brasil em 2025**. São José dos Campos, SP: Cemaden, fev. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil-02-2026/relatorioclimaextremosdesastresbrasil2025.pdf>. Acesso em: 5 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Reconstrução do estado continua dois anos após desastre**. Gov.br, Brasília, DF, [2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/reconstrucao-do-estado-continua-dois-anos-apos-desastre>. Acesso em: 7 maio 2026.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, João Batista Freitas. Comics tattoo como objeto biográfico. **Galaxia** (São Paulo, online), São Paulo, n. 37, p. 149-161, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554133700>. Acesso em: 22 abr. 2026.

CARDOZO, Fabiano. **Celular com foto digitalizada**. Canoas, 27 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Monumento Heróis Voluntários**. Porto Alegre, 27 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Panos de prato**. Canoas, 27 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Celular com fotos digitalizadas**. Porto Alegre, 28 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Garagem da Dalva**. Canoas, 29 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Lareira da Dalva**. Canoas, 29 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Fotografias**. Porto Alegre, 30 abr. 2025. 1 fotografia digital, color.

CARDOZO, Fabiano. **Monumento Voluntários Anônimos**. Porto Alegre, 1 maio 2025. 1 fotografia digital, color.

CHAGAS, Gustavo. Cheias no RS: saiba como recuperar fotos danificadas na

enchente. **g1**, [S. l.], 19 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/19/cheias-no-rs-saiba-como-recuperar-fotos-danificadas-na-enchente.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CHUVA leva casas e memórias em todo o estado do Rio Grande do Sul. **g1**, [S. l.], 6 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/06/chuva-leva-casas-e-memorias-em-todo-o-estado-do-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

COLLISCHONN, W. et al. Unprecedented April-May 2024 rainfall in South Brazil sets new record. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH**, Porto Alegre, v. 29, p. e50, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520240119>. Acesso em: 9 jul. 2025.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. Tradução de Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Temporais causam destruição e mortes em centenas de Municípios em todo Brasil no primeiro bimestre de 2026. **Agência CNM de Notícias**, Brasília, 26 fev. 2026. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/temporais-causam-destruicao-e-mortes-em-centenas-de-municipios-em-todo-brasil-no-primeiro-bimestre-de-2026>. Acesso em: 5 maio 2026.

COSTA, Jurandir Freire. Memória e trauma. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 41, p. 103-123, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v41n41/v41n41a06.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

DALVA. Entrevista concedida a Paula Garcia. Canoas, 29 abr. 2025.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>. Acesso em: 5 mar. 2026.

DESOUZA, Kevin C.; BHAGWATWAR, Akshay. Technology-enabled participatory platforms for civic engagement: the case of U.S. cities. **Journal of Urban Technology**, London, v. 21, n. 4, p. 25-50, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10630732.2014.954898>. Acesso em: 13 mar. 2026.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005. p. 43-54.

DOIS anos depois, o que se sabe sobre os arquivos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. **Giro da Arquivo**, [S. l.], n. 374, 5 maio 2026. ISSN 3086-383X. Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/dois-anos-depois-o-que-se-sabe-sobre>. Acesso em: 7 maio 2026.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia

do consumo. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DUDU. **Rua**. Canoas, jun. 2024. 1 fotografia digital, color.

DUTRA, Ligia Maria Comis; MENEGHELLO, Fernanda Faria. Tragédias climáticas, cidades insustentáveis e políticas desconformes: o caso de Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 96–104, 2025. DOI: 10.62530/rbdcv24n02p96. Disponível em: <http://esdc.com.br/ojs/index.php/revista/article/view/380>. Acesso em: 9 jul. 2025.

EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (org.). **Photographs objects histories**: on the materiality of images. Londres: Routledge, 2004.

ELISA. Entrevista concedida a Paula Garcia. Eldorado do Sul, 1 maio 2025.

ELISA. **Quarto**. Eldorado do Sul, jun. 2024. 1 fotografia digital, color.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 41-50, jun./ago. 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i98p41-50. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/69224>. Acesso em: 31 mar. 2026.

FABIENE. Entrevista concedida a Paula Garcia. Porto Alegre, 02 maio 2025.

FAGUNDES, Helenara Silveira. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-19, dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527159003>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/c0b822af-8832-44e5-9882-f8c39a6089a4/content>. Acesso em: 28 abr. 2026.

FLORES, Débora. **Operação Recupera Acervo UFSM**. Santa Maria: Departamento de Arquivo Geral da UFSM, jul. 2024. Apresentação em PDF (21 slides). Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/07/Operacao-Recupera-Acervo-UFSM.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FONSECA, Victoria. Voluntários restauram fotos de vítimas das enchentes. **A Hora do Sul**, Pelotas, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://ahoradosul.com.br/conteudos/2024/07/15/voluntarios-restauram-fotos-de-vitimas-das-enchentes/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FREUD, S.; BREUER, J. Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação preliminar. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GAMA, Fabiene; LIMA, Cristina. Arquivos emergentes: álbuns e memórias de famílias em situações de risco. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL (RAM), 15., 2025, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2025. GT 134: Montagens, imagens e arquivos insurgentes: histórias potenciais.

GANDRA, Alana. Guaíba é rio ou lago? Especialistas explicam polêmica. **Agência Brasil**, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/guaiba-e-rio-ou-lago-especialistas-explicam-polemica>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GARCIA, Paula. **Tatuagem de Rosa**. Porto Alegre, 01 maio 2025. 1 fotografia digital, color.

GINDRI, Valentina. O resgate da memória após as enchentes no RS. **Deutsche Welle Brasil**, [S. l.], 25 maio 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-resgate-da-mem%C3%B3ria-ap%C3%B3s-as-enchentes-no-rs/a-69171535>. Acesso em: 12 jul. 2025.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380 p.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro *et al.* Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1755-1769, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cHhgT5Hz5ssyR9cP99wmhxS>. Acesso em: 21 jan. 2026.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GOVEIA, Fábio. Materialidade e imaterialidade; memória e fotografia. **Studium**, Campinas, n. 28, p. 40-57, jun. 2009.

GUIMARAENS, Rafael. **A enchente de 1941**. 5. ed. Porto Alegre: Libretos, 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Discurso y poder**. 1. ed. Huancayo: Ricardo Soto Sulca, 2013.

HECHT, Anat. Home Sweet Home: Tangible Memories of an Uprooted Childhood. *In*: MILLER, Daniel (Ed.). **Home Possessions**: material culture behind closed doors. Oxford: Berg, 2001. p. 123-145.

HERMAN, Judith Lewis. **Trauma and Recovery**. Nova York: Basic Books, 1992.

HIRSCH, Marianne. Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory. **Discourse**, v. 15, n. 2, p. 3-29, winter 1992-1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41389264>. Acesso em: 29 abr. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília, DF: IPHAN, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%200732090.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

IVO, Diego. 46 Estatísticas com dados sobre o Instagram. **Conversion**, [S. l.], 26 fev. 2023. Disponível em: <https://www.conversion.com.br/blog/estatisticas-do-instagram/>. Acesso em: 3 out. 2025.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 2002.

JOAQUIM. Entrevista concedida a Paula Garcia. Porto Alegre, 30 abr. 2025.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 70, p. 9-35, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v70p9-35>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/52562>. Acesso em: 29 abr. 2026.

KRIS, Andréia. *[Fotografia de veículo coberto por lama no Centro Histórico de Porto Alegre]*. **Memorial das Águas: 5ª Exposição Retomada**. Pelotas, 2025. Disponível em: <https://memorialdasaguas.my.canva.site/memorialdasaguas-expo5>. Acesso em: 11 mar. 2026.

LABOISSIÈRE, Paula. Maior catástrofe meteorológica da história do RS, diz ministro. **Agência Brasil**, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/estamos-diante-da-maior-catastrofe-meteorologica-da-historia-do-rs>. Acesso em: 23 out. 2024.

LANSARIN, Jorge. *[Fotografia da enchente em Porto Alegre]*. **Memorial das Águas: 3ª Exposição Conscientização**. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://memorialdasaguas.my.canva.site/memorialdasaguas-expo3>. Acesso em: 11 mar. 2026.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE MOS, Fabiana. Limpeza e reconstrução: mais de 100 casas atingidas pelas enchentes recebem ajuda de mil voluntários. **g1**, Porto Alegre, 24 jun. 2024.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/24/limpeza-e-reconstrucao-mais-de-100-casas-atingidas-pelas-enchentes-recebem-ajuda-de-mil-voluntarios.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LESSA, Mariana de Marsillac. **Museu Nacional: memória e o patrimônio cultural pós-trauma**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LIMA, Joice. **Memorial das Águas seleciona imagens sobre a enchente de 2024**. Pelotas: Prefeitura de Pelotas, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/memorial-das-aguas-seleciona-imagens-sobre-a-enchente-de-2024>. Acesso em: 21 jan. 2026.

LU. Entrevista concedida a Paula Garcia. Porto Alegre, 28 abr. 2025.

MAGALHÃES FILHO, Fernando J. C. et al. Enchentes e Inundações no Rio Grande do Sul em 2024: Impactos e Desafios para a Gestão Integrada de Políticas Públicas no Saneamento Básico. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, v. 33, p. 23-32, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/af4e321f-ad7b-4ec0-9fd9-79b6afb2917b/content>. Acesso em: 24 maio 2026.

MALINOSKI, A.; GONZATTO, M.; LOPES, R. **A enchente de 24**. Porto Alegre: BesouroBox, 2024.

MALLMANN, Laura; GRÜN, Rafael Scheeren. **Prefeitura de Lajeado marca o um ano da enchente histórica de maio de 2024 com ato em frente ao Centro Administrativo**. Lajeado: Prefeitura de Lajeado, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.lajeado.rs.gov.br/noticia/13632/892>. Acesso em: 21 jan. 2026.

MARCOUX, Jean-Sébastien. The 'Casse-Tête' of Moving House. In: MILLER, Daniel (Ed.). **Home Possessions: material culture behind closed doors**. Oxford: Berg, 2001. p. 69-85.

MARENGO, J. A. et al. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 112, p. 203-228, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.012>. Acesso em: 24 maio 2026.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 26 fev. 2026.

MATTOS, Flávia Cardozo de; DIELLO, Maria Luiza (org.). **Entre rios e ruínas: a psicologia diante do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do RS, 2025. E-book (PDF). Disponível em: https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/entre_rios_e_ruinas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

MAUSS, Marcel. **Manual of Ethnography**. Tradução de Dominique Lussier. Edição e

introdução de N. J. Allen. Nova Iorque: Berghahn Books, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEL. Entrevista concedida a Paula Garcia. Porto Alegre, 02 maio 2025.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. Tradução de José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MIGLIORANZA, Cristiane. Mobilização duradoura de cidadãos voluntários evidencia a necessidade de se repensar modelo de administração pública. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, UFRGS, n. 196, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277484>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MILLER, Daniel. **The comfort of things**. Cambridge: Polity Press, 2008.

MORIN, Violette. El objeto biográfico. In: MOLES, Abraham A. *et al.* **Los objetos**. Tradução: Silvia Delpy. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971. p. 187-199.

NAVISUAL - NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DA UFRGS [@navisual.ufrgs]. **[Registro de salvaguarda de fotografias]**. [S. l.], 19 jun. 2024. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C8ZulAcO_n0/. Acesso em: 30 abr. 2026.

NAVISUAL UFRGS. **Mostra CineNAVISUAL 2025 - Sessão Resgate de Memórias - Resgatando Memórias**. YouTube, 17 abr. 2026. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5dQYtyOF-A0>. Acesso em: 30 abr. 2026.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Tradução de Laura Masello. Montevideo: Trilce, 2008.

NOSKOSKI, Luís Eduardo Carvalho et al. Os Impactos das Enchentes na Piscicultura do Rio Grande do Sul. In: COLÓQUIO E COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS, 6., 2024, Palmeira das Missões. **Anais eletrônicos** [...]. Palmeira das Missões: UFSM, 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/palmeira-das-missoes/ppgagr/os-impactos-das-enchentes-na-piscicultura-do-riogrande-do-sul>. Acesso em: 9 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivo 11**: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PAIVA, R. et al. **Critérios hidrológicos para adaptação à mudança climática: chuvas e cheias extremas na região Sul do Brasil**. [S. l.]: IPH/UFRGS, 2024. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/iph/nota-tecnica-criterios-hidrologicos->

[para-adaptacao-a-mudanca-climatica-chuvas-e-cheias-extremas-na-regiao-sul-do-brasil/](#). Acesso em: 9 jul. 2025.

PAZ, Nathielly. Unidos por Bento: monumento é inaugurado em homenagem à solidariedade nas enchentes de 2024. **Jornal Semanário**, Bento Gonçalves, 9 jul. 2024. Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/unidos-por-bento-monumento-e-inaugurado-em-homenagem-a-solidariedade-nas-enchentes-de-2024/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, [S. l.], n. 2, p. 4-23, 2007.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan./jun. 2015.

PEREIRA, Rafael H. M. et al. **Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. (Nota Técnica, n. 2). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14337>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PIRANDELLO, Luigi. **Seis personagens à procura de autor**: comédia a ser criada. Tradução de Sérgio Flaksman. São Paulo: Peixoto Neto, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 12 jul. 2025.

POLO, Rafaela. 'As paredes apodreceram': família viraliza secando fotos após perder tudo. **UOL**, [S. l.], 10 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/10/ver-as-fotos-secando-me-emocionou-diz-jovem-que-perdeu-tudo-no-rs.htm>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROJETO Premiado DFBW: Meu Lar de Volta – A maior faxina da história do Rio Grande do Sul. **Design for a Better World Award**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://dfbwaward.com/premiado/meu-lar-de-volta-a-maior-faxina-da-historia-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

QUERO minha foto de volta: Recuperação digital de fotos danificadas nas enchentes no Rio Grande do Sul – RS. **Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/querominhafotodevolta/>. Acesso em: 21 jan.

2026.

QUINTANA, Mario. Objetos perdidos. *In*: QUINTANA, Mario. **Sapato florido**. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 26.

RECKZIEGEL, E. W.; WESCHENFELDER, J.; BAZZAN, T. Avaliação do risco de inundação do lago Guaíba e Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 221-243, nov. 2019.

RESGATE do cavalo Caramelo: entenda como animal foi retirado de cima do telhado no RS. **g1**, Porto Alegre, 9 maio 2024. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/09/resgate-do-cavalo-caramelo-entenda-como-animal-foi-retirado-de-cima-do-telhado-no-rs.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2026.

RHEINHEIMER, Isaias. Enchente que ainda não passou: Dois anos depois, região ainda convive com as marcas da maior tragédia climática do RS. **ABC Mais**, [S. l.], 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.abcmMais.com/regiao/enchente-que-ainda-nao-passou-dois-anos-depois-regiao-ainda-convive-com-as-marcas-da-maior-tragedia-climatica-do-rs/>. Acesso em: 7 maio 2026.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart *et al.* **Gestos mnemônicos e disputas de memórias: monumentos em tempos de iconoclastia**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

RIGHI, E.; ROBAINA, L. E. DE S. Enchentes do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul entre 1980 e 2005: uma análise geográfica. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 35–54, abr. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP)**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Ações da Sedac-RS e editais da Política Nacional Aldir Blanc**. Porto Alegre: Sedac, 31 jul. 2024. Apresentação de slides (33 slides). Disponível em: <https://admin.cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202407/31173403-2024-07-31-lancamento-pnab.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ROBAINA, Luís Eduardo de Souza et al. **Desastres hidrológicos: levantamento para o estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Mérida: Mérida Publishers, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.69570/mp.978-65-88270-42-4>. Acesso em: 9 jul. 2025.

ROSA. **Coração de Pano**. Porto Alegre, 01 maio 2025. 1 fotografia digital, color.

ROSA. Entrevista concedida a Paula Garcia. Porto Alegre, 1 maio 2025.

SALLES, Maicon Alexander Inácio. **Catástrofes Climáticas e Responsabilidade do Poder Público: Estudo da Omissão Estatal nas Inundações Gaúchas de 2024**. 2025. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História**, São Paulo, v. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370>. Acesso em: 12 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS JUNIOR, Oswaldo de Oliveira. História, patrimônio material e imaterial: os lugares da memória. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 53, p. 253-266, jul./dez. 2024. DOI: 10.23925/ls.v28i53.70068. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/70068>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Perdas e lutos em eventos extremos: reflexões a partir do desastre socioambiental de 2024 no Rio Grande do Sul. *In*: MATTOS, Flávia Cardozo de; DIELO, Maria Luiza (Org.). **Entre rios e ruínas** [livro eletrônico]: a psicologia diante do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do RS, 2025. Cap. 4, p. 54-66. PDF. ISBN 978-65-87089-16-4.

SECRETTI, Andressa Barreto et al. SOS Acervos: relato de experiência extensionista no apoio ao salvamento de acervos museais e arquivísticos alagados em 2024. **Revista da Extensão**. Porto Alegre, RS, n. 30, p. 14-23, dez. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Antônio Mariano da. **Caracterização dos fatores naturais e antrópicos responsáveis pela erosão acelerada do solo na área urbana da bacia do córrego Campo Alegre**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14240/1/CaracterizacaoFatoresNaturais.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Armando. **Álbum de família**: a imagem de nós mesmos. Tradução Sandra Martha Dolinsk. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edições SESC SP, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 12, n. 1, p. 150-155, mar. 2008.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TEIXEIRA, Matheus; LADEIRA, Pedro. Enchentes no RS destroem cemitérios, soterram memórias e transferência de corpos levará mais de ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/enchentes-no-rs-destroem-cemiterios-soterram-memorias-e-transferencia-de-corpos-levara-mais-de-ano.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

TERESINHA. Entrevista concedida a Paula Garcia. Canoas, 27 abr. 2025.

THOMPSON, Paul; BORNAT, Joanna. **The Voice of the Past: Oral History**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

TRINTIN, José Eduardo Garcia; NUNES, Julia Cardoso; SGORLA, Fabiane. Atores e instituições mais presentes nas atuações emergenciais durante as Enchentes de Maio de 2024 no Rio Grande Do Sul, na opinião dos moradores de Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 19., 2025, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Abrapcorp, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/abrapcorp2025/article/view/11988>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Ação “Reflorestar bibliotecas discentes” visa reconstruir acervos perdidos nas enchentes**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/site/noticias/acao-reflorestar-bibliotecas-discentes-visa-reconstruir-acervos-perdidos-nas-enchentes/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

VAN DEN HOVEN, Elise; ORTH, Daniel; ZIJLEMA, Annemarie. Possessions and memories. **Current Opinion in Psychology**, v. 39, p. 94-99, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.08.014>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352250X20301597>. Acesso em: 16 abr. 2026.

VARASQUIM, Marcela. Vítimas das cheias no RS perdem recordações valiosas. **Fala Brasil**, [S. l.] : Rede Record de Televisão, 17 maio 2024. 1 vídeo (3min51s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-unoXX62pDs>. Acesso em: 12 jul. 2025.

VICENTE, Ana Teresa de Matos. **O olhar, a taticidade e a sua representação em fotografia**: superfície, materialidade e codificação. 2019. Tese (Doutorado em Belas-Artes, na especialidade de Fotografia) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

VOLKMANN, Ana Carolina Santos; PAZUTTI, Luana Montemuro. Redes de solidariedade: como as interações no ambiente digital impulsionaram as mobilizações voluntárias durante as enchentes no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 17., 2024, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2024. Disponível em: <https://abciber.org.br/eventos/ojs3/index.php/simposio/article/view/66>. Acesso em: 16 jan. 2026.

WOLLMANN, Cássio Arthur. Enchentes no Rio Grande do Sul do Século XXI (the floods in Rio Grande do Sul during 21th century). **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 79-91, abr. 2014. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/951>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ZANINI, Daniela Sacramento; VEROLLA-MOURA, Adriana; QUEIROZ, Ivana Pinheiro de Abreu Rabelo. Apoio social: aspectos da validade de constructo em estudantes universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 195-202, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/wrZswb4pxNWmfZVXc9RtryC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro semiestruturado de entrevistas com as vítimas diretas das enchentes no RS - abril/maio de 2024

1. Identificação da pessoa (Nome, Idade, Estado Civil, Profissão, Local de Nascimento e Origem da família)
2. Com quem você morava quando houve a enchente?
3. Onde você estava quando as chuvas começaram?
4. Quando (Quanto tempo depois) você percebeu que a chuva se transformaria em enchente?
5. Qual foi sua primeira atitude quando viu as águas subindo?
6. Você achou que as águas chegariam em sua casa ou na de outras pessoas queridas?
7. Como você se protegeu? Onde se abrigou? Por quanto tempo?
8. Você tentou salvar alguma coisa de sua casa? Ficou nela ou saiu espontaneamente? Precisou de resgate para se salvar?
9. Em quanto tempo você conseguiu voltar para sua casa? Em que estado ela estava?
10. Entre os objetos perdidos, qual/quais lhe causaram mais tristeza?
11. O que esses objetos significavam para você?
12. O que foi resgatado depois da enchente?
13. Como se sentiu quando esses objetos foram resgatados?
14. Eles puderam ser recuperados?
15. [Explicar objetos biográficos: “só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade” (BOSI, 2003, p.26)] - Você considera que esses objetos são biográficos? Por quê?
16. Quais histórias lhe vêm à mente quando olha esses objetos biográficos recuperados?
17. Houve objetos biográficos perdidos irrecuperáveis?
18. Após um ano (mais ou menos), como você reage quando percebe que vai chover novamente? E as outras pessoas de seu convívio?
19. Como foi emocional e pragmaticamente a recuperação de objetos biográficos?
20. Quais cuidados você passou a ter para evitar possíveis novas perdas de objetos biográficos, seja por enchentes ou outras tragédias?
21. Você acha que os objetos biográficos recuperados têm o mesmo valor para você e para outras pessoas do seu convívio? Elas também os entendiam como objetos biográficos?
22. As fotografias físicas e digitais têm o mesmo valor para você?
23. As fotos físicas foram digitalizadas antes ou depois da tragédia?
24. Do que você lembra/sabe sobre a enchente de 1941? [Caso a resposta seja afirmativa, perguntar: quais recordações daquele evento lhe vieram à mente quando percebeu que uma nova enchente estava em andamento?]

ANEXO B - Roteiro semiestruturado de entrevistas com as vítimas indiretas das enchentes no RS - abril/maio de 2024

1. Identificação da pessoa (Nome, Idade, Estado Civil, Profissão, Local de Nascimento e Origem da família)
2. Com quem você morava quando houve a enchente?
3. Onde você estava quando as chuvas começaram?
4. Quando (Quanto tempo depois) você percebeu que a chuva se transformaria em enchente?
5. Qual foi sua primeira atitude quando viu as águas subindo?
6. Você achou que as águas chegariam em sua casa ou na de outras pessoas queridas?
7. Quem da sua família ou amigos foi afetado pela enchente?
8. Como ajudou as pessoas diretamente afetadas?
9. Você tentou procurar objetos perdidos nas enchentes?
10. [Explicar objetos biográficos: “só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade” (BOSI, 2003, p.26)] Como você soube que eram biográficos?
11. Sabe contar a reação das pessoas que obtiveram de volta os objetos biográficos considerados perdidos?
12. Você documentou os trabalhos de recuperação dos objetos biográficos e/ou outros? Como?
13. Ao observar a reação das pessoas que sofreram perdas de objetos biográficos, você passou a ter cuidados com os seus próprios objetos biográficos?
14. Depois dessa experiência, sabe dizer quais são os seus objetos de memória?
15. Após um ano (mais ou menos), como você reage quando percebe que vai chover novamente? E as outras pessoas de seu convívio?
16. Como lida com narrativas de terceiros quando contam suas memórias das enchentes?
17. Sabe contar como se sentiu ao testemunhar os efeitos das enchentes?
18. Do que você lembra/sabe sobre a enchente de 1941? [Caso a resposta seja afirmativa, perguntar: quais recordações daquele evento lhe vieram à mente quando percebeu que uma nova enchente estava em andamento?]